



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DIEGO BATISTA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**DEM PARA RUA E MOVIMENTO BRASIL LIVRE:
UMA ANÁLISE MARXISTA DOS “MOVIMENTOS DE CLASSE
MÉDIA” SOB OS GOVERNOS DE DILMA ROUSSEFF (2015-
2016) E MICHEL TEMER (2016-2018)**

Londrina
2018

DIEGO BATISTA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**VEM PRA RUA E MOVIMENTO BRASIL LIVRE:
UMA ANÁLISE MARXISTA DOS “MOVIMENTOS DE CLASSE
MÉDIA” SOB OS GOVERNOS DE DILMA ROUSSEFF (2015-
2016) E MICHEL TEMER (2016-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado.

Londrina
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Oliveira, Diego Batista Rodrigues de.

Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre: uma análise marxista dos "movimentos de classe média" sob os governos de Dilma Rousseff (2015-2016) e Michel Temer (2016-2018) / Diego Batista Rodrigues de Oliveira. - Londrina, 2018.
112 f.

Orientador: Eliel Ribeiro Machado.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre - Tese. 2. Classes Médias - Tese. 3. Movimentos Liberais e Conservadores - Tese. 4. "Movimentos-apoio" - Tese. I. Machado, Eliel Ribeiro. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

DIEGO BATISTA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**VEM PRA RUA E MOVIMENTO BRASIL LIVRE:
UMA ANÁLISE MARXISTA DOS “MOVIMENTOS DE CLASSE MÉDIA”
SOB OS GOVERNOS DE DILMA ROUSSEFF (2015-2016) E MICHEL
TEMER (2016-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante
Universidade Estadual de Campinas -
UNICAMP

Prof. Dr. Pedro Roberto Ferreira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 20 de Abril de 2018.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de tecer alguns breves agradecimentos às pessoas sem as quais este trabalho não teria sido possível.

Ao professor Pedro Roberto, que tem acompanhado minha trajetória acadêmica desde a graduação, contribuindo sempre com sugestões de leituras, críticas e apontamentos.

Aos professores Sávio Cavalcante e Jefferson Barbosa, pela atenta e rigorosa leitura, bem como pelas sugestões e críticas à versão preliminar deste trabalho. Aos professores Pedro Roberto e Sávio Cavalcante, novamente, pelo aceite ao convite para compor a banca de avaliação final, que certamente me auxiliará esclarecendo equívocos e lacunas que este trabalho possa apresentar.

Ao professor Eliel Machado, pela paciência e dedicação demonstradas antes e durante meu ingresso no Programa de Mestrado em Ciências Sociais, por meio das leituras atentas, críticas, sugestões, conversas formais e informais, sempre presando pela minha autonomia na condição de pesquisador.

Aos amigos e colegas do GEPAL, Grupo de Estudos de Política da América Latina-UEL, coordenado pelo professor Eliel Machado, pelos debates e discussões fundamentais para a delimitação do objetivo e desenvolvimento da pesquisa. Sobretudo, Pablo Almada e Gustavo Casasanta, pelas leituras, indicações e discussões em torno da temática, que foram de grande importância para os caminhos por nós tomados.

À Maria Isabel, minha mãe, mulher de grande força, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e incentivando. E, em especial, à Ana Paula Batini, esposa, amiga e companheira, que se manteve presente e me acompanhou durante todo esse processo e, sem dúvida alguma, é uma das principais responsáveis para que este trabalho fosse possível.

Também gostaria de agradecer à CAPES e ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais pelo suporte durante o curso e auxílio para a apresentação desta temática em congressos.

OLIVEIRA, Diego Batista Rodrigues de. **Vem pra rua e movimento brasil livre: uma análise marxista dos “movimentos de classe média” sob os governos de Dilma Rousseff (2015-2016) e Michel Temer (2016-2018).** 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre, movimentos de cunho liberal e conservador que ganharam expressão no atual contexto brasileiro, ao se destacarem na organização dos protestos que serviram de base social para o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Em vista disso, tangenciaremos o debate sobre as classes médias no interior do marxismo, buscando abordar elementos que nos possibilitem pensar suas formas de expressão de classe. Nesse sentido, nos apropriamos do debate sobre os *efeitos pertinentes*, desenvolvido por Poulantzas, para pensarmos o comportamento político e ideológico das classes médias. Como o marxismo tem privilegiado a análise dos movimentos relacionados ao trabalho e à reprodução da força de trabalho, o surgimento de grupos com bandeiras liberais e conservadoras deixa uma lacuna na análise dos movimentos sociais. Nossa contribuição reside, portanto, em demonstrar, a partir de uma conjuntura específica, a possibilidade de frações das classes médias se organizarem em *movimentos-apoio* para a defesa de seus interesses particulares e/ou em apoio às frações hegemônicas no interior do bloco no poder.

Palavras-chave: Vem Pra Rua. Movimento Brasil Livre. Classes Médias. Movimentos Liberais e Conservadores. “Movimentos-apoio”.

OLIVEIRA, Diego Batista Rodrigues de. **Vem Pra Rua and Movimento Brasil Livre: a marxist analysis of the “middle class movements” under the governments of Dilma Rousseff (2015-2016) and Michel Temer (2016-2018).** 2018. 112 p. Dissertation (Master’s Degree in Social Sciences) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

This Master Thesis aims to analyze the liberal and conservative movements, “Vem Pra Rua” and “Movimento Brasil Livre”, which has increased its expressions in the current Brazilian context. These movements have stood out for being the organization of protests that based the popular manifestos for Dilma Rousseff’s Impeachment. Regarding these movements, this research intends to discuss middle class issues, with a Marxist approach, by seizing their class expressions. In this sense, we have appropriated Poulantzas analytical framework on *relevant effects*, to think the ideological and political behavior of the middle classes. As Marxism has privileged the analysis of labor-related movements and the reproduction of the labor force, the liberal and conservative uprising groups leave a gap in the analysis of social movements. For this reason, this thesis argues how some fractions of middle classes are organizing themselves into *support movements*, aiming the defense of their particular interests or, in the same sense, to support the hegemonic fractions within the power bloc.

Keywords: Vem Pra Rua. Movimento Brasil Livre. Middle Classes. Liberal and Conservative Movements. Support Movements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1. CLASSES MÉDIAS EM “MOVIMENTO”: ENCONTROS E DESENCONTROS TEÓRICOS	11
1.1 A “NOVA” CLASSE MÉDIA E OS NOVOS CONFLITOS SOCIAIS.....	11
1.2 CLASSES MÉDIAS: O DEBATE SOBRE OS EFEITOS PERTINENTES.....	14
1.3 MOVIMENTOS SOCIAIS DE CLASSE MÉDIA: DA EXPLORAÇÃO À DOMINAÇÃO.....	27
1.3.1 CLASSES MÉDIAS E “MOVIMENTOS-APOIO”	29
CAPÍTULO 2. “JUNHO DE 2013” E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE DIREITA BRASILEIROS	36
2.1 “JORNADAS DE JUNHO”, QUANDO A DIREITA COMEÇA A GANHAR AS RUAS	36
2.2 AS CONSEQUÊNCIAS DAS “JORNADAS DE JUNHO” NA CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE DIREITA.....	44
2.3.1 A BANDEIRA DO SUPRAPARTIDARISMO E A IDEOLOGIA DO MOVIMENTO	51
2.3.2 AS “BASES SOCIAIS” DO MOVIMENTO E O “VOLUNTARISMO”.....	54
2.4 MOVIMENTO BRASIL LIVRE: ESTUDANTES PELA LIBERDADE E ATIVISMO POLÍTICO	57
2.4.1 OS IDEAIS DE LIBERDADE E AS POLÍTICAS DE PRIVATIZAÇÕES	61
2.4.2 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA: UMA “BATALHA PELA HEGEMONIA POLÍTICA”	63
CAPÍTULO 3. OS “MOVIMENTOS-APOIO” E AS CONTRADIÇÕES DIANTE DAS CLASSES MÉDIAS	71
3.1 MANIFESTAÇÕES PRÓ- <i>IMPEACHMENT</i>	72
3.2 O CARÁTER DE CLASSE DOS PROTESTOS.....	73
3.3 CLASSES MÉDIAS E NEOLIBERALISMO	80

3.4	CLASSES MÉDIAS E AS CONTRADIÇÕES DO CICLO DOS GOVERNOS PETISTAS.....	82
3.5	PÓS- <i>IMPEACHMENT</i> : MOVIMENTOS LIBERAIS E CLASSES MÉDIAS.....	89
3.5.1	A CONTRAOFENSIVA ÀS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS SECUNDARISTAS PARANAENSES	90
3.5.2	ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016.....	93
3.5.3	MANIFESTAÇÕES EM FAVOR DA OPERAÇÃO LAVA-JATO E DEMAIS PAUTAS PÓS- <i>IMPEACHMENT</i>	98
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERÊNCIAS	107

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, pudemos observar uma “reformulação” no que se refere às manifestações políticas no Brasil. O ano de 2013 constitui um marco histórico nesse processo, devido ao desencadeamento de uma série de protestos, conhecidos popularmente por “Jornadas de Junho”. As manifestações que começaram com pequenos atos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL), na cidade de São Paulo, se nacionalizaram e passaram a abrigar grupos com interesses muito diversos, alimentando o (re)surgimento de organizações situadas no espectro político da direita.

Movimentos organizados em torno de concepções liberais e conservadoras¹ adquiriam grande visibilidade nas redes sociais e nos meios de comunicação tradicionais, sobretudo a partir do ano de 2015, quando passaram a organizar, com sucesso, protestos em que reivindicavam o fim da corrupção e o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, reeleita nas eleições do ano anterior.

A presença acentuada de setores das classes médias nas manifestações organizadas por esses grupos traz à tona o debate sobre os “movimentos sociais” pensados além das pautas progressistas e de esquerda. Diante desse fato, consideramos necessário nos apoiarmos no debate sobre as classes sociais para pensar os conflitos sociais modernos e, para tanto, nos apropriamos do debate poulantziano sobre a autonomia relativa das instâncias econômica, política e ideológica, para pensarmos os “movimentos sociais” como expressões das práticas de classes, assim como, guardadas as devidas particularidades, os partidos e sindicatos (Machado, 2015).

Desse modo, selecionamos os movimentos que mais se destacaram nos protestos de direita, com o objetivo de analisar seu caráter de classe, suas bandeiras e contradições, diante da atual conjuntura. O Vem Pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL) foram os grupos que adquiriam maior relevância no espectro político da direita. Transpondo as ruas e as redes sociais, suas lideranças ganharam

¹ Entendemos por liberais as ideologias de mercado, baseadas na defesa das liberdades individuais, de um estado mínimo e das políticas de privatizações. Por conservadorismo, entendemos os posicionamentos contrários as práticas políticas e ideológicas coletivistas de defesa da igualdade, reconhecimento, inclusão social. Neste sentido, o liberal está situado no plano econômico, enquanto que o conservadorismo, está vinculado ao âmbito societal, cultural e dos costumes.

espaço nos meios de comunicação tradicionais e passaram a atuar como analistas políticos e, além disso, formaram alianças com partidos e políticos opositores aos governos petistas, ademais conquistaram seus primeiros cargos eletivos nas eleições municipais de 2016.

Contudo, a atuação desses movimentos é marcada por contradições e obscuridades devido à relação que estabelecem com *think tanks* brasileiras e norte-americanas, a suas formas de financiamento, à ligação com políticos envolvidos em escândalos de corrupção e ao apoio ao governo de Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)², além de outros fatores que geraram críticas da oposição e questionamentos por parte da imprensa.

Ao nos propormos analisar esses movimentos a partir da perspectiva marxista, desenvolvemos, neste trabalho, um debate teórico a fim de sustentar a nossa hipótese, segundo a qual, esses grupos podem ser considerados “movimentos-apoi” das frações burguesas no bloco do poder. Dessa maneira, levamos em consideração o caráter de classe desses movimentos, o público que mobilizam e o tipo de relação que constituem diante de uma conjuntura político-econômica específica, caracterizada pelo ciclo dos governos petistas.

Para os propósitos deste trabalho, utilizamos como instrumentos de análise os materiais divulgados pelos grupos através de publicações (impresas ou em seus respectivos sítios eletrônicos), entrevistas viabilizadas em *blogs* e jornais, *posts* em suas páginas oficiais de *facebook*, vídeos disponíveis na plataforma *youtube*, artigos publicados por suas lideranças em jornais de grande circulação como a *Folha S. Paulo*, além da participação no 2º Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre, realizado em novembro de 2016 na cidade de São Paulo. Dessa maneira, pudemos recolher um número relevante de informações que nos permitiram caracterizar esses grupos e compreender suas formas de organização e suas ideologias.

Assim, a relevância do presente trabalho está, sobretudo, na análise dos “movimentos de classe média” situados no espectro político da direita, visto que os trabalhos que propõem resgatar o debate das classes no estudo dos movimentos

² O PMDB teve sua sigla alterada para (MDB) Movimento Democrático Brasileiro em dezembro de 2017, com o objetivo de ressignificar a imagem abalada do partido, devido ao envolvimento de seus principais representantes em escândalos de corrupção, e também para se distanciar das medidas impopulares adotadas pelo governo de Michel Temer. Optamos por manter a sigla PMDB ao nos referirmos aos eventos anteriores e posteriores à mudança com o propósito de evidenciar que apesar da nova nomenclatura a estrutura do partido se manteve.

sociais têm privilegiado aqueles cujos objetivos se dão em torno do trabalho e da reprodução da força de trabalho.

Isso posto, no primeiro capítulo realizamos um debate introdutório sobre os movimentos e as classes sociais diante das transformações ocorridas no decorrer do século XX, com a preocupação de resgatar o debate da luta de classes para pensar os conflitos sociais contemporâneos. No segundo capítulo, fazemos uma análise das manifestações ocorridas no mês de junho de 2013, com a pretensão de apontar os elementos que contribuíram para que a direita voltasse às ruas. Na sequência apontamos as características do VPR e do MBL, quando abordamos sua constituição, formas de organização, ideologias e atuação política. Por fim, no terceiro capítulo, empreendemos um exame das manifestações *pró-impeachment*, as contradições existentes entre as classes médias e os governos petistas, e os posicionamentos adotados pelo VPR e MBL diante de alguns fatores que marcaram o período posterior ao afastamento definitivo de Dilma Rousseff.

CAPÍTULO 1. CLASSES MÉDIAS EM “MOVIMENTO”: ENCONTROS E DESENCONTROS TEÓRICOS

Neste capítulo, tangenciamos o debate sobre as classes médias no interior do marxismo, buscando abordar elementos que nos possibilitem pensar suas formas de expressão de classe. Para tanto, na primeira parte, tratamos de maneira sumária as transformações socioeconômicas que promoveram o surgimento de novas categorias de assalariamento, não vinculadas à produção manual que caracterizara os operários fabris, e como esse fenômeno influenciou o debate sociológico sobre os antagonismos sociais. Num segundo momento, apresentamos a perspectiva teórica sobre as classes sociais dentro do marxismo, recusando a visão determinista que implica o comportamento político das classes como resultado de sua posição na estrutura econômica. Dessa forma, nos apropriamos do debate sobre os efeitos pertinentes para pensar o comportamento político e ideológico das classes médias. A terceira parte do capítulo trata do resgate da centralidade das classes na análise dos conflitos sociais modernos, sustentando o caráter estrutural da ação coletiva, que amplia o foco da exploração para a dominação capitalista, o que permite relacionar bandeiras como identitárias ao caráter de classe dos movimentos sociais. Por fim, como o marxismo tem privilegiado a análise dos movimentos relacionados ao trabalho e à reprodução da força de trabalho, o surgimento de organizações com concepções liberais e conservadoras, que possuem certa capacidade de mobilização social, deixa uma lacuna na análise dos movimentos sociais. Diante disso, lançamos mão de elementos teóricos que nos possibilitem identificar esses grupos como “movimentos-apoio”. Argumentamos aqui, a partir de uma conjuntura específica, a possibilidade de frações das classes médias se organizarem em movimentos liberais e conservadores para defender seus interesses particulares e/ou em apoio às frações hegemônicas no interior do bloco no poder.

1.1 A “NOVA” CLASSE MÉDIA E OS NOVOS CONFLITOS SOCIAIS

No decorrer do século XX, o modelo capitalista ampliou suas formas de acumulação de capital, passando a explorar os serviços e a produção imaterial³. Esse fenômeno promoveu a formação de grupos assalariados com características distintas daquelas que definem o proletariado tradicional e, também, não se resumem a modelos de produção pretéritos. Isso provocou um impacto profundo na estrutura social e ocupacional da sociedade, ao aumentar expressivamente o número de trabalhadores assalariados não-manuais, ligados a atividades técnico-científicas e administrativas, exercendo funções burocráticas e de gerência, não somente nas empresas privadas, como também em setores do Estado.

A expansão do setor de serviços e a crescente automação das indústrias levou a uma conseqüente redução do operariado fabril e à proliferação de uma “nova” classe média. Diversos teóricos consideraram esses fatores preconizadores de um novo modelo de sociedade, que recebeu diversas denominações – pós-industrial, pós-capitalista, sociedade do consumo, sociedade do conhecimento, sociedade programada etc. (CAVALCANTE, 2012). Desse modo, as relações econômicas e de propriedade passaram a ocupar uma posição secundária no debate sociológico, que entrou em choque com as perspectivas que consideravam a classe trabalhadora protagonista da história. Conseqüentemente, transferiu-se para o segundo plano a luta de classes como elemento de análise dos antagonismos sociais, visto que o surgimento de uma “nova” sociedade, cujo elemento central não está relacionado à produção industrial nem ao trabalho, compreenderia novos temas e novos agentes de ação coletiva.

A ascendência desses estratos sociais intermediários promoveu um intenso debate que pretendia refutar as análises marxianas, a partir da negação da luta de classes. Acreditava-se que a expansão de uma “nova” classe média, distinta da pequena burguesia tradicional composta por camponeses, artesãos e pequenos

³ Essas transformações favoreceram o surgimento de teses que consideram as categorias e os conceitos formulados para explicar a “sociedade industrial”, insuficientes para compreender as relações sociais contemporâneas. Essas teses questionam a validade da teoria marxista do valor-trabalho, alegando que, com o desenvolvimento da ciência e das tecnologias de informação, a produção material imediata passou a necessitar de pouco trabalho vivo para a reprodução de mercadorias e que o trabalho mais significativo, no sentido estrutural, não está mais relacionado à transformação material, e sim à produção de bens intangíveis como conhecimento e informação, portanto, o trabalho imaterial. Para uma crítica a essa concepção ver: Prado; Pinto, 2014 e Cavalcante, 2014.

comerciantes, mostrava a “insuficiência” teórica do marxismo para compreender as novas relações sociais do capitalismo contemporâneo⁴.

No decorrer do século XX, sobretudo no pós Segunda Guerra Mundial, com as políticas de bem-estar e a consolidação dos direitos sociais que promovia educação universal, assistência social, programas de renda básica etc., observou-se a emergência de novas formas de lutas reivindicativas em torno de pautas como gênero, etnia, pacifismo e ambientalismo, que colocaram o protagonismo de classe do operariado em “xeque”, diante do surgimento de grupos organizados constituídos por jovens, mulheres, negros, homossexuais, entre outros.

Segundo Santos (2008), um duplo movimento contribuiu para o abandono da centralidade do trabalho e das classes sociais nas análises dos conflitos modernos: por um lado, o esgotamento das experiências socialistas e, por outro, a vitalidade demonstrada pelo capitalismo em solucionar, ainda que de maneira precária, suas contradições. Segundo o autor, em substituição ao debate sobre as classes sociais,

Prolifera a compreensão de que os agentes da transformação deixaram o âmbito da relação entre capital e trabalho para se apresentarem, majoritariamente, em outra esfera, produzida pela economia, mas com identidade própria em relação a ela, isto é, a esfera da cultura. Com isso, entrou para segundo plano, igualmente, a análise que prioriza a luta de classes e, por desdobramento, o proletariado, bem como seus instrumentos de organização, o partido e os sindicatos. (SANTOS, 2008, p.76)

No final dos anos de 1960 e início de 1970, as mobilizações que tomaram conta dos Estados Unidos e Europa destacaram-se por incorporar elementos que não estavam presentes nas pautas dos partidos comunistas e dos movimentos operários sindicais, com destaque para a *Primavera de Praga* de 1968, o *conflito sino-soviético* e o *Mai de 1968* na França. Diversas perspectivas teóricas foram desenvolvidas para ajudar a compreender e explicar esses fenômenos e aqueles que os sucederam. Entre tais teorias as mais expressivas foram: a *teoria da mobilização de recursos* que tem como principais expoentes McCarthy e Zald

⁴ Para o debate sobre as classes médias dentro e fora do marxismo, consultar Cavalcante (2012).

(1977); a *teoria dos novos movimentos sociais*, representada por Touraine (1985), Melucci (1985); e a *teoria do reconhecimento*, Alex Honneth e Nancy Frazer⁵.

Apesar de apresentarem distintas interpretações sobre a emergência das “novas” formas de mobilização social, essas análises convergem em dois pontos importantes: contrapõem as interpretações vinculadas ao marxismo, refutando a centralidade da relação entre capital e trabalho, e defendem que as tensões estabelecidas no interior da sociedade moderna abrangem demandas imediatas e novas orientações culturais que contemplam a diversidade de determinações geradas pelos novos moldes sociais.

Contudo, há um esforço no interior do marxismo em resgatar a análise de classes, ou melhor, da luta de classes para a compreensão dos conflitos sociais. O desafio para desenvolver uma teoria mais sistematizada dos movimentos sociais, dentro desse escopo teórico, implica, sobretudo, em compreender a importância das classes médias na formação dos “novos” movimentos, levando em conta o fato de que esses grupos intermediários possuem posicionamentos políticos e ideológicos próprios.

1.2 CLASSES MÉDIAS: O DEBATE SOBRE OS EFEITOS PERTINENTES

Antes de abordarmos a questão dos “movimentos-apoio”, apresentaremos, de maneira sucinta, o debate sobre as classes sociais no interior do marxismo, de forma que nos permita perceber as especificidades de se pensar o problema das classes médias a partir dessa perspectiva teórica. Buscamos, dessa maneira, nos apropriarmos de alguns elementos que nos possibilitem verificar como essas classes se “movimentam” e conhecer a dinâmica de sua atuação política.

⁵ A *Teoria da Mobilização de Recursos* privilegia o “processo” de mobilização como resultado de um cálculo racional entre benefícios e custos, priorizando, portanto, a racionalidade e a organização em detrimento das ideologias e valores que levam à ação coletiva; a *Teoria dos Novos Movimentos Sociais*, suplanta a luta de classes como categoria analítica diante do surgimento de um novo ator social, o indivíduo, que edifica suas lutas no campo da cultura, da sociabilidade e da identidade; por sua vez, a *Teoria do Reconhecimento* propõe uma interpretação dos conflitos sociais como uma reação moral ao desrespeito, e faz uma crítica às concepções que interpretam os conflitos como resultado da distribuição desigual de oportunidades materiais de vida. Segundo Galvão (2012), no que se refere à *Teoria do Reconhecimento*, é importante ressaltar que o estudo de Nancy Frazer resgata a importância das classes sociais para a compreensão dos movimentos sociais contemporâneos, contudo, ela limita seu campo de atuação aos horizontes do capitalismo. Para uma discussão mais detalhada sobre as diferenças entre essas teorias, ver Galvão (2008) e Alonso (2009).

O emprego do termo no plural é necessário, pois não diz respeito a apenas uma classe, mas a um “conjunto de situações cuja inserção no modo de produção capitalista é específica” (Cavalcante, 2012, p.18). Nesse sentido, as classes médias não podem ser consideradas um grupo homogêneo que compartilha de uma mesma unidade ideológica e prática política.

Para adentrarmos nesse debate, nos apoiaremos na definição de classe social a partir de uma dimensão mais complexa, que não limita seu entendimento ao atributo “econômico”, mas leva em consideração as determinações políticas e ideológicas na sua acepção. Essa perspectiva, apresentada por Poulantzas (1975), parte da seguinte proposição:

As classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados *principalmente*, mas não exclusivamente, por seu lugar no *processo de produção*, isto é, na esfera econômica. De fato, não seria preciso concluir sobre o papel principal do lugar econômico como sendo este suficiente para a determinação das classes sociais. *Para o marxismo, o econômico assume o papel determinante em um modo de produção e numa formação social: mas o político e o ideológico, enfim a superestrutura, desempenham igualmente um papel muito importante.* (POULANTZAS, 1975, p. 13-14, grifo nosso)

A partir desses destaques, é importante salientarmos como são compreendidos os conceitos de “modo de produção” e de “formação social”, pois esses fatores influenciam não só na constituição das classes sociais, mas também no seu comportamento político-ideológico em conjunturas específicas. Posto isso, exporemos a definição de Poulantzas sobre o modo de produção e, posteriormente, algumas revisões de suas análises. Para o autor, o conceito consiste em um *objeto abstrato formal* resultante da:

Combinação específica de diversas estruturas e práticas que, na sua combinação, aparecem como outras tantas instâncias ou níveis, em suma, como outras tantas estruturas regionais desse modo. Um modo de produção, como forma esquemática o disse Engels, compreende diversos níveis ou instâncias, o econômico, o político, o ideológico e o teórico, subentendendo-se que não trata senão de um esquema indicativo e que é possível operar-se uma divisão mais exaustiva. O tipo de unidade que caracteriza um modo de produção é o de um *todo complexo com dominância* em última instância, do econômico: dominância em última instância para a qual reservaremos o termo de *determinação*. (POULANTZAS, 1977, p.13, grifo do autor)

A determinação do econômico, em última instância, não significa que este sempre irá desempenhar o “papel dominante” em um modo de produção, mas implica no fato de que é o econômico quem atribui a esta ou aquela instância a posição de dominante. No modo de produção feudal, p.ex., é a ideologia, na sua forma religiosa, determinada pelo funcionamento do econômico, quem exerce a função de dominante (POULANTZAS, 1977).

Ainda segundo Poulantzas, o que constitui a *matriz* de um modo de produção, responsável por distingui-lo em relação aos demais, é a forma particular da articulação entre os seus diferentes níveis. É importante lembrar que a definição, *stricto sensu*, do conceito de modo de produção, feita por Althusser (1999), corresponde à unidade entre Forças Produtivas e Relações de Produção que o constitui, onde a primeira diz respeito a sua base material⁶. Nesse sentido, o modo de produção é colocado ao lado da infraestrutura (econômica). Essa perspectiva vai influenciar leituras distintas da de Poulantzas sobre o que configuraria a matriz de um modo de produção.

Nesse caso, Milios e Economakis (2011), a partir de uma perspectiva crítica à escola althusseriana, sem, contudo, romper com suas formulações, definem as *relações de produção* como uma combinação entre “propriedade, posse e uso” dos meios de produção, na qual

O uso dos meios de produção é definido como *realização exclusiva da função do trabalho efetivo*, o qual significa participação – por um indivíduo ou agente coletivo – no processo de trabalho com vistas à produção de valores de uso (...). A *propriedade como uma relação econômica consiste no controle dos meios, objetos e resultados do processo produtivo*. Diferentemente da propriedade formal-legal, a *propriedade como uma (real) relação econômica pressupõe a posse dos meios de produção, i.e., a gerência (direção) do processo produtivo*, o poder de colocar os meios de produção em uso e a apropriação dos resultados mediante o uso dos meios de produção. Ou seja, *a propriedade como relação econômica existe numa relação de homologia (coincidência-correspondência) com a posse (gerenciamento)*. Em caso de não homologia (não coincidência e não correspondência), a propriedade não é uma relação econômica, mas

⁶ Diferentemente dos autores abordados neste capítulo, Althusser (1999) utiliza a definição do conceito de modo de produção em seu sentido estrito, não entra, portanto, no mérito do debate atribuído a Poulantzas e Terray, segundo o qual cada modo de produção comporta sua própria superestrutura (estrutura jurídico-política e estrutura ideológica). A questão da superestrutura, nesse caso, é atribuída, “sempre provisoriamente”, como faz questão de ressaltar, a uma formação social concreta, que comporta diferentes modos de produção. (ALTHUSSER, 1999, p.44).

é (ou pode ser) uma relação puramente formal ou legal. (MILIOS; ECONOMAKIS, 2011, p. 58, grifo nosso)

Dessa maneira, em um “modo de produção puro”, é a combinação particular dessas três relações fundamentais (propriedade, posse e uso) que constitui as *relações de produção* e, conseqüentemente, a “matriz” de um modo de produção, responsável por definir qual dos três elementos estruturais que o formam (econômico, jurídico-político ou ideológico) será o dominante (MILIOS; ECONOMAKIS, 2011, p. 58-59).

Esses três componentes (propriedade, posse, uso) são permanentes nas relações de produção; por isso, o que diferencia um modo de produção de outro é a forma como eles se relacionam. Para melhor compreender esse ponto, podemos utilizar o exemplo do modo de produção capitalista (MPC), no qual a característica elementar de sua *matriz* é a criação do trabalhador livre (e expropriado dos meios de produção) e a transformação massiva da força de trabalho em mercadoria. Nesse caso, a relação de *homologia* (coincidência-correspondência) entre *propriedade* e *posse* na classe portadora da propriedade (real), se dá pela completa separação dos produtores imediatos (livres) da *posse* dos meios de produção, i.e., eles realizam apenas a função de *uso*, criando valor através de trabalho (MILIOS; ECONOMAKIS, 2011).

O modo de produção, como *objeto abstrato-formal*, não existe na realidade, mas é um instrumento metodológico que permite a compreensão da formação social, definido por Poulantzas (1977) como *objeto real-concreto*. De acordo com Althusser (1999), por formação social entende-se toda sociedade “concreta” historicamente existente, formada por pelo menos dois ou mais modos de produção, na qual um deles é dominante e os demais são dominados. Os modos de produção dominados se caracterizam por subsistirem de formações sociais pretéritas ou por estarem em vias de nascer no momento presente da formação social.

Essa pluralidade de modos de produção em toda formação social, a dominância atual de um modo de produção sobre modos em vias de reabsorção ou de constituição, permitem explicar a complexidade contraditória dos fatos empíricos observáveis em toda a formação social concreta e também as tendências contraditórias que se enfrenta nela, e se traduzem através de sua história (suas transformações reais observáveis, na economia, política e ideologia). (ALTHUSSER, 1999, p. 42-43)

Para Althusser (1980, p.130), “a estrutura das relações de produção determina *lugares* e *funções* que são ocupados e assumidos por agentes da produção, que nunca são mais do que ocupantes desses lugares, na medida em que são ‘portadores’ (*Träger*) dessas funções”. Nesse sentido, retomamos as contribuições de Milios e Economakis (2011) para quem a definição de classes é o resultado da “matriz” de um modo de produção, ou seja, é a partir da combinação particular das relações de propriedade, posse e uso, que se originam as classes sociais. Assim, as classes seriam formadas no interior dos diferentes modos de produção como resultado de sua matriz e dos “ocupantes” e “portadores” das funções dessas relações:

As classes sociais em um modo de produção são definidas aqui como as classes sociais *fundamentais* desse modo de produção (os principais agentes de um modo de produção para usar a terminologia marxista). Do mesmo modo, definimos como *não fundamentais*, ou melhor, como classes sociais *intermediárias*, aqueles agrupamentos sociais (se é que eles existem) que não são “portadores” (e não são “ocupantes”) das relações fundamentais, i.e., classes que não incorporam apropriadamente um “atributo social” específico, ou discernível, no nível do modo de produção. (MILIOS; ECONOMAKIS, 2011, p.59, grifo do autor)

Essa questão contribui para pensarmos o problema das classes médias e, sobretudo, da sua organização em movimentos sociais, pois a análise das classes de uma sociedade (formação social concreta), a partir dessa perspectiva, pressupõe o estudo dos diferentes modos de produção que a compõem. Isso implica em afirmar que ela não é composta por apenas duas classes, e que as classes fundamentais dessa formação são aquelas do modo de produção dominante⁷. Contudo, uma leitura desatenta desse ponto poderia levar a um equívoco, se considerássemos que as classes sociais intermediárias seriam exclusivamente aquelas dos modos de produção subordinados.

Milios e Economakis (2011) dão ênfase ao fato de que as classes que não são formadas no interior das relações de produção também são

⁷ No caso de uma formação social capitalista, onde predomina o MPC, a articulação dos demais modos de produção se dá através da esfera da circulação (MILIOS; ECONOMAKIS, 2011).

consideradas intermediárias visto não serem “portadoras” ou “ocupantes” das relações (propriedade, posse e uso) que dão forma às relações constitutivas do modo de produção. Assim, as classes intermediárias também “podem ser formadas como parte do exercício funcional do poder social (econômico, político, ideológico) das classes dominantes” (ibdem, p.60).

Ao se referirem ao MPC, os autores definem como classes fundamentais: a “classe capitalista” (portadora ocupante da propriedade real) e a classe operária (portadora ocupante da relação de uso, que exerce a função de trabalho efetivo no interior do processo de produção capitalista). A classe intermediária seria, portanto, a *nova pequena burguesia*, i.e., o conjunto de trabalhadores assalariados que exerce função de capital e trabalho, porquanto, ao mesmo tempo que compõem o trabalho coletivo (produtivo), desempenham, exclusivamente, atividades de gerência e supervisão de nível mais baixo.

Os assalariados que pertencem a essa categoria especial de trabalho assalariado não realizam *exclusivamente* a função de trabalho (relação de uso), mas, ao contrário, *exercem poderes do capital*. Assim, embora façam parte do trabalhador coletivo, i.e., dos trabalhadores produtivos – trabalhadores diretamente explorados pelo capital –, eles também “funcionam como capital” e, portanto, não são “incorporações” ou “personificações” de um “atributo social específico”, ou completamente discernível, no nível do modo de produção. (MILIOS; ECONOMAKIS, 2011, p.64, grifo do autor)

A essa categoria são acrescentados os assalariados do aparelho estatal, em razão de comporem um quadro de pessoal que está envolvido com o exercício do poder capitalista através da execução de funções sociais do capital. Das quais são destacadas as:

(i) funções que asseguram a extração da mais-valia, tais como supervisão-comando-controle do processo de produção (técnicos, engenheiros etc.); (ii) funções que asseguram a coesão do poder político capitalista (burocracia estatal, aparato jurídico, militar etc.); (iii) funções em prol da sistematização e disseminação da ideologia dominante, tais como educação. (ibdem, p.66-67)

No que diz respeito ao exame da formação (social) capitalista, é preciso verificar os diferentes modos de produção que a compõem e as diferentes relações estabelecidas pelos seus diversos agentes econômicos. Dessa maneira

Milios e Economakis desenvolvem teoricamente dois modos de produção e, como resultado, suas classes fundamentais, que, numa formação social dominada pelo MPC, se configuram como classes intermediárias. O primeiro diz respeito à “produção simples de mercadoria” (PSM), que é caracterizada pela completa participação do proprietário real no processo de trabalho, havendo uma correspondência entre propriedade, posse e uso. Sua classe fundamental é a *pequena burguesia tradicional*, ou seja, pequenos proprietários como artesãos e o campesinato pobre. O segundo se refere ao “modo de produção híbrido” (MPH) que, por sua vez, é caracterizado pela coexistência entre o trabalho não pago (familiar) e o trabalho contratado (não-familiar). Suas classes fundamentais são a *média burguesia*, portadora-ocupante da propriedade real e (parcialmente) do uso, e os produtores diretos assalariados.

Contudo, como apontado por Poulantzas (1972), as relações de produção não são suficientes para determinar uma classe social num modo de produção nem para localizá-la numa formação social. É indispensável, portanto, a referência às relações políticas e ideológicas. Nesse caso, os impactos da situação de classe nas relações econômicas podem ser identificados nos níveis políticos e ideológicos, por meio de seus “efeitos pertinentes”.

Poulantzas (1972) “unifica” a “nova” *pequena burguesia* e a *pequena burguesia tradicional*⁸ numa mesma classe que é a “*pequena burguesia*”. Para o autor o que as assemelha é a característica “negativa” de não pertencerem nem a burguesia nem ao proletariado, mas como isso não é suficiente para determinar uma uniformidade no plano econômico, a negatividade só assume pertinência no plano político. Portanto, só são consideradas parte de uma mesma classe por possuírem os mesmos efeitos pertinentes nos níveis políticos e ideológicos (p.10-11).

A pequena burguesia tradicional (PBT), nesse sentido, é entendida, no plano econômico, a partir da pequena produção e da pequena propriedade. Sua existência depende da coexistência de diversos modos de produção e da presença nessa formação social da forma mercantil simples, que é a forma de transição do modo de produção feudal para o MPC. A “nova” pequena burguesia, por sua vez, é

⁸ A compreensão que Poulantzas tem da pequena burguesia tradicional (camponeses, artesãos, pequenos comerciantes etc.) é entendida por Milios e Economakis (2011) como duas classes distintas submetidas cada uma a um modo de produção: a pequena burguesia tradicional (Produção Simples de Mercadoria) e a média burguesia (Modo de Produção Híbrido).

resultado do próprio desenvolvimento ampliado do MPC. Nela se enquadram os trabalhadores assalariados não produtivos, submetidos a uma relação de exploração sob a forma “jurídica” do salário, determinada pela extorsão direta do sobretrabalho e não pela produção de mais-valia.

Segundo Poulantzas (1975), ambos os grupos compartilham de um “*efetivo subconjunto ideológico (pequeno burguês)*”, resultado da influência contraditória recebida da ideologia dominante (burguesa) e da ideologia ligada à classe operária, que dispõe de contornos próprios devido às aspirações que são particulares à pequena burguesia, i.e., em correspondência à sua situação específica de classe.

Por isso, apesar de os dois conjuntos da pequena burguesia ocuparem posições distintas nas relações de produção, Poulantzas atribui a elas, de forma esquemática, efeitos pertinentes ideológicos semelhantes e os classifica em três aspectos: a) *anticapitalista do status quo*: diz respeito à contraposição às grandes riquezas e às grandes fortunas, e à defesa da manutenção do *status quo* devido ao apego à pequena propriedade, no caso da PBT, e à defesa de uma “justiça social”, a partir da redistribuição dos rendimentos (salários) por intermédio do “Estado”, e o receio de uma transformação revolucionária da sociedade, em consequência da insegurança vivida ao nível do salário, no tocante à NPB ; b) *mito da ‘passerelle’*: que significa temor à proletarização e aspiração individual entre os “melhores” e “mais capazes” de tornar-se burguesia, em relação à PBT, e se exprime na pretensão de ascensão social por meio da “neutralidade democrática da cultura”, concentrada em um aparato educacional “neutro”, responsável pela “promoção” e acesso dos “melhores” à condição burguesa, em referência à NPB; c) *fetichismo do poder*: em que a PBT, ao considerar-se uma classe ‘neutra’ (entre a burguesia e a classe operária), acredita num Estado “neutro”, acima das classes, capaz de assegurar os seus interesses. Já no caso da NPB, que também acredita no Estado neutro acima das classes, quanto aos trabalhadores assalariados dos aparelhos burocráticos a identificação com o Estado e suas instituições ocorre devido ao burocratismo e à subordinação hierárquica (POULANTZAS, 1975, p.10-15).

O fato de ambos os conjuntos que compõem a pequena burguesia não fazerem parte das classes fundamentais do MPC (cujos interesses são

antagônicos), implica, no campo da luta de classes, na ausência de objetivos “próprios” no longo prazo. Esse preceito, combinado com o seu isolamento econômico (individualismo pequeno-burguês) e sua proximidade ideológica, produz efeitos pertinentes comuns ao nível político, a saber: dificuldade de organização política num partido próprio e específico; identificação ideológica com o Estado, que desempenha o papel de seu “representante” e organizador político, fazendo com que a pequena burguesia promova um apoio “mediado” à burguesia (“classe-apoio” do Estado); e polarização em torno das classes fundamentais do MPC, que provoca oscilações, em conjunturas de instabilidade política, entre posições de classe burguesa e operária.

Poulantzas, contudo, faz algumas observações em relação ao fato de a pequena burguesia dividir-se em frações. Desse modo, em conjunturas específicas pode haver descompassos em relação a sua posição política.

Estes desfasamentos podem mesmo chegar ao ponto de uma dessas frações oscilar para um lado e a outra para o outro. O que a prática permite verificar é que a posição política comum prevalece largamente nas conjunturas “normais” da luta de classes, ou em conjunturas de crise política aguda acompanhadas por uma defensiva da classe operária – caso dos fascismos. (POULANTZAS, 1975, p.16)

Sem rejeitar a validade da teoria dos efeitos pertinentes, Milios e Economakis (2011) esclarecem que a forma como ela é utilizada por Poulantzas leva a conclusões equivocadas sobre as classes sociais e a uma falsa compreensão desses efeitos. Dizem os autores: “não se pode conceber qualquer definição de classe no nível político e ideológico em contraste com sua definição estrutural no nível econômico” (ibdem, p. 72). Logo, Poulantzas incorreria em erro ao considerar parte de uma mesma classe grupos que possuem inserções distintas nas relações de produção (no nível econômico).

Em uma formação social dominada pelo MPC existem, na perspectiva dos autores, três classes intermediárias que, como vimos acima, correspondem a modos de produção distintos: a pequena burguesia tradicional (PSM), a média burguesia (MPH) e a nova pequena burguesia (MPC). Por estarem inseridas de maneiras distintas nas relações de produção, cada uma dessas coletividades possui efeitos políticos e ideológicos próprios.

Outro ponto de discordância se refere às categorizações utilizadas por Poulantzas para definir as posições político-ideológicas das classes médias. As noções de anticapitalismo, aspirações de ascensão social, fetichismo do poder etc. são consideradas, por eles, genéricas demais para atuarem como efeitos agregadores, além do fato de estarem muito associadas a elementos da ideologia burguesa. Buscando contrapor esses fatores, Milios e Economakis vão propor algumas modificações em relação ao esquema poulantziano, evidenciando como cada uma das classes intermediárias se relaciona com a ideologia dominante.

Em relação às posições político-ideológicas das subcoletividades da classe média: o *anticapitalismo* da média burguesia é direcionado contra as grandes companhias capitalistas que dominam as menores. Seu compromisso de classe com o *status quo* é evidenciado pela oposição à redistribuição da riqueza, já que isso implica na elevação do custo da força de trabalho. E sua aspiração de ascensão social está inscrita na *matriz* do MPH, uma vez que o lucro estabelece um dos objetivos da produção híbrida; diferentemente, o *anticapitalismo* da pequena burguesia tradicional se assemelha à média burguesia pela defesa da propriedade, na sua reprodução enquanto detentora dos meios de produção. No entanto, a pequena burguesia tradicional possui um posicionamento favorável à redistribuição da riqueza, por ser mais ou menos dependente do trabalho assalariado em razão de seu *status* de semiproletarização; a nova pequena burguesia, por sua inserção particular nas relações de produção (única classe intermediária não-proprietária), se aproxima da pequena burguesia tradicional em relação à redistribuição da riqueza, mas, diferentemente desta, tem a especificidade de defender o aumento das responsabilidades para aqueles que comandam o conhecimento e estão nas posições intermediárias das grandes empresas e do Estado (defesa do reconhecimento e valorização do trabalho intelectual). Sua ascensão social, em vista disso, está relacionada ao progresso no interior das empresas e do aparelho estatal.

A maneira como as classes médias estabelecem relações com a empresa capitalista e com o Estado também se distinguem. A NPB possui uma relação de interioridade com ambos, enquanto que a MB e a PBT possuem uma relação contraditória com a empresa capitalista e uma relação de exterioridade com o Estado.

Os autores abordam também a questão da polarização das subcoletividades das classes médias em condições políticas específicas, argumentando que a possibilidade de aproximação a grupos extremistas (caso do fascismo) ou a movimentos proletários é diferente para cada grupo. Sobre a ausência de uma estratégia de classe autônoma, alegam que no caso da MB e da PBT isso é visível, pois seu modelo de reprodução consiste na posse da propriedade privada (capitalista), enquanto que, em relação à NPB, a tendência ao controle das empresas e do Estado resulta em modelos de “capitalismo de Estado”.

Cavalcante (2012) chama atenção para um ponto importante em relação às análises de Milios e Economakis. Ao fragmentarem elementos que, em Poulantzas, apareciam de forma conjunta, os autores contribuem para uma “análise concreta mais complexa das relações entre as classes sociais”, sobretudo, no que se refere às posições político-ideológicas das classes médias. Contudo, por seus esforços se concentrarem na “definição econômica” das classes, acabam por promover uma “separação um tanto quanto rígida entre uma classe já existente economicamente e sua “consciência” e organização política” (ibidem, 2012, p. 319).

Décio Saes é outro autor que tangenciou esse debate ao contrapor-se à perspectiva poulantziana, que une na mesma classe a pequena burguesia tradicional e a classe média assalariada. Suas contribuições a partir da crítica às teses que unem ideologicamente as diferentes frações de classe média são de extrema importância para pensarmos as demandas dos movimentos sociais contemporâneos.

Saes (1977) problematiza essa questão em trabalho que dialoga com as teses desenvolvidas por Arno Mayer a respeito das classes médias. Tais teses defendem a existência de uma unidade ideológica entre todos os setores sociais intermediários⁹, garantida pelo culto à propriedade privada e desvalorização do trabalho manual; essa unidade promove no conjunto da classe média, em caso de uma profunda crise política do sistema capitalista (resultado do conflito entre burguesia e proletariado), a definição de uma prática política de apoio à classe dominante contra a classe operária, por medo da proletarização e pelo desejo de ascensão social por meio da mobilidade.

⁹ Não pertencentes à burguesia e ao proletariado, considerados em suas formas estritas: proprietários de capital e trabalhadores assalariados fabris. (Saes, 1975)

Utilizando o próprio argumento de Mayer a respeito da *independência* da pequena burguesia tradicional e *dependência* da nova classe média, Saes afirma que essa distinção por si só já aponta uma diferenciação ideológica entre os dois “subconjuntos”.

A *independência* da pequena burguesia tradicional evoca a *subordinação indireta e externa* de camponeses, artesãos ou pequenos comerciantes ao capital comercial ou bancário, tal subordinação não implicando o controle direto pelo capital do próprio processo de produção, mas sim de suas condições externas. Já a *dependência* da nova classe média sugere uma *subordinação direta* do trabalho ao capital, sob a forma de trabalho assalariado. De um lado, pequena produção e pequena propriedade, ameaçada pelo grande capital, de outro, trabalho assalariado, uma expressão acabada de relações de produção já tipicamente capitalistas. (SAES, 1977, p.98, grifos do autor)

Nesse sentido, a posição anticapitalista da pequena burguesia deriva do sentimento de pequenos proprietários ameaçados pelo grande capital (apego à propriedade). Ligações estas que não são compartilhadas pelos trabalhadores assalariados não-proprietários. O medo dos pequenos proprietários consiste, portanto, na aversão ao assalariamento, à expropriação e à sujeição direta ao capital. A nova classe média, por sua vez, mantém uma relação particular com o grande capital. Por estar submetida à relação de assalariamento não é apegada à propriedade privada, que não possui, mas à ideologia meritocrática que se expressa na rejeição ao trabalho manual.

Na verdade, é preciso conceder algo à sociologia funcionalista norte americana: o fenômeno da “classe média” é uma questão de estratificação social, mas (e aqui termina a concessão) a *estratificação social sendo aqui entendida como o aspecto da ideologia dominante que reduz a divisão capitalista do trabalho a uma hierarquia do trabalho, correspondente, para empregar a expressão de Bourdieu e Passeron, a uma “escala de dons e méritos”*. (SAES, 1977, p.99, grifos do autor)

Segundo Saes, a ideologia dominante camufla a contradição existente entre capital e trabalho, e, em relação aos trabalhadores assalariados improdutivos (não vinculados às tarefas manuais), a substitui por uma hierarquia do trabalho não-manual sobre o trabalho manual. A valorização meritocrática do trabalho intelectual assume contornos específicos que garantem uma posição

privilegiada à classe média em detrimento da sua condição de assalariamento, que implica na perda de controle e autonomia. Assim, a meritocracia valoriza a hierarquização do trabalho por considerar a divisão entre manual e não-manual resultado legítimo dos esforços, competências e habilidades individuais (Cavalcante, 2012).

A classe média é aqui definida como “o conjunto dos efeitos políticos reais produzidos sobre certos setores do trabalho assalariado pela ideologia dominante, que apresenta a hierarquia do trabalho como a expressão de uma pirâmide natural de dons e méritos”. Configura-se, portanto, como uma noção “prática” que não pode ser determinada unicamente no plano teórico, sendo antes necessária a análise das práticas políticas dos grupos assalariados para se compreender quais estão submetidos à ideologia da hierarquização do trabalho (SAES, 1977, p.99).

Outra contraposição a Mayer, se refere ao fato de ambas as subcoletividades compartilharem da *valorização da mobilidade individual ascendente*. Nesse caso, não se trata de uma característica ideológica específica da pequena burguesia tradicional ou da classe média, mas sim de “um dos aspectos fundamentais do individualismo pequeno-burguês”, que permeia todas as classes sociais, atuando como instrumento de desagregação da solidariedade social (SAES, 1977, 100).

Em relação ao segundo ponto abordado por Mayer, no qual o conjunto das classes médias serviriam como “tropa de choque” contra as classes dominantes, Saes argumenta que tanto os setores da pequena burguesia tradicional como os da nova classe média, por razões determináveis apenas pelo estudo das condições concretas da luta política em cada conjuntura, podem se alinhar politicamente com a burguesia ou com a classe operária de acordo com certos limites ideológicos (rejeição do assalariamento para a pequena burguesia tradicional, hierarquização do trabalho para a nova classe média).

Podemos destacar, portanto, que a análise política das classes médias consiste no reconhecimento da complexidade da luta de classes (Saes, 1997). A teoria dos efeitos pertinentes é de extrema relevância para pensarmos os movimentos sociais contemporâneos, formados em grande medida por frações das classes médias. No caso brasileiro, em específico, a emergência de diversos

movimentos compostos por membros das classes médias com bandeiras liberais e conservadores, como se dá com o Movimento Brasil Livre e Vem Pra Rua, lança um novo desafio ao marxismo para pensar a configuração de movimentos sociais situados do campo político da direita. Dessa maneira, nosso objetivo é apresentar alguns elementos de um debate ainda recente que visa, a partir da análise das práticas políticas desses grupos na atual conjuntura brasileira, pensá-los como movimentos-apoio das frações dominantes no bloco do poder.

1.3 MOVIMENTOS SOCIAIS DE CLASSE MÉDIA: DA EXPLORAÇÃO À DOMINAÇÃO

Como apontado anteriormente, há um esforço no interior do marxismo em resgatar a análise de classes para pensar os movimentos sociais. Considerar o conceito de classe como resultado da interação estabelecida entre os diferentes níveis da infraestrutura e da superestrutura é procedimento importante para essa incumbência, pois permite lançar mão de elementos que não limitam o comportamento político de classe à sua localização na esfera produtiva. Ademais, essa noção permite contrapor as perspectivas circunscritas em torno da bipolarização entre burguesia e proletariado, objeto da crítica ao marxismo, sobretudo, a partir da década de 1970.

Galvão (2011), buscando compreender os conflitos sociais modernos, entendidos como algo além da simples polarização entre capital e trabalho, sustenta a possibilidade de um caráter estrutural da ação coletiva. Para tanto, considera:

A exploração e a dominação de classe delimitam um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes. Desse modo, é possível destacar a importância da oposição de classes na emergência e estruturação dos movimentos sociais, uma vez que os conflitos que estes expressam estão, em parte, relacionados aos efeitos da exploração e da dominação capitalistas. (GALVÃO, 2011, p.110)

Para exemplificar essa questão apontada pela autora, apoiamo-nos nas contribuições de Miliband (1999) que, a partir da clássica passagem do *Manifesto do Partido Comunista*, no qual Marx e Engels (2010, p.40), escrevendo: “

...a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”, afirmaram que o destaque dado, na análise da luta de classes, à relação de *exploração* (ênfase na extração de mais-valia) entre proprietários e produtores diretos, camufla um elemento importante que corresponde ao processo de exploração: a “*dominação*” (MILIBAND, 1999, p.475).

Para o autor, o foco na *dominação* amplia os limites em que se concebem as relações de classe ou a luta de classes, envolvendo aspectos que a abordagem restrita à exploração tende a esconder ou a não levar em conta. Nessa perspectiva, ao evidenciar-se a dominação, é possível relacionar “os fenômenos de exploração com o seu contexto social e político mais amplo, removendo, com isso, uma certa estreiteza “econômica” que a ênfase exclusiva na exploração encoraja”. (MILIBAND, 1999, p. 475). Miliband, contudo, não nega a importância da exploração na análise de classes, mas acrescenta que o patriarcado, o racismo e o machismo, p. ex., como formas de dominação, além de promoverem a exploração, constituem outros tipos de “vantagens” a seus beneficiários.

Ampliar o foco da análise de classes da exploração para a dominação “permite um exame e uma identificação mais abrangentes e realistas dos protagonistas da luta de classes” (MILIBAND, 1999, 476), pois transcende a apropriação de mais-valia e a alocação do excedente à medida que leva em consideração fatores como o controle sobre os meios de produção (o que não envolve necessariamente sua propriedade), o controle dos meios de administração e coerção do Estado, e o controle dos meios de consenso.

Nesse sentido, destacar a relevância da oposição entre as classes não implica em afirmar que os conflitos sociais refletem uma simples polarização entre capital e trabalho. Como observa Galvão (2011), há uma multipolarização que leva em consideração os interesses de uma classe trabalhadora, pensada em seu sentido mais amplo, que se distingue a partir das circunstâncias em que a força de trabalho é vendida e dos tipos de trabalhos realizados, manual e não-manual, produtivo e improdutivo, assalariado e não assalariado, de direção e execução. E que diz respeito a operários, camponeses, classes médias e pequena burguesia.

Por conseguinte, a autora apresenta algumas proposições fundamentais para o desenvolvimento de uma análise marxista dos movimentos sociais: a) a possibilidade de relacionar o surgimento dos movimentos à posição de

classe de seus participantes; b) o fato de os movimentos não serem uniclassistas, mas pluriclassistas (ou policlassistas), pois as classes devem ser consideradas em sentido amplo, devem abranger as classes médias e os camponeses no âmbito das lutas dos trabalhadores; e c) os movimentos sociais contemporâneos não podem ser compreendidos sem que seja considerada a centralidade da oposição capital/trabalho, embora ela ressalve que nem todos os conflitos são conflitos de classe (GALVÃO, 2011, p.113).

Assim, para que possamos compreender o conflito entre as classes, como já assinalamos, é necessária uma análise das condições materiais e da conjuntura política que leve em consideração o impacto da ideologia dominante e a relação estabelecida entre as classes. Os conflitos sociais devem ser entendidos, portanto, como “manifestações de contradições estruturais, agravadas por problemas conjunturais”; por isso é necessário articular estrutura e conjuntura para explicar em que sentido as classes se movimentam. Assim, não descartamos o fato de que os dominados também podem empreender mobilizações conservadoras e reacionárias (Galvão, 2011, p.112), o que também é considerado por Poulantzas (1972) ao evidenciar o papel que a pequena burguesia teve na ascensão do fascismo. Apesar de considerar a pequena burguesia sem posição de classe própria e tendo que oscilar entre os interesses da burguesia e da classe operária, o autor não descarta a possibilidade de ela atuar como uma *autêntica força política* em determinadas conjunturas.

1.3.1 CLASSES MÉDIAS E “MOVIMENTOS-APOIO”

As propostas de formulações teóricas sobre os movimentos sociais contemporâneos no interior do marxismo, em geral, têm privilegiado aqueles cujos objetivos poderíamos denominar, a partir do senso comum, de progressistas¹⁰. Contudo, a expansão do conservadorismo e o surgimento de grupos organizados em torno da defesa de um Estado não-interventor na economia e contrários às políticas de inclusão social, tem adquirido destaque no debate político e sociológico.

No caso brasileiro, pudemos presenciar o surgimento de manifestações de rua distintas daquelas que dominaram o cenário político nacional

¹⁰ Relacionadas à conquista ou ampliação de direitos, como moradia, transporte, luta pela terra etc.

durante as décadas de 1980 e 1990. O ano de 2013 ficou marcado por uma série de protestos concentrados no mês de junho que levaram milhares de pessoas às ruas de diversas cidades do país em defesa da redução da tarifa do transporte coletivo. No decorrer dos eventos, a bandeira do transporte público foi abandonada e os protestos culminaram na crítica generalizada ao sistema político e em uma enxurrada de reivindicações desconexas. Já em 2015 e 2016 foram registradas as maiores mobilizações sociais da história do país, organizadas por grupos contrários ao governo federal - representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) - que reivindicavam o “fim da corrupção”.

Diante desses acontecimentos, alguns trabalhos, fora do escopo teórico marxista, buscaram compreender os sentidos dessas manifestações.

Com o objetivo de identificar os novos contornos que os protestos de rua estavam adquirindo no Brasil, Tatagiba et al. (2015) rejeitam a expressão “movimento social” para definir os grupos organizadores das manifestações que ganharam corpo em 2015, ao partir da premissa de que, até então, estes não demonstravam capacidade de direção nem a possibilidade de converter a onda de indignação em um movimento consistente à direita. Ciente das dificuldades que a análise de acontecimentos em curso implica e da ausência de uma tradição brasileira nesse tipo de estudo (sobre “movimentos de direita”), a autora enquadra o fenômeno sob o conceito de “*mobilizações de direita*”, definido como protestos que não foram organizados e que nem sequer encontram nas redes tradicionalmente ligadas às organizações de esquerda (partidos, sindicatos, movimentos sociais) as condições infraestruturais para a sua organização.

Segundo Tatagiba et al. (2015), o sucesso dessas manifestações advém, sobretudo, do enquadramento discursivo que associa o *combate à corrupção ao antipetismo*. Nesse sentido, sua análise parte do pressuposto de que as políticas e os programas promovidos pelos governos do PT permitiram que “vozes dissonantes” adentrassem o debate público, o que culminou numa significativa resistência ao plano econômico e cultural de grupos historicamente marginalizados. Isso, somado à situação de praticamente estagnação das classes médias na estrutura social brasileira, promoveu a adesão de segmentos de média e alta renda a uma agenda que se define pela negação: “contra a corrupção e contra o

PT”, revelando uma espécie de “autoritarismo social” que caracteriza as relações sociais brasileiras.

Em vista disso, a centralidade da associação entre corrupção e antipetismo se configuraria em uma expressão paradoxal, pois ao mesmo tempo que desempenha o papel de elemento catalizador das mobilizações de direita, representa a fraqueza de seus organizadores ao revelar a debilidade de uma agenda sem uma dimensão propositiva e um projeto político claro a ser elaborado no longo prazo.

Gohn (2017) buscou diferenciar os grupos surgidos na “era da *internet*” dos movimentos clássicos - organizados em torno do trabalho – e dos novos movimentos sociais – estruturados a partir da afirmação das identidades. Com o intuito de apreender suas especificidades, a autora utilizou o sintagma “novíssimos movimentos sociais”.

Os novíssimos movimentos sociais criados na era da *Internet* são, de um lado, plurais, mais autônomos, mais horizontais porque nascem de redes de grupos ou coletivos. Mas, de outro lado, a própria rede atua como uma organização-suporte por ser a rede de interação e compartilhamento de crenças e valores. Atua, portanto, como filtro que agrega ou separa correntes de contracorrentes. As redes sociais virtuais, digitais, são a forma básica de constituição e atuação da maioria dos coletivos. São recursos e fatores estratégicos porque seu poder vai além da mobilização. Impactam o caráter da ação coletiva desenvolvida. Transformam-se em ações conectivas. (Gohn, 2017, p.24-25)

Em relação ao que denomina de “novíssimos”, a autora aponta para a existência de duas correntes com dois campos de ação e repertórios diferentes: um deles representado pelo Movimento Passe Livre (MPL), responsável por despertar os protestos em 2013, e grupos autonomistas ou socialistas, organizados em torno da horizontalidade (sem lideranças), autonomia, independência e apartidarismo; o outro, caracterizado por grupos como o Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre (MBL), *Revoltados On Line*, Nas Ruas e afins, definidos como a “contracorrente dos novíssimos movimentos”, que durante os protestos a favor do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, evidenciaram temas de forte apelo social, como ética na política e moralidade popular (GOHN, 2017, 71).

Esses trabalhos têm como ponto de referência para suas análises os *frames* e matrizes discursivas utilizados pelas organizações que convocaram os

protestos. Assim, a possibilidade de um estudo a partir de uma perspectiva classista, é, por eles, ignorada. Nossa preocupação, contudo, é justamente identificar o caráter de classe desses grupos, a fim de melhor compreender sua atuação.

Nesse sentido, utilizamos como referência uma leitura distinta, inclusive no interior do marxismo, sobre os movimentos sociais. Machado (2017) propõe analisar os “movimentos sociais” como formas de expressão político-ideológica das classes sociais na conjuntura, portanto, na luta de classes. Com o objetivo de promover categorias teóricas mais precisas para a compreensão dos movimentos que se distanciam das demandas relacionadas ao trabalho (emprego, terra, salário) e à reprodução da força de trabalho (moradia, saúde, transporte, mulheres etc.), o autor busca fornecer subsídios que possibilitem relacionar as demandas dos movimentos dos oprimidos às suas determinações de classe e, também, pensar as organizações de determinadas frações das classes médias como *movimentos-apoio* às classes dominantes¹¹.

Como adotaremos essa linha para a análise do nosso objeto de estudo (Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre), é necessário definirmos a forma como o conceito de movimento social é utilizado pelo autor e como é compreendida sua articulação com as classes sociais.

Entendemo-los [os movimentos sociais] como representações defasadas de classe, do mesmo modo que os partidos políticos para Poulantzas; e em relação à articulação com as classes, como já adiantamos acima, defendemos a hipótese de que os dominados podem constituir movimentos próprios como também de apoio aos dominantes no campo das “práticas de classe”. Lembremos que, de acordo com Poulantzas, estas “práticas” fomentam a distinção entre sindicatos e partidos – por nossa conta, acrescentamos os “movimentos sociais”. Neste sentido, eles são, em última instância, o efeito “empírico” da luta de classes numa determinada formação social, ao lado dos sindicatos e dos partidos, embora ocupem um lugar distinto destes. Como estes últimos – embora se diferenciem entre si –, eles são a expressão das “práticas de classe” dentro dos limites impostos pelas próprias estruturas na cena política. A rigor, trata-se, portanto, de “movimentos de classe” que, no senso comum acadêmico e/ou fora dele, recebem genericamente a denominação de “movimentos sociais”. (MACHADO, 2017, p.3-4)

¹¹ Nossa proposta neste trabalho consiste na análise dos movimentos de classe média que se posicionam no espectro político da direita. Mas é importante ressaltar que esses mesmos pontos levantados por Machado servem de referência para pensar a possibilidade de frações do médio capital se organizarem em movimentos, p. ex.: *El Barzón* mexicano e FAA – *Federación Argentina de Agricultura*. (MACHADO, 2017)

Ao tratarem-se os movimentos como expressões defasadas de classe em determinada conjuntura política, reafirma-se a ideia de que os movimentos sociais não são exclusividade dos interesses dos explorados e oprimidos, mas que podem servir aos objetivos das classes dominantes. Essa possibilidade é permitida pela própria autonomia relativa do Estado burguês, que, apesar de funcionar como um instrumento de organização política das classes dominantes e de desorganização das classes exploradas, não consegue atender o conjunto dos interesses particulares das frações não-hegemônicas que compõem o bloco no poder e, por vezes, se vê obrigado a ceder aos interesses imediatos das classes dominadas.

A importância de pensarmos a autonomia relativa das estruturas é fundamental para relacionarmos os “movimentos” com as classes sociais, pois sua análise não se limita ao efeito que as estruturas exercem sobre as classes e a luta de classes, mas diz respeito também à forma como atua sobre suas “representações” (partidos, sindicatos e movimentos sociais) na cena política (Machado, 2017).

Com base no argumento de Poulantzas (1975), no qual ele afirma que as classes sociais são definidas a partir de suas práticas sociais, lugar, portanto, que ocupam no conjunto da divisão social do trabalho, que, por sua vez, compreende as relações políticas e ideológicas, levamos em consideração o fato de que as classes não existem anteriormente como tais, mas são determinadas a partir de suas práticas – lutas – de classe, que se dão no âmbito político e ideológico. Nesse sentido, a autonomia relativa das instâncias nos permite estabelecer a diferença entre “determinações de classe” (lugar que ocupa nas relações de produção) e “posições de classe” (posicionamento político e ideológico) na conjuntura. Assim, um “movimento” que articula suas demandas em torno das “identidades” - instância ideológica - não está apartado das suas determinações de classe que se dão principalmente, mas não exclusivamente, nas relações de produção.

A relação entre classe e outros pertencimentos varia conforme o movimento considerado na análise e o tipo de luta, as reivindicações apresentadas (que não necessariamente remetem a questões de ordem material/econômica: também direitos políticos, reconhecimento de diferenças – étnicas, de gênero, de opção sexual

etc., mudanças culturais – ambientalismo). Assim, ainda que nem todas as reivindicações sejam de classe, e nem todos os conflitos sejam anticapitalistas, essas reivindicações e conflitos podem se articular, de diferentes maneiras, com as reivindicações de classe. (GALVÃO, 2011, p.121)

Machado (2015) chama a atenção para o fato de se considerarem os efeitos da combinação das instâncias dos modos de produção que repercutem nos efeitos das estruturas da formação social sobre seus “apoios” ou “suportes” (as classes dessa formação), que podem provocar fracionamentos, dissoluções ou fusões de classe. Por esse motivo, uma análise científica das relações de classe numa determinada conjuntura não pode ser reduzida às relações entre partidos, pois os limites das práticas políticas de classe não se restringem às práticas partidárias. Desse modo, ao propor, conceitualmente, pensar os movimentos sociais como relações defasadas de classe não significa reduzir as relações de classe aos “movimentos” nem os “movimentos” às relações de classe.

Para compreendermos os “movimentos” como relações defasadas de classe numa formação social específica, é necessário considerarmos alguns pontos: a) nem todos os conflitos sociais remetem a confrontos de classe, embora derivem da luta de classes; b) como atua sob certos limites determinados pelas estruturas, o “movimento” não representa os interesses da classe como um todo; c) as lutas empreendidas pelas classes de uma formação social ocorrem através de representações, p. ex., a luta por moradia não diz respeito apenas à questão da moradia, conjuntos com ela há outros fatores intrincados (trabalho, saúde, educação etc.).

Sobre o conceito de “movimentos-apoio”, apesar de ser elaborado a partir de uma digressão do conceito poulantziano de “classe-apoio”, ele adquire contornos distintos. Como demonstrado em nota de rodapé por Machado (2017, p.3),

Duas questões importantes aqui: primeiro, damos um tratamento diferenciado do proposto por Poulantzas, isto é, não se trata apenas de “pura ilusão ideológica”, uma vez que, sob o neoliberalismo, há interesses materiais envolvidos como, por exemplo, a preservação de determinados privilégios para as classes médias. Em segundo lugar, sobre este “apoio”, é preciso levar em consideração que, na historiografia recente do Brasil, o surgimento da UDR – União

Democrática Ruralista, nos anos 1990, como representante dos interesses dos latifundiários que se organizaram para a defesa armada de suas propriedades sob ameaça – real ou fictícia – das ocupações do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, colocou-nos um problema teórico para o qual não temos resposta: como definir este tipo de “movimento” que, no fundo, não espera total proteção do braço armado do Estado para a defesa de suas propriedades? Como no momento não podemos oferecer uma reflexão mais consistente, optamos por investir em outra direção: em tese, embora o Estado burguês organize política e ideologicamente as classes e frações dominantes – e o faz com relativa autonomia delas – estas contam com o apoio político-ideológico de setores conservadores e/ou reacionários das classes médias, para os quais designo o termo “movimentos-apoio”. Além disso, é preciso enfatizar que as classes dominantes também se valem de meios de disseminação e propagação de sua ideologia, como é o caso dos chamados *think tanks*.

Nesse sentido buscaremos analisar, no caso brasileiro, o surgimento de movimentos de direita e como as bandeiras defendidas por esses movimentos contribuem para os pensarmos como formas de apoio às frações burguesas no bloco no poder.

CAPÍTULO 2. “JUNHO DE 2013” E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE DIREITA BRASILEIROS

O presente capítulo está dividido em quatro partes. Num primeiro momento descrevemos de maneira concisa os principais acontecimentos que caracterizaram as “Jornadas de Junho”, com o objetivo de mostrar como a esquerda perdeu espaço nas ruas para os grupos constituídos por “insatisfeitos” e como a pauta do transporte coletivo culminou na insatisfação generalizada com a política institucional, marcando o reaparecimento de grupos, ainda desorganizados, de direita. A partir disso, apresentamos os elementos que permitiram uma maior organização de grupos que passaram a defender bandeiras econômicas liberais fundamentadas na luta contra a corrupção, como é o caso do Vem Pra Rua e do Movimento Brasil Livre. Nas duas últimas partes do capítulo apresentamos algumas das características de cada um desses movimentos, como se organizam, quais suas ideologias e contradições.

2.1 “JORNADAS DE JUNHO”, QUANDO A DIREITA COMEÇA A GANHAR AS RUAS

Nos anos de 2015 e 2016, o Brasil vivenciou a radicalização de grupos liberais e/ou conservadores que promoveram com êxito protestos situados no espectro político da direita. Esse fenômeno é parte de um processo iniciado nos anos de 2000 que culminou no surgimento de uma oposição mais organizada em relação às políticas dos governos federais petistas, expressa, sobretudo, por determinados setores das classes médias.

Com o objetivo de compreender o processo de formação desses grupos, partimos da hipótese de que o desencadeamento dos protestos que ocorreram durante o mês de junho de 2013, culminando na disputa política entre grupos com interesses bastante diversos, foi de fundamental importância para que a direita passasse a organizar suas demandas sob a forma de movimentos sociais.

As questões que surgem em relação a 2013 e às manifestações posteriores dizem respeito aos seguintes elementos: Podemos afirmar que os desdobramentos das “Jornadas de Junho” permitiram o surgimento de organizações

liberais e conservadoras, que ganharam as redes sociais e os meios de comunicação tradicionais, a partir de 2015? Qual a influência dos acontecimentos de 2013 nas manifestações capazes de dar sustentação ao processo de *impeachment* que levou à queda de Dilma Rousseff?

Para compreendermos os impactos das Jornadas de Junho¹² no processo que permitiu que movimentos de direita mobilizassem milhares de brasileiros contra um inimigo comum, representado pelo PT, devemos atentar para os seus desdobramentos. Em vista disso, apresentaremos uma breve síntese dos acontecimentos de 2013, buscando ressaltar pontos que possam auxiliar na reflexão sobre o fenômeno dos movimentos sociais de direita¹³.

Num contexto de aumento da inflação e queda no crescimento econômico, as “Jornadas de Junho” foram desencadeadas pelo Movimento Passe Livre (MPL)¹⁴, a partir da convocação de pequenos atos contra o aumento das tarifas de ônibus, trem e metrô na cidade de São Paulo. O reajuste havia sido anunciado no dia 23 de maio de 2013 e entrou em vigor no dia 2 de junho daquele ano, passando de R\$3,00 para R\$3,20¹⁵.

Sob a bandeira do acesso à cidade por meio da mobilidade urbana, o MPL, utilizando as redes sociais como principal instrumento de mobilização, reuniu

¹²Singer (2013), no texto intitulado “Classes e ideologias cruzadas”, adota a expressão “acontecimentos de junho” para se referir às manifestações de 2013. Ele nega o termo jornada, ao aludir a esse fenômeno particular, devido ao fato de que as “jornadas de junho” originais, que constam em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, serem marcadas pela insurreição, fortemente reprimida, do proletariado francês, motivadas pelas relações de classe e contra a propriedade privada, coisa que não se viu no junho brasileiro, caracterizado pela difusão de demandas. Optamos por utilizar, neste trabalho, o sintagma “Jornadas de Junho” pensado de uma forma mais genérica, por ter sido o mais difundido nos meios de comunicação e em trabalhos acadêmicos que buscaram apreender o fenômeno.

¹³Nossa análise privilegiará a cidade de São Paulo, pois foi onde os protestos tiveram início e também porque conta com uma fonte de dados quantitativos e qualitativos consideráveis, com pesquisas de opinião realizadas com os manifestantes e com a população da cidade, com um bom índice de confiabilidade.

¹⁴Como se pode observar em farta literatura, estes e outros movimentos do espectro político da esquerda costumam se organizar em bases mais horizontais – recusam lideranças autoritárias –, tomam muitas decisões em assembleias com participação de todos os envolvidos na luta – homens, mulheres, crianças, idosos, adolescentes, gays, lésbicas, trans etc. –, direcionam as suas demandas diretamente para o Estado burguês – moradia, terra, trabalho, creches etc. Ou seja, tanto do ponto de vista da forma como se organizam, como para quem as suas bandeiras são direcionadas, há diferenças muito grandes entre estes e os movimentos de classe média. Sobre os movimentos de caráter popular, consultar: MACHADO, 2004; OLIVEIRA, 2010; SOUZA, 2016.

¹⁵O reajuste da tarifa do transporte público estava previsto para ocorrer no início do ano de 2013, mas foi adiado a pedido do governo federal como uma forma de conter o crescimento da inflação. Com base numa política de desoneração, o governo suspendeu a cobrança de impostos que incidem sobre o valor das passagens, zerando as alíquotas do PIS e Cofins, para que o reajuste pudesse ser feito abaixo da inflação acumulada desde 2011. A prefeitura de São Paulo reajustou as tarifas em 6,7%, enquanto a inflação oficial (IPCA) do período foi de 15,5%.

no dia 6 de junho cerca de 2 mil pessoas que interditaram vias importantes da capital paulista com o objetivo de pleitear a revogação da nova tarifa do transporte coletivo.

O ato inaugural terminou em hostilidades e caracterizou-se, de um lado, pela atuação repressiva da Polícia Militar (PM), que utilizava bombas de gás de efeito moral e balas de borracha para dispersar a população e, de outro, pela violência simbólica dos manifestantes que quebravam placas, pichavam muros e ônibus, além de depredarem prédios públicos e privados. Essa situação conflituosa permeou os protestos posteriores, e constituiu um dos principais elementos responsáveis pelo estopim das mobilizações.

À medida que o MPL convocava novos atos, o número de simpatizantes à causa do transporte aumentava. Nos dias 7, 11 e 13¹⁶, cerca de 5 mil pessoas marcharam nas ruas de São Paulo. Além disso, as movimentações se ampliaram e passaram a ocorrer também em outras cidades¹⁷. O dia 13 de junho foi o ponto-chave no desenrolar das jornadas. A atuação da PM paulista sobressaiu e o uso excessivo da violência culminou em dezenas de pessoas feridas e em mais de uma centena de detenções. A demasiada truculência policial não se restringiu aos participantes do protesto e atingiu indiscriminadamente jornalistas e transeuntes.

Até aquele momento a reação da grande mídia havia sido de repúdio às manifestações. Na tentativa de criminalizar os atos, os meios de comunicação tradicionais davam ênfase aos atos de “vandalismo”, à falta de legitimidade e ao caráter de “baderna” das mobilizações. Dois casos se tornaram bastante emblemáticos a esse respeito.

Na quarta-feira (12), o cineasta e comentarista do *Jornal da Globo* e da rádio *CBN*, Arnaldo Jabour, teceu diversas críticas aos protestos, alegando “ignorância política” e “burrice misturada a um rancor sem rumo” daqueles que se manifestavam. Jabour chegou a questionar o motivo que provocaria “um ódio tão violento contra a cidade”, comparando as mobilizações contra o aumento da tarifa do transporte público às ações da organização criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), que havia incendiado dezenas de ônibus da cidade de São Paulo. O crítico ressaltou também o fato de que por serem compostas, sobretudo, de indivíduos

¹⁶ As estimativas de público para os dias 6, 7 e 13 de junho foram feitas pela polícia militar. Referente ao dia 11 a estimativa é dos organizadores dos protestos. *Folha de S. Paulo*, 20 jun. 2013. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/06/20/15>. Acesso: 15 de mar. 2016.

¹⁷ Nos dias 6 e 10 de Junho ocorreram protestos contra a tarifa do transporte público na cidade do Rio de Janeiro.

oriundos das classes médias, as manifestações não teriam legitimidade, pois os “vinténs” acrescidos nos preços das passagens não impactariam a vida dessas pessoas. Indo além, questionou o motivo de não se manifestarem contra o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 37, que visava limitar o poder de investigação do ministério público, com votação prevista para o dia 26 daquele mês. Segundo o comentarista, o motivo poderia ser o desconhecimento do que seria o PEC 37 – definido por ele como a “lei da impunidade eterna” – pelo fato de os manifestantes viverem “no passado de uma ilusão” que os retratam como “a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50s que a velha esquerda ainda defende aqui [no Brasil]”¹⁸.

No dia seguinte, quinta-feira (13), no programa *Brasil Urgente* da emissora de televisão *Band*, o apresentador José Luís Datena realizou uma enquete telefônica com seus telespectadores a partir da seguinte pergunta: “Você é a favor desse tipo de protesto?”. A todo momento, durante a transmissão ao vivo da concentração dos manifestantes, Datena deixou claro seu posicionamento proferindo o roteiro - “Baderna, me inclua fora dessa; [...] protesto tem de ser pacífico, não pode ter depredação, não pode impedir via pública; [...] protesto com baderna eu sou contra. Eu votaria no *não!*” – num esforço vão de influenciar a opinião pública. Datena, não aceitando o posicionamento popular a favor das manifestações, propõe mudar a pergunta, pois acreditava que a formulação da questão poderia ter confundido sua audiência. Sugeriu então que a indagação fosse: “Você é a favor de protesto com baderna?”. Mesmo neste esforço e ainda pronunciando sua posição particular e, consecutivamente, da própria emissora que representa, seu público manteve o posicionamento contrário ao do jornalista¹⁹.

Diante de uma situação em que crescia o apoio da população aos atos, os meios de comunicação se viram obrigados a reconstruir sua narrativa e passaram a defender os protestos com ressalvas, criticando apenas ações violentas “isoladas”, atribuídas a grupos “baderneiros” ou genericamente definidos como *Black Bloc*. Outro elemento responsável pela promoção dessa nova narrativa foi o fato de que, mesmo com a ferocidade com qual a polícia atuou no último dia 13²⁰, a quinta

¹⁸ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2631566>>. Acesso em: 15/03/2016.

¹⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>>. Acesso em: 15 de mar. 2016.

²⁰ O Instituto Datafolha realizou uma pesquisa no dia 18/06/2013, para medir o nível de apoio dos paulistanos em relação aos protestos. O número dos que apoiavam as manifestações era de 77% e

manifestação convocada pelo MPL, para segunda-feira (17), reuniu ao menos 65 mil pessoas na cidade de São Paulo e cerca de 215 mil em diversas cidades pelo Brasil²¹.

O próprio Jabor, na edição do *Jornal da Globo* do dia 17, fez *mea culpa* em relação a sua primeira declaração. Apesar de alterar o tom de sua exposição anterior, o comentarista fez uma crítica sutil à violência, vinculando-a aos manifestantes, e reafirmou a importância de se lutar contra o PEC 37, enquanto exemplo de um objetivo concreto do interesse de toda a sociedade.

À primeira vista, este movimento parecia uma pequena provocação inútil, que muitos criticaram erradamente, inclusive eu. Nós temos democracia desde 1985, mas democracia se aperfeiçoa, se não, decai. Entre nós quase tudo acabava, ou em pizza, ou em paralisia entre os três poderes. O Brasil parecia desabilitado politicamente. De repente, reapareceu o povo. De repente o Brasil virou um mar. Uma juventude que estava calada desde 92, uma juventude que nascia quando o Collor caía, acordou. Abriam os olhos e viram que temos democracia, mas uma república inoperante. Os jovens despertaram porque ninguém aguenta mais ver uma república paralisada por interesses partidários ou privados. Só há dois perigos: a tentação da violência e o vazio. Se tudo virar batalhas campais, a coisa se destrói. Se virar um movimento abstrato, genérico demais, tudo se esvai. É preciso uma política nova se reinventando, mas com objetivos concretos. Como por exemplo, a luta contra o Projeto de Emenda Constitucional 37, o PEC 37, que será votado a semana que vem para limitar o Ministério Público, que defende a sociedade. (JABOR, 2013)²²

Contudo, o apoio da grande mídia às manifestações se deu acompanhado da imposição de sua própria pauta, como é possível observar no desenrolar dos protestos. Ao nacionalizarem-se, os protestos passaram a abrigar, também, grupos com interesses muito diversos. As expressões de insatisfação com a política institucional ganharam corpo, e as críticas contra a corrupção e a falta de transparência nos gastos públicos atrelados à Copa das Confederações e a Copa do Mundo de Futebol da FIFA ganharam espaço nas ruas²³. Demandas por educação e

aqueles que consideravam a atuação violenta da PM excessiva era 51%. Disponível em: <www.datafolha.com.br>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

²¹ Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297654-largo-da-batata-reuniu-75-mil-a-maioria-novatos-na-onda-de-protestos.shtml>>. Acesso em: 15/03/2016

²² Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2640269/programa/>>. Acesso: 15/03/2016.

²³ A Copa das Confederações foi realizada entre os dias 15 e 30 de junho de 2013, e no ano seguinte, entre os dias 12 de junho e 13 de julho, ocorreria a Copa do Mundo FIFA. Os altos valores gastos na construção de estádios fizeram com que manifestantes fossem às ruas com cartazes com os

saúde, críticas a todos os partidos políticos e exigência pelo fim da violência policial engrossaram o coro pela redução da tarifa do transporte público²⁴.

Segundo Singer (2013), os “acontecimentos” do mês de junho podem ser divididos em três fases que duraram cerca de uma semana cada: a) a primeira, praticamente concentrada na cidade de São Paulo entre os dias 6 e 13, tinha como figura central o MPL e como objetivo específico a redução da tarifa do transporte público; b) a segunda, que vai do dia 17 ao dia 20, quando as mobilizações atingiram o seu ápice e permitiram que diversos grupos aderissem aos protestos de forma espontânea e se expandissem para outras cidades e capitais do país, ao mesmo tempo que tornavam vagas suas demandas; c) e a última, do dia 21 até o final do mês, quando o movimento se fragmenta em mobilizações parciais com objetivos distintos e com menor poder de arregimentação.

O aumento do número de grupos insatisfeitos fez com que a pauta do transporte público não fosse mais o objeto central das mobilizações. Com base no quadro analítico acima, é possível afirmar que na segunda fase das jornadas iniciaram-se as competições em torno da relevância das pautas presentes nas ruas. Como destaca Tatagiba *et al.* (2015), ao afirmar que, a partir do dia 17, as passeatas converteram-se em torno do direito de expressão e da manifestação de opiniões, permitindo que descontentes de qualquer tipo fossem às ruas e desencadeassem as disputas pelos sentidos das mobilizações.

Na sexta convocação do MPL para terça-feira (18), cerca de 50 mil pessoas se reuniram na cidade de São Paulo em um protesto marcado pela violência, depredação de prédios públicos, saques de lojas e conflitos entre os manifestantes mais revoltosos e os organizadores do MPL que tentavam contê-los.

Diante da proporção que os protestos tomaram, ao levar milhares de pessoas às ruas em diversas regiões do país, governadores e prefeitos iniciaram um recuo em relação ao reajuste do transporte público. No dia 19, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), e o prefeito, Fernando Haddad (PT), anunciaram conjuntamente a revogação do aumento das passagens na capital paulista. Rio de

dizeres “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, entre outros.

²⁴ Segundo levantamento do Instituto Datafolha, 56% dos que manifestavam na segunda-feira (17) foram às ruas contra o aumento da passagem do transporte público, 40% contra a corrupção, 31% contra a violência policial, 27% por um transporte público de melhor qualidade e 24% contra os políticos em geral.

Janeiro, Porto Alegre, Recife, Cuiabá, Curitiba, João Pessoa etc., também recuaram em relação ao preço das tarifas.

A sétima manifestação convocada para a quinta-feira (20) reuniu mais de 1 milhão de pessoas em aproximadamente 100 cidades brasileiras, sendo 25 capitais. Nos protestos caracterizados pela rejeição aos partidos políticos, a bandeira do Brasil passou a ser a única aceita, o hino nacional executado, e o verde e amarelo começou a compor a vestimenta dos manifestantes.

Ao não assumir a direção dos atos, o movimento que iniciou os protestos e os partidos de esquerda simpáticos ao MPL perderam seu espaço nas ruas. Diante da profusão de pautas que despontavam e sob os gritos de “o povo unido não precisa de partido”, representantes de partidos políticos foram vaiados e impedidos de levantar suas bandeiras. O Ato do dia 20 salientou o confronto entre grupos que se diziam “antipartidários” e militantes de partidos políticos. Bandeiras do PT foram queimadas por grupos dissidentes e militantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foram impedidos de usar suas camisetas.

A emergência de reivindicações contra o PEC 37, contra a corrupção, contra a presidente Dilma e contra o ex-presidente Lula ganharam ênfase e marcaram os atos que se sucederam até o final do mês. Pautas a favor da diminuição da maioria penal, contra a “cura gay”²⁵, contra a violência policial, pela melhoria do transporte público também foram apresentadas pela multidão que foi às ruas em atos isolados.

À medida que as manifestações se desdobraram pelo território nacional, passaram a adquirir uma característica distinta daquela que deu origem ao fenômeno. O caráter espontaneísta, a descentralização organizativa e a miríade de reivindicações que a permearam, fazendo que diversos grupos passassem a conclamar suas demandas próprias, ressignificaram e deram uma nova tônica aos protestos. Como aponta Firmino:

Apesar da miríade de pautas e reivindicações apresentadas nas ruas das grandes cidades e capitais naquela ocasião [das Jornadas de Junho], pode-se afirmar que a tônica prevalecente foi a de uma crítica generalizada à corrupção e ao sistema político do país. A espontaneidade do movimento, descentralização organizativa e pulverização das reivindicações, possibilitou que diversos setores

²⁵ Por referência ao projeto que determina que psicólogos poderiam ministrar tratamento àqueles que não estivessem satisfeitos com sua orientação homossexual.

sociais disputassem o sentido político das manifestações, ora destacando de forma seletiva algumas das pautas que foram apresentadas, ora procurando deslegitimar a ação e plataforma dos manifestantes em geral ou de determinados grupos organizados, em específico. (2016, p.1)

O Junho de 2013 marca o ressurgimento, ainda desorganizado, de grupos de direita em manifestações de rua, capazes de se contrapor a movimentos sociais de esquerda²⁶. O MPL, p. ex., diante da profusão de pautas e da agressividade dos manifestantes que se intitulavam “apartidários”, viu-se obrigado a abandonar os protestos que se desdobraram até final daquele mês.

Ainda hoje, diversos trabalhos buscam capturar os sentidos das Jornadas de Junho, e estão longe de esgotar suas hipóteses. Não temos a pretensão de definir esses acontecimentos, mas consideramo-lo como momento-chave para compreender a formação e radicalização dos movimentos de direita. Alguns pontos merecem destaque: *a)* a insatisfação geral com a política institucional e a luta contra a corrupção, concentradas nas críticas ao PT, e *b)* o caráter nacionalista dos protestos, representado pela presença da bandeira do Brasil, e as vestimentas verde-amarelo e o hino nacional simbolizando o patriotismo dos manifestantes, que tomaram os protestos de 2013, são elementos que passaram a caracterizar as manifestações organizadas pelos grupos de direita, iniciadas durante a corrida presencial entre o candidato Aécio Neves (PSDB) e a candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT), mas que só ganharam força em 2015.

Outro fator que merece destaque é o papel que as redes sociais tiveram nas manifestações em 2013, visto ter sido a primeira vez que foram usadas de forma massificada. O *Facebook* e *Twitter* foram as principais ferramentas utilizadas para organizar as saídas às ruas e para difundir informações em tempo real do que acontecia nos protestos, o que permitiu criar uma ideia de

²⁶No ano de 2007, uma passeata em homenagem às vítimas da queda do *Airbus* da Tam, que culminou na morte de 199 pessoas, desembocou num movimento de combate à corrupção e críticas ao governo Lula. O Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros, mais conhecido como “Cansei”, tinha entre suas propostas: o combate à corrupção (com punição aos envolvidos no escândalo do mensalão do PT), reforma tributária, investimentos maciços em educação, maior eficiência na gestão pública e melhoria na segurança pública. De base social elitista, o movimento que se definia apartidário, tinha entre seus organizadores o empresário e atual prefeito da cidade de São Paulo pelo PSDB, João Dória. No entanto, diante de uma conjuntura de crescimento econômico com índices recordes de aprovação do ex-presidente Lula, o “Cansei” passou a ser caricaturado pela imprensa e também não foi levado a sério pelos partidos de oposição. Ver Tatagiba *et al* (2015).

espontaneísmo dos atos. A partir de 2015, essas plataformas ressurgem como instrumentos de mobilização e ganham um aliado poderoso com o *WhatsApp*, que vai ser muito bem utilizado pelos grupos de direita para disseminar materiais e organizar protestos.

2.2 AS CONSEQUÊNCIAS DAS “JORNADAS DE JUNHO” NA CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE DIREITA

Diversas organizações foram responsáveis por convocar as manifestações que ganharam força, sobretudo, após as eleições de 2014 e perduraram até o afastamento definitivo da ex-presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016²⁷. Dentre grupos religiosos, associações profissionais, centrais sindicais, partidos políticos e movimentos sociais que se destacaram pela organização desses protestos, os que tiveram maior expressividade nos meios de comunicação e nas redes sociais foram o Vem Pra Rua (VPR), o Movimento Brasil Livre (MBL) e o “Revoltados On Line”.

Nos anos de 2015 e 2016, essas organizações tiveram êxito ao mobilizar setores médios da população em diversas cidades do país para irem às ruas em torno de bandeiras contra a corrupção e contra o governo federal. Conseguiram, assim, influenciar a opinião pública e construir uma base social que serviu de apoio ao processo que levou à queda da primeira presidente mulher da história do país.

A presença marcante de setores das classes médias nesses protestos traz à tona o debate sobre os “movimentos sociais” pensados para além das pautas progressistas e de esquerda.

Em nossa pesquisa priorizamos o VPR e MBL devido as suas proximidades ideológicas. Ambas as organizações despontaram em torno de um discurso antipetista, vinculado à defesa do livre-mercado e à promoção da concorrência capitalista. O “Revoltados On Line”, por sua vez, apesar de

²⁷ Em dezembro de 2015, o então presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha (PMDB), aceitou o pedido de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff (PT) que alegava crime de responsabilidade por pedaladas fiscais e liberação de créditos suplementares. Em abril de 2016, o relatório favorável à abertura do processo de *impeachment* foi aprovado pela comissão e seguiu para a votação na Câmara dos Deputados, onde, no mesmo mês, foi aprovado com 367 votos a favor e 137 votos contra. No dia 31 de agosto, a presidente foi afastada definitivamente do cargo pela votação no Senado, com 61 votos favoráveis e 20 contrários.

compartilhar do antipetismo, expressa um sentimento militarista e não descarta a possibilidade de intervenção militar como solução para os problemas políticos e econômicos que figuram no país²⁸, posicionamento fortemente rechaçado pelo VPR e MBL. Outra característica em comum compartilhada pelos movimentos em questão é o papel que assumiram durante e após o processo de *impeachment*, que inaugurou uma nova força política no Brasil.

O Vem Pra Rua (VPR) é um movimento que surge no final de 2014 e se define como suprapartidário, democrático e plural. Suas principais bandeiras são: um Brasil livre da corrupção; uma política feita com ética; eficiência e transparência nos gastos públicos; a redução da carga tributária e da burocracia; e um Estado desinchado. Suas principais formas de mobilização se dão através das redes sociais e em grandes manifestações “cívicas”, definidas como ordeiras e pacíficas. (Vem Pra Rua, 2016)²⁹.

O MBL surge em 2013, mas ganha expressão apenas no final de 2014, após o final do segundo turno das eleições. O movimento possui um discurso radical de oposição ao PT e à ex-presidente Dilma Rousseff. Em seu manifesto³⁰ defende pautas como “imprensa livre e independente”, “liberdade econômica”, “separação de poderes”, “eleições livres e idôneas” e “fim de subsídios diretos e indiretos para ditaduras” (Movimento Brasil Livre, 2015).

Em novembro de 2015, o movimento realizou seu primeiro congresso nacional, na cidade de São Paulo, no qual organizou painéis com as temáticas “Empreendedorismo”; “Liberalismo cultural”; “As convergências entre liberalismo e conservadorismo”; “Liberalismo pragmático”; “Popularizando o discurso liberal”; promoveu grupos de trabalho responsáveis por debater e votar propostas para áreas de “Mobilidade, urbanismo e cidadania”; “Justiça”; “Economia”; “Reforma política e empoderamento popular”; “Educação, saúde e assistência social” (MBL, 2016);³¹ que viriam compor a plataforma oficial do movimento, em substituição ao

²⁸De acordo com pesquisa feita pelo Datafolha no dia 15/03/2015, na Avenida Paulista, 85% dos entrevistados afirmam que a democracia é sempre a melhor forma de governo. Documento “Manifestacao na Avenida Paulista, 15/03/2015”, disponível em <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>>.

²⁹Disponível em: <<http://www.vemprarua.net/sobre-nos>>. Acesso em: 19 de out. 2016

³⁰O sítio na internet que constava o Manifesto do MBL (<https://movimentobrasillivre.org>) foi substituído pelo atual, <https://mbl.org.br/>.

seu manifesto, com pautas menos amplas e mais direcionadas para as áreas em questão.

A organização desses grupos se dá a partir de lideranças estruturadas de forma hierárquica. Seu discurso tem impacto em setores específicos das classes médias, especialmente, da classe média alta. São movimentos que diferem em relação à organização de suas “bases sociais”³², e já desfrutam de algum reconhecimento político, com representantes ocupando cargos políticos, eletivos ou não. As informações relativas ao financiamento dessas instituições ainda são obscuras e suas relações com organizações internacionais ou nacionais, sejam empresas, *think tanks* ou partidos políticos, não ocorrem de maneira aberta.

Buscaremos agora apontar as semelhanças e diferenças entre a forma como esses movimentos se estruturam e como atuam na conjuntura política.

2.3 MOVIMENTO VEM PRA RUA: DA “ESPONTANEIDADE” À ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA

O Vem Pra Rua (VPR) surgiu em setembro de 2014, a partir da iniciativa dos empresários Rogério Chequer e Colin Butterfield³³. Motivados pelos efeitos negativos que as “Jornadas de Junho” exerceram sobre o índice de aprovação do governo federal³⁴ e pela deflagração da operação “Lava Jato”, iniciada em março daquele ano, responsável por investigar crimes de corrupção que envolvem políticos e a empresa estatal Petrobras, os idealizadores do movimento tinham o propósito de convocar a população às ruas a fim de influenciar a opinião pública durante a corrida presidencial.

O grupo surgiu com o objetivo central de impedir a reeleição de Dilma Rousseff. Sob a bandeira da “alternância de poder” no âmbito do governo

³² Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha no dia 15/03/2015, a fatia dos que disseram não ter ligação com nenhum dos grupos que organizaram os protestos é de 91%. Documento “Manifestação na Avenida Paulista, 15/3/2015”. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>>. Acesso em: mar. 2016

³³ Colin Butterfield foi um dos idealizadores do “Movimento Cansei”. (CHEQUER e BUTTERFIELD, 2016)

³⁴ Segundo o Instituto Datafolha, no período que coincide com os protestos de junho de 2013, a avaliação positiva do governo de Dilma Rousseff teve uma queda de 27%. Apenas 30% consideravam a gestão da petista ótima ou boa, ante os 57% que tinham esta percepção, registrados no início do mesmo mês. O índice daqueles que desaprovavam o governo subiu de 9% para 25% no mesmo período. Disponível em: <datafolha.com.br>. Acesso: 17 de out. 2017.

federal, defendida como característica fundamental de uma democracia “saudável”, e orientado pela luta contra a corrupção, o VPR, ainda sob a alcunha de “Movimento Basta”, convocou sua primeira manifestação para o dia 4 de outubro de 2014, véspera do primeiro turno das eleições.

Após o fracasso de suas primeiras empreitadas, seus fundadores buscaram se aproximar de organizações afins e se reestruturaram como movimento, firmando sua ideologia e modelo próprio de governança. O nome “Vem Pra Rua” foi resultado de um processo de mudança a partir de “erros e acertos” e surgiu, inicialmente, como título da convocação para a sua terceira manifestação, marcada para o dia 22 de outubro daquele ano³⁵.

Em livro concebido pelas duas principais lideranças do VPR são narrados o processo de construção do movimento, suas ações e propostas. Segundo Gohn (2017, p. 37), o material redigido por Chequer e Butterfield é um importante instrumento de análise e, assim como todo material advindo da mídia, está carregado de valores e posicionamentos político-ideológicos. Portanto, aponta a autora, esse material não pode ser tomado como “verdade”, mas é importante que seja analisado “à luz dos fundamentos e matrizes que os impulsionaram”, e as “novidades” que apresenta devem ser analisadas a partir do cenário político e social em que ocorrem.

Diante dessa observação, em nossa exposição não nos limitaremos ao material em questão, mas nos apoiaremos também em outros documentos, como entrevistas, artigos e manifestos que apresentem o posicionamento político-ideológico do movimento. Com isso, buscamos desenvolver uma análise que nos possibilite compreender o VPR a partir do contexto no qual está inserido e, também, apontar algumas de suas contradições.

Em seu manifesto, o VPR é definido como um movimento de “valores democráticos e republicanos, espontâneo e suprapartidário”. Nesse documento, os “indignados” são chamados a se manifestarem contra o governo federal, a falta de ética e os políticos corruptos, em “manifestações cívicas, sempre ordeiras e pacíficas”. O texto, além de ressaltar o papel do empreendedorismo e da livre iniciativa na promoção de riquezas, defende a eficiência e transparência no

³⁵“Vem pra rua” também foi um dos muitos gritos de guerra ouvidos durante as “Jornadas de Junho” em 2013. Os manifestantes, entoando em coro o grito de guerra “vem pra rua”, “convocavam” às ruas as pessoas que assistiam ao protesto das janelas de seus apartamentos.

gasto público, e a redução da burocracia e da carga tributária, consideradas molas propulsoras para a “liberdade econômica” e um “Estado desinchado”³⁶.

Os elementos contidos no manifesto e os valores expressos pelo VPR contrastam em grande medida com suas ações. Com o objetivo de identificarmos algumas dessas contradições, buscaremos contrapor o conteúdo daquilo que é divulgado pelo movimento e sua atuação concreta na atual conjuntura brasileira.

Nosso ponto de partida é sua definição de suprapartidário. Diversos fatores contribuíram para que o VPR estivesse associado ao PSDB e, sobretudo, à campanha de Aécio Neves, candidato do partido à presidência nas eleições de 2014. Um desses elementos se refere à promoção, via redes sociais, das manifestações organizadas pelo grupo, onde artistas, personalidades e políticos vinculados ao partido auxiliaram na divulgação e/ou participaram diretamente dos protestos organizados pelo VPR³⁷.

Nomes que tiveram participação ativa na campanha do presidencialista tucano, como os de Fernando Henrique Cardoso (FHC)³⁸, ex-presidente e figura influente do partido, José Junior, coordenador da ONG AfroReggae, Bernardinho, ex-técnico da seleção brasileira de voleibol masculino, as cantoras Fafá de Belém e Roberta de Sá, os deputados federais Mara Gabrielli (PSDB-SP) e Paulinho da Força (Solidariedade), os senadores José Serra (PSDB) e Aloysio Nunes (PSDB), este último candidato a vice-presidente na chapa de seu partido, além do próprio Aécio Neves e figuras como o ex-presidencialista Eduardo Jorge do Partido Verde (PV), que declarou apoio à Aécio no segundo turno das eleições, e o advogado Miguel Reale Júnior, que viria a ser um dos formuladores do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff, gravaram vídeos, veiculados pela plataforma *youtube*, chamando a população para participar das manifestações convocadas pelo VPR e que serviriam de apoio à candidatura do PSDB.

³⁶VEM PRA RUA. Manifesto: O “Vem Pra Rua” quer ser palco de todos os brasileiros. Disponível em:<www.vempraru.net>. Acesso em:23 de jan. de 2017.

³⁷Outro elemento interessante é a relação entre Butterfield e Fernando Grella, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, na gestão de Geraldo Alckimin (PSDB). Grella instruiu o líder do VPR a entrar em contato com o coronel Glauco Carvalho, responsável na época pela PM paulistana, para organizar a logística do policiamento do primeiro protesto organizado pelo grupo, que contou com a escolta de cerca de 100 policiais. (CHEQUE e BUTTERFIELD, 2016)

³⁸Em um dos vídeos gravados por FHC, o ex-presidente aparece ao lado de Rogério Chequer, líder do VPR, com um adesivo da campanha de Aécio Neves preso à sua camisa. FHC, assim como José Serra, também discursou sobre o caminhão de som do VPR em algumas ocasiões.

Outro elemento que contribuiu para a aproximação entre partido e movimento é descrito por Chequer, ao relatar sua relação com Rodrigo Baggio, coordenador da campanha de Aécio Neves nas redes sociais. Baggio teria cedido ao VPR a base de dados do PSDB, que incluía: “página do *Facebook* com 3 milhões de seguidores; grupos de *WhatsApp* que atingiam 50 mil pessoas; 500 centros voluntários no Brasil inteiro” (Chequer e Butterfield, 2016, p.65). Com isso o grupo conseguiu disponibilizar materiais que ajudaram a organizar o protesto do dia 25 de outubro de 2014, véspera do 2º turno das eleições, em mais de 200 cidades, além de promover o movimento, até então concentrado na cidade de São Paulo, em diversas regiões do país.

A clara atuação das lideranças do VPR na campanha de Aécio Neves, somada ao público presente nas manifestações, composto predominantemente por eleitores do PSDB, e o fato de o carro de som do movimento ter sido utilizado como uma espécie de palanque político pelo partido, fez com que a mídia tradicional abordasse os protestos organizados pelo grupo como (enquanto) eventos pró-Aécio.

Após vitória apertada de Dilma Rousseff, que obteve 51,64% dos votos válidos, contra os 48,6% do candidato do PSDB, o VPR convocou sua primeira manifestação sem apelo eleitoral e, aparentemente, sem participação direta de políticos³⁹. Na data simbólica de 15 de novembro de 2014, dia da Proclamação da República, a pauta do protesto foi a principal bandeira defendida pelo movimento: o “fim da corrupção”. Discursos sobre a investigação do “Petrolão”, nome dado pela imprensa às denúncias de corrupção que envolvem a Petrobrás, e críticas às relações diplomáticas e políticas do governo brasileiro com países da América Latina de governos considerados de “esquerda”, como Venezuela, Bolívia e Equador, seriam os carros-chefes da manifestação. Um dos apelos judiciais do PSDB, após as eleições, que consistia na acusação de uso político dos Correios, pelo governo petista, para prejudicá-lo na corrida ao planalto, ao não distribuir em tempo o material de campanha de Aécio Neves no estado de Minas Gerais, também entrou na pauta do VPR (Chequer e Butterfield, 2016, p.78/79).

³⁹ Em nossa pesquisa não encontramos referência de políticos que discursaram no protesto sobre o caminhão do movimento. No entanto, alguns políticos de partidos de oposição ao PT foram identificados participando junto à população.

No entanto, em ato posterior, marcado para o dia 06 de dezembro, além de políticos de partidos opositores ao PT gravarem vídeos com que promoviam a manifestação, José Serra, senador eleito pelo PSDB, discursou no carro de som do VPR, reforçando a tese de vínculo entre partido e movimento.

Como apontado por Tatajiba *et al.* (2015), os três atos convocados antes das eleições⁴⁰, que se encerraram no dia 26 de outubro, tiveram claramente a finalidade de apoio à candidatura do tucano, e congregou os esforços dos opositores à candidatura petista no plano de governo de Aécio Neves. Rogério Chequer buscou minimizar essa relação com o PSDB, alegando que o apoio se deu por questão de conjuntura, já que o objetivo do VPR era a não-reeleição de Dilma Rousseff (Chequer e Butterfield, 2016).

Para Tatajiba (2015), apesar de haver uma associação clara entre as ruas e as urnas, não há uma relação evidente entre o PSDB e a dinâmica das manifestações. Isso se comprovaria pelo fato de o partido não ter escapado à descrença nas instituições da democracia participativa. Apesar de o partido manter relação com os protestos de oposição ao governo federal, financiando-os ou auxiliando na sua divulgação⁴¹, seus principais políticos não escaparam da insatisfação popular, ao ponto de serem “expulsos” das ruas⁴².

Por nossa conta, acrescentaríamos que o rechaço aos políticos nas manifestações de direita não foi resultado da ação dos grupos organizados de negação a essas representações. Devido, sobretudo, aos desdobramentos da operação Lava Jato, a insatisfação da população com os políticos e partidos aumentou. O papel dos organizadores dos protestos consistiu em perceber essa “insatisfação da população” e, a partir disso, buscaram se desvencilhar, até mesmo de forma aparente, da imagem dos partidos e políticos relacionados a casos de corrupção⁴³. Qual seria, portanto, a maneira encontrada pelo VPR para se distanciar dos partidos e políticos de quem receberam e ofereceram apoio?

⁴⁰ Referente aos dias 4, 16 e 25 de outubro de 2014.

⁴¹ Abordaremos esses elementos no decorrer do trabalho.

⁴² No ato de 13 de março de 2016, o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckimin (PSDB), e o senador Aécio Neves, que até então não havia participado de nenhum protesto após as eleições de 2014, foram expulsos da manifestação sob os gritos de “oportunistas”.

⁴³ Como abordaremos adiante, o VPR manteve postura de não apoiar políticos ou candidaturas nas eleições municipais de 2016, com o objetivo de conservar a imagem de suprapartidário. O MBL, por sua vez, fez aliança com partidos e políticos, além de lançar candidatos próprios por diversas legendas, desde que estas não se enquadrassem no espectro político da esquerda.

2.3.1 A BANDEIRA DO SUPRAPARTIDARISMO E A IDEOLOGIA DO MOVIMENTO

Como apontado acima, o VPR foi criado com o objetivo de influenciar as eleições presidenciais, a partir dos protestos de rua. No entanto, após fracassar em seu propósito, o movimento se tornou uma importante chave no processo político que levou ao fim precoce o segundo mandato de Dilma Rousseff. Diversos fatores contribuíram para que o VPR se tornasse uma das principais forças políticas da direita, responsáveis por organizar a população em torno do *impeachment*.

No que concerne ao movimento, é necessário discriminarmos os seguintes elementos: Quais fatores contribuíram para seu destaque no campo da direita? Como o movimento passou a se posicionar, política e ideologicamente, após as eleições de 2014? Sem a intenção de esgotarmos essas questões, levantamos algumas hipóteses que acreditamos contribuir para a interpretação desse fenômeno.

A primeira se refere ao motivo que possibilitou o VPR continuar atuando politicamente fora das instituições políticas tradicionais. Nossa proposição consiste no fato de o movimento, ao término das eleições, já contar com uma ampla rede de contatos – no âmbito político e empresarial – e uma inserção significativa nas redes sociais, propiciando ao grupo espaço de destaque na mídia tradicional⁴⁴ e entre os opositores do governo federal. Esta é uma característica que destoa dos movimentos das classes trabalhadoras, cuja possibilidade, no curto prazo, de alcançar uma expressão significativa em âmbito nacional é bastante restrita. Tais grupos possuem, por vezes, sindicatos e partidos políticos como redes de apoio, não obstante com certas restrições financeiras e de representatividade nos meios de comunicação tradicionais, nos quais muitas vezes são criminalizados, como mostrado acima quando nos referimos aos protestos organizados pelo Movimento Passe Livre em 2013.

Outro fator diz respeito a necessidade de ganhar credibilidade e consistência em suas reivindicações, o que fez com que as lideranças do VPR elaborassem uma ideologia para o grupo. No início do ano de 2015, o VPR adotou

⁴⁴ Kim Kataguirí, coordenador nacional do Movimento Brasil Livre, estreou como colunista do jornal *Folha de S.Paulo* em janeiro de 2016, onde escreveu semanalmente até março de 2017. Nesse mesmo mês quem assumiu uma das colunas semanais do periódico foi Rogério Chequer, liderança do VPR, permanecendo no cargo até dezembro do mesmo ano, quando se afastou para poder concorrer ao governo do estado de São Paulo pelo Partido Novo, nas eleições de 2018.

uma postura liberal e colocou no centro de suas bandeiras a defesa de um “estado pequeno, desinchado e eficiente” (CHEQUER e BUTTERFIELD, 2016, p.85).

Para nós, a discussão sobre o tamanho do Estado passou a ser mais importante do que falar em “esquerda” ou “direita”. Ao mesmo tempo, foi consensual que não poderíamos ignorar as pessoas que tinham nascido sem recursos e sem oportunidades. Estava claro que precisávamos perseguir a eficiência de mercado, mas, de alguma forma, cuidar das parcelas mais pobres da população para que tivessem a mesma oportunidade que nós tivemos e que nossos filhos têm. (VEM PRA RUA, 2016, p.85)

A citação acima evidencia o apego à ideologia meritocrática que predomina sobre certos setores das classes médias, uma vez que a proposta de igualdade de oportunidades através da eficiência do mercado está destoadada de meios que possam levar a uma igualdade efetiva entre “pobres” e “ricos”. Nesse sentido, a ideia de “igualdade” permanece no campo do discurso ou da formalidade, pois, como veremos adiante, a possibilidade, ainda que distante, de uma sociedade mais igualitária ameaça determinados privilégios de classe.

É importante ressaltarmos que, ao elaborar uma ideologia para pautar suas reivindicações, o VPR também buscou se afastar efetivamente do apelo eleitoral e construir a marca, que até então não existia, de movimento suprapartidário. Com isso, buscou se afastar da imagem do PSDB, ainda muito atrelada ao movimento.

Ao assumir a bandeira do suprapartidarismo, o VPR não se afastou efetivamente do PSDB, mas alimentou a relação com os demais partidos opositores do PT⁴⁵. As atividades e os protestos organizados pelo VPR mantiveram o mote da luta contra a corrupção; no entanto, suas críticas permaneceram concentradas nos governos e políticas desenvolvidas pelo PT. Com os desdobramentos da operação Lava Jato, que ampliaram as denúncias e investigações aos partidos opositores do

⁴⁵No decorrer do processo de *impeachment* foi criado o “Comitê do *Impeachment*”, liderado pelo então deputado federal Mendonça Filho (DEM), nomeado ministro da educação na gestão Temer. Além de políticos de partidos como PSDB, PSDB e Solidariedade, faziam parte do comitê líderes de movimentos como o VPR e o MBL. O representante do VPR no comitê era uma das lideranças do movimento em Brasília, Jailton Almeida. Jailton era funcionário de carreira de analista técnico administrativo do Ministério da Integração Nacional, mas, após o processo que levou a queda do governo Dilma, foi promovido pelo então ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, para o cargo de confiança de coordenador-geral de participação social na gestão pública, tendo seus vencimentos duplicados. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/10/1820286-lider-pro-impeachment-foi-promovido-na-gestao-temer.shtml>>. Acesso 25 de nov. 2017.

governo petista, as críticas do movimento se mantiveram restritas aos políticos envolvidos nos escândalos, minimizando as estruturas partidárias.

A primeira manifestação do ano de 2015 foi marcada pelas críticas ao governo Dilma e ao PT. O VPR fez o chamado para o ato nas redes sociais como o “dia de protesto do povo”, “sem partidos”, “sem políticos”, “sem candidatos”, “apenas o povo”, conforme ilustra a **Figura 1**.

Figura 1 – Convocação pelo *Facebook* do Vem Pra Rua para a manifestação de 15/03/2015⁴⁶



Fonte: Facebook

Apesar de não contar com a presença de políticos de oposição no carro de som dos movimentos que organizaram o ato, a manifestação recebeu o apoio destes nas redes sociais. Aécio Neves, p. ex., em sua conta no *youtube*, divulgou um vídeo convocando a população às ruas, com o seguinte discurso:

O próximo domingo, dia 15 [de março de 2015], vai ser lembrado para sempre como o Dia da Democracia, o dia em que os brasileiros acordaram e foram pra rua, para dizer "chega de tanta corrupção", "chega de tanta incompetência", "chega de tanta mentira". A rua é do povo como o céu é do avião. Portanto, pegue seus amigos, chame sua família e vá para a rua defender a democracia, vá para a rua defender o Brasil⁴⁷. (NEVES, 2015)

⁴⁶ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919.1073741828.344408492407172/406039276244093/?type=3&theater>>. Acesso em: 15 de jan. 2018.

⁴⁷ Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=h3WmMBZ4q0>>. Acesso:15 de jan. 2018.

Apesar da convocação feita pelo senador não ser um fator determinante para o sucesso da manifestação, não podemos descartar a relação mantida, ainda que de forma indireta, entre o movimento e o PSDB.

2.3.2 AS “BASES SOCIAIS” DO MOVIMENTO E O “VOLUNTARISMO”

Outra característica singular do movimento se refere à relação estabelecida com suas “bases”, constituída, conforme definição de seus líderes, por “voluntários”. Segundo Chequer e Butterfield (2016), o VPR chegou a contar com cerca de 5 mil voluntários. Apesar de se embasar em uma ideologia de caráter liberal, de defesa do “Estado mínimo”, o VPR não realiza trabalho de formação com os seus “voluntários”. Mesmo assim, o movimento se organiza em torno de uma estrutura hierárquica, onde a escolha de suas lideranças ocorre por meio de um processo meritocrático que dá espaço àqueles que se destacam e se alinham à ideologia proclamada pelo grupo.

O fato de não formar suas “bases” não significa que não há preocupação com a forma como suas lideranças se posicionam diante da mídia tradicional. A solução encontrada no interior do movimento para unificar o discurso do grupo foi colocada em prática na primeira manifestação do ano de 2015, em 15 de março. Para tanto, o VPR contratou uma empresa de comunicação, que elaborou um “guia” para orientar seus porta-vozes a conversar com a imprensa sem entrar em questões “secundárias”, e um *realise*, para distribuir aos jornalistas, explicando o propósito da saída do movimento e, também, para separá-los dos grupos que já defendiam o *impeachment* de Dilma – bandeira que naquele momento ainda não compunha o repertório do VPR –, como o MBL, e, principalmente, os distanciar dos que pediam intervenção militar, como o “Revoltados OnLine”⁴⁸. (VEM PRA RUA, 2016. P.92).

No documento em questão, o movimento justificou sua saída às ruas da seguinte forma:

⁴⁸ Apesar de as lideranças do VPR se posicionarem veementemente contra a intervenção militar, as manifestações “contra a corrupção” eram definidas em concordância com os representantes de outros movimentos, inclusive o “Revoltados OnLine” (ROL), grupo simpático ao intervencionismo. A data da manifestação de 16 de agosto de 2015, foi decidida por Colin Butterfield (VPR) e Renan Santos (MBL), após o acordo, Butterfield fez contato primeiramente com Marcelo Reis, liderança do ROL, para informar a data, e, posteriormente, com os demais movimentos. (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p.131)

Vamos às ruas para resgatar a esperança sequestrada pela corrupção, para exigir mais eficiência e transparência no gasto público e defender a redução da carga tributária e da burocracia. [...]. Acreditamos que um país rico é aquele em que seus cidadãos se organizam e lutam por seus direitos, dentro da legalidade, respeitando os valores democráticos e o Estado de Direito. País rico é aquele em que a Liberdade econômica é estimulada e na qual o Estado não se agiganta, deixando ao empreendedorismo e à livre iniciativa a capacidade de gerar riquezas. [...]. Lutamos por um Estado que garanta minimamente segurança, educação básica, saneamento básico e a saúde pública para todos. Queremos menos impostos e mais Brasil. Queremos um Estado que ofereça igualdade de oportunidade a todos, sem distinção. Queremos mais concorrência e menos clientelismo. [...]. Por isso vamos pra rua manifestar nossa indignação e pressionar os governantes a respeitar nossos valores democráticos e republicanos. Nossa bandeira é a DEMOCRACIA, a ÉTICA NA POLÍTICA e um ESTADO EFICIENTE e DESINCHADO. (VEM PRA RUA, *realese* 15/03/2015)

Recurso parecido foi utilizado pelo movimento em outro momento, já em 2016. Para organizar a manifestação de 13/03/2016, quando já defendia a abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma, o VPR contratou uma pesquisa de opinião a fim de saber quais propósitos mobilizariam a população. Apoiado na consulta, o movimento traçou as pautas que seriam defendidas no protesto.

Baseados na pesquisa, deixamos de lado a bandeira do *impeachment* e o “Fora Dilma”. Para o dia 13 de março, batemos nas três teclas que mais ressoavam a vontade popular: (1) blindagem da Lava Jato; (2) apoio a Sergio Moro; e (3) o fim da corrupção através do fim da impunidade. (CHEQUER e BUTTERFIELD, 2016, p. 151)

Isso nos mostra que, apesar de mobilizar setores específicos da população, oriundos dos estratos médios da sociedade, o VPR não é um movimento que possui lastro social. Os protestos organizados pelo grupo ocorrem em torno de chamadas de “fácil assimilação”, no contexto de fatores conjunturais específicos. O público mobilizado pelo movimento não compõe sua base social e não está, necessariamente, orientado pelas ideologias defendidas pelo grupo. O elemento que

os une, movimento e manifestantes, é, sobretudo, a correlação entre a corrupção e os governos do PT, muito assimilada por setores das classes médias brasileiras.

O VPR está organizado de forma pragmática em uma estrutura análoga à de uma empresa. O organograma do movimento é constituído por 3 níveis fundamentais: o Conselho, o “Núcleo Duro” e as lideranças do trabalho. O grupo conta também com um quarto nível composto por “participantes passivos”, indivíduos que se mantêm informados sobre as atividades do movimento e participam das ações por ele organizadas.

Conforme descrito por seus fundadores, o “núcleo duro” foi criado em janeiro de 2015, sendo composto por pessoas que estiveram presentes, nas primeiras manifestações em 2014, e apresentavam alto grau de comprometimento e engajamento com o movimento. Seus integrantes passaram a exercer, entre outras, a função de porta-vozes do movimento, papel até então central na pessoa de Rogério Chequer. A atribuição do “núcleo duro” consiste também na deliberação das ações do VPR, como, p. ex., a decisão de participar da manifestação do dia 15/03/2015, que, segundo Chequer e Butterfield (2016), não havia sido convocada por nenhum dos movimentos de oposição ao governo federal, mas era fruto de uma mensagem sem origem conhecida que circulava pelo aplicativo *WhatsApp*, desde janeiro daquele ano.

As regras para compor o “núcleo duro” são bastante rígidas e consistem nos seguintes elementos:

Para fazer parte desse “núcleo duro”, existem, até hoje, três condições. A primeira é a porta de entrada: a demonstração de forte engajamento com o trabalho. A segunda é manter sigilo absoluto sobre quem eram os outros integrantes do grupo. E a terceira é a confidencialidade sobre tudo o que era falado dentro do grupo. As pessoas assinam um termo se comprometendo com as condições. Essa foi a forma que encontramos para cobrar as atitudes que entendíamos ser fundamentais. (Chequer e Butterfield, 2016, p.252)

O “Conselho” do VPR foi criado em março de 2015, após a manifestação que levou cerca de 210 mil pessoas às ruas da capital paulista e mais de 1 milhão em todo o país, e é integrado por 7 pessoas, das quais Chequer e

Butterfield são os únicos membros permanentes, enquanto assim o quiserem⁴⁹. Os demais integrantes são escolhidos semestralmente por meio de eleição realizada pelo “núcleo duro”, que chegou a ser composto por cerca de 40 membros.

Reunido semanalmente, o Conselho é responsável pelas decisões mais importantes no que concerne ao VPR, como decidir qual será o foco das manifestações e quem integrará ou deixará de integrar o “núcleo duro”. Os “líderes de trabalho”, por sua vez, são definidos como os gestores das 16 divisões de trabalho existentes no movimento, sendo cada um responsável por uma área específica, como comunicação, segurança, grupos de *WhatsApp* etc. (Chequer e Butterfield, 2016).

O modelo de organização do VPR é uma adaptação de métodos de gestão corporativa que, ao invés de funcionários remunerados, atua com “voluntários”. Sua estrutura de governança funciona a partir de critérios meritocráticos bem definidos. Quanto maior for o engajamento e alinhamento do indivíduo aos princípios do movimento, mais ele ascende em sua hierarquia.

Mesmo de maneira informal, temos alguns critérios para a escolha, permanência e aumento de responsabilidade dos integrantes do Vem Pra Rua. Nós os comunicamos de maneira clara e objetiva às lideranças do movimento. São eles: engajamento, alinhamento ideológico e respeito aos valores do grupo. Se a pessoa tem esses três atributos, o céu é o limite para ela. O contrário também é verdadeiro. Se alguém não tem esse tripé de características, nós o convidamos a se retirar do Vem Pra Rua. O fato de ser um movimento voluntário não significa que sejamos obrigados a aceitar a aproximação de pessoas desconectadas da nossa essência. (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p. 248).

Por isso a relação de liderança descrita por Chequer e Butterfield (2016) se refere a “liderança voluntária”, já que não possui a “relação financeira implícita” e não envolve vínculo profissional.

2.4 MOVIMENTO BRASIL LIVRE: ESTUDANTES PELA LIBERIDADE E ATIVISMO POLÍTICO

⁴⁹Rogério Chequer se desvinculou do movimento em dezembro de 2017, para concorrer às eleições de 2018 como candidato a governador pelo Estado de São Paulo. Como mostraremos adiante, o VPR não permite que seus membros concorram a cargos eletivos.

Dentre os movimentos de direita que se promoveram nas manifestações contrárias ao governo federal, o Movimento Brasil Livre (MBL) foi o que mais se destacou nas redes sociais e na mídia tradicional⁵⁰. Originário dos quadros do Estudantes Pela Liberdade (EPL), o MBL foi criado em junho de 2013, no calor das manifestações iniciadas pelo Movimento Passe Livre na cidade de São Paulo, mas começou a se destacar apenas em novembro de 2014, com os protestos contra o Partido dos Trabalhadores.

Apesar de o MBL ter sido fundado por membros do EPL, e estes ocuparem posições de direção dentro do movimento, ambas as organizações não mantêm uma relação pública. O motivo para “ocultarem” essa associação diz respeito à conexão existente entre o EPL e a rede internacional *Students For Liberty* (SFL).

Com milhares de representantes atuando em diversos países, o SFL se identifica como a maior organização de estudantes libertários do mundo. Sua “missão” consiste na formação de jovens lideranças estudantis para promover os princípios da “liberdade” durante e após a vida acadêmica. O programa de treinamento do SFL consiste no tripé: educação, desenvolvimento e empoderamento. A partir dessas diretrizes, o grupo fornece educação básica sobre o conceito de liberdade e os valores-chave do liberalismo clássico, treinamento para o desenvolvimento de habilidades de liderança, e recursos como infraestrutura, rede e todo tipo de apoio necessário para empoderar membros e ex-membros na promoção de um “mundo mais livre”⁵¹.

O SFL é parte de uma rede de *think tanks* de direita. Entre seus principais doadores parceiros está a *Atlas Economic Research Foundation*, e várias outras instituições da rede financiada pelos Irmãos Koch, como a *Institute For Humans Studies*, *Cato Institute*, *Charles Koch Institute*, entre outros (GOBBI, 2016). A *Atlas Network*⁵² foi criada em 1981 para atuar em duas frentes: a) como uma espécie de coordenadora central das organizações de direita até então existentes; b) e no fomento de novas entidades defensoras dos ideais neoliberais, sob o

⁵⁰ Atualmente o grupo possui mais de 2 milhões e 600 mil seguidores em sua página oficial do *facebook*, 1 milhão a mais do que o Vem Pra Rua.

⁵¹ Disponível em: <<https://www.studentsforliberty.org/>>. Acesso: 15 de jan. de 2018.

⁵² *Atlas Network* é o nome fantasia (*trade name*) adotado oficialmente em 2013 pela *Atlas Economic Research Foundation*, com o objetivo de enfatizar e valorizar a conexão com seus parceiros nos Estados Unidos e no mundo. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/>>. Acesso em: 15 de jan. 2018.

pressuposto da defesa de liberdades econômicas e políticas sustentadas por um “Estado Mínimo” (BARBOSA, 2016; ROCHA, 2015)

A rede composta pela *Atlas Network*, que possui entre seus parceiros o SFL, tem um papel determinante na criação e no funcionamento do EPL. Como mostra o presidente da *Atlas*, Alejandro Chafuen, em entrevista concedida à *Agência Pública* na 28ª edição do Fórum da Liberdade no ano de 2015, na cidade de Porto Alegre.

Nosso papel [em relação aos Estudantes pela Liberdade] é o do poder da nutrição. Esses seres humanos, nós o chamamos de empreendedores intelectuais, pessoas com novas ideias, que enxergam soluções e decidem investir seu capital nisso. É como nos negócios. *Então, damos a eles programas de treinamento, tentamos apoiá-los financeiramente*, encorajá-los a ser muito sérios, não muito festeiros. *Mas a Atlas não apoia partidos*. Nós retiramos nosso apoio se houver intenção partidária. Não aceitamos nenhum recurso do governo, mas podemos oferecer algumas diretrizes, novas ideias sobre a sociedade livre, do liberalismo clássico ao libertarismo, de religiosos a ateus, mas cabe a cada pessoa escolher... Nós tentamos encorajá-los, facilitar os encontros entre eles [grifos nossos]. (CHAFUEN, 2015)⁵³

A relação entre o EPL e o MBL é abafada, justamente porque o primeiro, além de receber recursos estratégicos, como cursos de formação, acesso a rede internacional, aporte intelectual e livros, recebe também apoio financeiro de organizações transnacionais com origem nos Estados Unidos. De acordo com a legislação do país, instituições americanas são proibidas de financiar ativistas políticos. Desse modo, como mostra o diretor executivo do EPL, Juliano Torres, o MBL surgiu a partir de uma estratégia encontrada pelos membros do EPL para atuarem de forma política sem comprometer seus apoiadores internacionais.

Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students for Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais umas quatro, cinco pessoas, criamos o

⁵³ Disponível em: < <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: 14 de dez. 2016

logo, a campanha de Facebook. E aí acabaram as manifestações, acabou o projeto. E a gente estava procurando alguém para assumir, já tinha mais de 10 mil *likes* na página, panfletos. E aí a gente encontrou o Kim [Kataguirí] e o Renan [Haas], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. E boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança. (TORRES, 2015)⁵⁴

O MBL é constantemente acusado pela mídia e pela oposição de receber financiamento de instituições americanas. Seus coordenadores negam essa relação, afirmando que o suporte que recebem é apenas ideológico. No *site* da Atlas Network, é possível encontrar menção a Kim Kataguirí, coordenador nacional e um dos principais porta-vozes do MBL, e à parceria existente entre as duas instituições. De acordo com o sítio eletrônico, muitas lideranças do MBL passaram pelo *Atlas Leadership Academy*, principal programa de treinamento da instituição.

As the economy in Brazil stagnates, anger from the Brazilian middle class at soaring inflation and burdensome taxation continues to rise. On March 15, a coalition called the Free Brazil Movement led a protest with more than 200,000 people in attendance, the largest São Paulo has seen since the pro-democracy protests of the 1980s. At the head of the movement is Kim Kataguirí, a rising libertarian star working with Atlas Network partner Estudantes Pela Liberdade (Students for Liberty). [...]. Kataguirí's work with the Free Brazil Movement was recently profiled in an Associated Press article that appeared in the *Washington Post* and the New York Times. (ATLAS, 2015)⁵⁵

Segundo seus coordenadores, o MBL tem como principal fonte de arrecadação a venda de produtos como bonés, camisetas, livros e *souvenirs*, além dos planos de assinatura mensal existentes no *site* do movimento⁵⁶. No entanto, dois

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/news/article/students-for-liberty-plays-strong-role-in-free-brazil-movement>>. Acesso: 04 de out. 2016

⁵⁶ O MBL alterou recentemente seus "planos mensais de contribuição". Anteriormente eram três planos de arrecadação que variavam entre R\$30,00 e R\$250,00, onde a oferta de produtos e possibilidade de participação variavam de acordo com o valor do donativo. Nesses planos eram oferecidos a seus colaboradores, livros, boletins de análise de conjuntura, cursos presenciais e *on-line*, participação nos congressos e em torneios de debates, direito a voto e algumas deliberações. (BARBOSA, 2016). Atualmente constam, no *site* do movimento, planos de assinatura que variam entre R\$30,00 e R\$10,000 reais mensais. O plano mais básico, "Agente da CIA", custa R\$30,00 e permite acesso ao conteúdo exclusivo do *site*; o plano Irmãos Kock, R\$100,00, permite acesso ao conteúdo exclusivo do *site* e participação no congresso; o "Mão Invisível", de R\$250,00, oferece *kit* anual de produtos do

fatores que remetem às suas primeiras atuações, chamam atenção pelo alto custo das ações. O primeiro se refere à segunda manifestação realizada pelo grupo, em novembro de 2014. Nesse episódio, o carro de som utilizado pelo ainda desconhecido MBL era maior e mais potente que o caminhão do VPR, que estava em sua 4ª mobilização⁵⁷. O segundo, diz respeito à matéria do portal IG, onde é relatado que no dia 1º de janeiro de 2015, oito aviões e um balão sobrevoaram o litoral de São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas e Santa Catarina, exibindo faixas com os dizeres “Petrolão: ela sabia”, fazendo referência ao fato da ex-presidente Dilma ter conhecimento sobre os casos de corrupção que envolvem a Petrobras. Essa ação, segundo a matéria, foi bancada pelo próprio MBL⁵⁸. Como um movimento, incipiente e sem lastro social, com pouco conhecimento do público, teria condições de arrecadar dinheiro para realizar esses tipos de ações?

Apesar de seus integrantes negarem, com veemência, apoio financeiro de redes internacionais ou de instituições ligadas a estas, os fatos abordados acima contribuem para pôr em xeque esse tipo de afirmação. Além do mais, mesmo pressionado pela mídia e oposição, o MBL, em momento algum, se propôs a realizar algum tipo de prestação de contas para sepultar as acusações, reforçando ainda mais as suspeitas contra o movimento.

2.4.1 OS IDEAIS DE LIBERDADE E AS POLÍTICAS DE PRIVATIZAÇÕES

Influenciado pelo pensamento de economistas liberais como Milton Friedman e Friedrich A. Hayek, e apoiado em um discurso de defesa do livre mercado, baixos impostos e privatização de empresas públicas, o MBL apresenta

MBL, participação no congresso e conteúdo exclusivo do *site*. Os demais planos, “Exterminador de Pelegos”, “Rolo Compressor”, “Privatiza Tudo” e “*I am the 1%*”, custam respectivamente R\$500,00, R\$1.000,00, R\$5.000,00 e R\$10.000,00, mas não discrimina nenhum tipo de conteúdo ou benefício oferecido pela doação. Disponível em: < <https://app.vindi.com.br/customer/pages/d7aba30b-cee5-495b-95a8-4b6b21f1d6f/subscriptions/new>>. Acesso: 15 de jan. 2018

⁵⁷ Rogério Chequer do VPR faz um relato sobre o primeiro encontro dos dois movimentos na manifestação do dia 15/11/2014: “Foi a primeira vez que encontramos o pessoal do MBL, que havia sido criado logo após do segundo turno. [...]. Sugerimos que posicionassem o caminhão para andar até a Praça da Sé conosco, mas nosso carro de som era pequeno comparado ao do MBL. Quando eles ligaram o som deles, o nosso ficou abafado. Passamos a combinar desde então as regras para trabalharmos juntos. Ao parar na Praça da Sé, mandávamos sinal de som de um caminhão para o outro, para alternar quem iria falar e nos organizamos de maneira que todos pudessem ser ouvidos” (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2015. P.80)

⁵⁸ Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-03-12/roqueiro-e-ativista-na-web-lider-anti-dilma-defende-privatizar-saude-e-educacao.html>>. Acesso em: 15 de jan. 2018.

um perfil semelhante ao de seu correligionário VPR, no que tange às pautas defendidas pelo movimento. Em manifesto que convocava a população para a manifestação de 15 de novembro de 2014, podemos perceber que as bandeiras dos dois movimentos tinham bastante semelhança. Na chamada veiculada em sua página no *Facebook*, o grupo reivindicava:

Imprensa livre e independente, sem verbas ou regulamentações governamentais que influenciem seus posicionamentos; *Transparência e lisura* nas investigações de todos os crimes contra a Petrobrás, patrimônio de todos os brasileiros; *Auditoria externa das urnas eletrônicas utilizadas nas eleições*; Investigação sobre a atuação dos correios nas eleições presidenciais; Respeito à separação dos poderes e à Ordem Constitucional; Fim dos Subsídios diretos e indiretos a ditaduras. (MBL, 2014)⁵⁹

Contudo, o MBL já no início de 2015 assumiu o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff como principal pauta do movimento. Isso gerou a primeira desavença com o VPR, que passou a ser criticado constantemente pela morosidade em apoiar a reivindicação.

No final do mesmo ano, o grupo realizou seu primeiro congresso nacional na cidade de São Paulo e definiu um conjunto de proposições na área de políticas públicas, que passariam a ser defendidas pelo movimento. No documento foram formuladas propostas para as áreas de educação, saúde, sustentabilidade, reforma política, economia, justiça, transporte e urbanismo, com fortes princípios neoliberais, que requeriam a menor intervenção e/ou ausência do Estado nessas áreas.

No material, divulgado pelo movimento, são defendidos temas como educação: o projeto de lei “Escola sem Partido”, gestão privada nas escolas públicas através de Parcerias Público Privadas (PPPs), militarização das escolas onde a iniciativa privada não tenha condições de atuar, ou seja, em “áreas de risco”; saúde: substituição do Sistema Único de Saúde (SUS) pela obrigatoriedade da contratação de plano de saúde ou o fornecimento de plano gratuito para aqueles que não tiverem condições de pagar; sustentabilidade: privatizar ou mudar para PPPs os serviços de saneamento básico dos municípios; reforma política: a revogação do incentivo à

⁵⁹ Disponível

em:

<<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/272030822921068/?type=3&theater>>. Acesso em 26 de dez. 2017.

cultura através da extinção da Lei Rouanet e a promoção de candidaturas independentes (sem necessidade de partido político) para concorrer aos cargos do Legislativo e Executivo; privatização dos bancos públicos; economia: realização de alterações na Lei Trabalhista que permitam que os acordos bilaterais entre patrão e empregado se sobreponham aos direitos previstos na lei; justiça: o fim da função social da propriedade privada, pois esta não pode ser relativizada, privatização dos presídios, priorização do aumento de vagas para o sistema prisional (10% ao ano) e mudanças na legislação para evitar o retrabalho, o “prendesolta” etc. (MBL, 2015)⁶⁰

Apesar de apresentar um conjunto de propostas, o movimento não se preocupou em demonstrar a viabilidade de sua aplicação ou quais seriam os impactos dessas mudanças nos âmbitos social, político e econômico. Além do mais, apenas alguns elementos dessa relação se transformaram em bandeiras do movimento, com destaque para o projeto de Lei “Escola sem Partido”, os ataques aos projetos culturais que tiveram incentivo federal, sob a Lei Rouanet, e a campanha de defesa da extinção do regime prisional semiaberto.

2.4.2 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA: UMA “BATALHA PELA HEGEMONIA POLÍTICA”

Um dos elementos que diferenciam o MBL do VPR é a forma como ambos se organizam. O VPR, como vimos, se estrutura em torno de um modelo de governança corporativa apoiada no voluntarismo. O MBL, por sua vez, está mais preocupado com a formação de seus militantes.

No contexto de crise econômica e de representatividade política, a *internet* se tornou um importante instrumento para reverberar a insatisfação popular diante da atual conjuntura, atuando as redes sociais de forma dissonante e desarticulada, sem representar, segundo o movimento, uma “ameaça real ao projeto de poder petista e ao *status quo* mentalidade estatizante que impera no Brasil”. O MBL, naquilo que considera a ausência de uma oposição realmente combativa, figurada pelo PSDB, e diante de partidos políticos como o NOVO, Partido Social Cristão (PSC) e Democratas (DEM), que flertam com as ideias neoliberais, mas ainda são dependentes da conveniência político-eleitoral, traça como um de seus

⁶⁰ Disponível em: <<http://mbl.org.br/propostas/>>. Acesso: 19 de out. 2016.

objetivos a intensificação do processo de promoção das bases do pensamento liberal e conservador no interior desses partidos e, também, para os públicos mais variados. (MBL, 2018, p. 09-10)

No ano de 2015, o movimento lançou um manual de instruções para a criação de filiais municipais, pois considera o município um importante espaço para o embate político, no qual o Estado pode ser transformado com maior eficácia. Com o intuito de realizar um trabalho de base organizado e consistente, o manual do MBL indica as diretrizes a serem seguidas pelos interessados em atuar sob os pressupostos liberais. Dividido em 5 itens, o documento trata dos seguintes pontos: a) Programa ideológico; b) Organização formal; c) Atuação prática: ocupação de espaço; d) Encerramento formal dos movimentos municipais; e) Parceiros.

Quanto ao seu Programa ideológico, o movimento defende a promoção do liberalismo como filosofia política orientadora da atuação do Estado. A partir da defesa da liberdade individual, propriedade privada e o Estado de direito, o grupo traça seus valores e princípios:

Valores: Liberdade e responsabilidade; Paz e proteção a direitos individuais; Livre iniciativa; empreendedorismo; Incentivo ao trabalho e respeito à propriedade privada; Igualdade perante a lei; Democracia.

Princípios: Autonomia do indivíduo e liberdade contratual; Livre iniciativa; Primazia do indivíduo e da sociedade sobre o Estado; Livre mercado; Respeito à propriedade privada; Eficiência; Inovação, Transparência; Meritocracia; Estado de Direito; Democracia representativa; Federalismo; Visão de longo prazo. (MBL, 2015, p.13)

Como consequência desses valores e princípios, o MBL busca uma atuação pragmática sintonizada com a realidade política, econômica e sociocultural brasileira. A partir dos pressupostos em questão, são traçadas suas bandeiras:

Redução e simplificação da carga tributária; Federalismo político e descentralização administrativa, em respeito ao princípio da subsidiariedade; Autonomia contratual para o trabalhador; Livre concorrência e livre iniciativa; Fim do fundo partidário e do voto obrigatório; Liberdade para a criação de partidos políticos, inclusive regionais; Fim do alistamento militar obrigatório; Fim das verbas de publicidade estatal que não sejam exclusivamente informes de utilidade pública; Revogação do estatuto do desarmamento e o reconhecimento do direito de autodefesa do cidadão; Progressivo aumento da participação do setor privado em serviços públicos passíveis de serem privatizados, tais como educação, saúde,

infraestrutura, administração de serviços penitenciários, dentre outros; Fim dos monopólios estatais e privatização de todas as empresas públicas e sociedades de economia mista; Fim do BNDES e outros bancos públicos de fomento que servem apenas para gerar distorções no mercado e corromper agentes públicos; Fim de toda forma de discriminação oficial instituída por meio de cotas raciais, sociais ou de gênero; Livre comércio com todas as nações do planeta, independente de preferências ideológicas de governos específicos. (MBL, p. 14)

Ainda, segundo o documento, o trabalho realizado pelos núcleos municipais consiste na atuação de agentes políticos capazes de aglutinar forças liberais de forma suprapartidária. Para tanto, determina-se a cada núcleo a aquisição de uma biblioteca com a literatura básica acerca das ideias liberais, material que servirá para realizar formação de novos militantes em “prol da liberdade”, além da criação de grupos de estudos acerca dos conteúdos em questão. A bibliografia básica necessária para a criação do núcleo consiste em: *As Seis Lições* – Ludwig Von Mises; *O Dinossauro* – José Oswaldo de Meira Penna; *O que é Liberalismo?* – Donald Stewart Jr.; *Economia Numa Única Lição* – Henry Hazlitt; *Pare de Acreditar no Governo* – Bruno Garschagen; *A Lei* – Frédéric Bastiat (MBL, 2015, p.15)

Em relação aos precedentes formais e ideológicos para formar uma filial do MBL, é expressamente proibido aos coordenadores municipais estarem filiados a partidos de esquerda ou “estatistas”; o PT, PSOL, PCB, PCdoB, PSTU e PCO são enquadrados nessa definição. Outro critério fundamental na avaliação do requerente a um núcleo municipal do MBL, é o conhecimento prévio da doutrina liberal e de seus autores. Aos coordenadores e membros da diretoria é permitida filiação apenas aos partidos considerados “neutros” - PSDB, DEM, PMDB, PV, PSC, NOVO, PRP, PSB, PPS, PTdoB, PRTB. (MBL, 2015)

Um elemento que também nos chama a atenção diz respeito ao financiamento e manutenção de suas filiais. Cada municipalidade deve arcar com os custos de sua manutenção, tendo de atuar sob um conjunto de regras. A elas é permitida a venda de produtos, doações dos próprios membros e arrecadações em eventos ou de parcerias comerciais e empresariais. Ficam proibidas “doações de partidos políticos, vereadores, secretários e prefeitos, bem como de empresas concessionárias de serviços públicos” (MBL, 2015, p. 20).

Apesar disso, o MBL obteve apoio financeiro de partidos políticos para a realização da manifestação de 13 de março de 2016, a favor do *impeachment*

de Dilma Rousseff. Entre os seus financiadores estavam o PMDB, PSDB e Solidariedade (SD), que arcaram com os custos da impressão de panfletos para a divulgação do ato, aluguel de ônibus e alimentação para suas caravanas, além dos carros de som utilizados no evento⁶¹.

O MBL era definido como um movimento apartidário (BARBOSA, 2016; GOBBI, 2016); contudo, após ganhar expressividade durante os protestos contra a corrupção e o governo federal, sua relação com os partidos de oposição, considerados “neutros”, mudou. O movimento passou a se posicionar de forma suprapartidária, rechaçando todos os partidos situados no espectro político da esquerda, e reforçou suas alianças com os partidos “neutros”, inclusive aqueles envolvidos em escândalos de corrupção.

Outro fator importante a se destacar são os resultados “positivos” obtidos pelo movimento devido à forma como organiza sua atuação política. Com uma tática de “guerra” para intervir em comunidades virtuais e outros espaços, o movimento passou a atuar em diversas frentes. Ao considerar esse embate uma “batalha pela hegemonia política”, o MBL passou a articular suas filiais para realizarem “ataques coordenados”, pois, segundo o grupo, a defesa de seu “ideário”, bem como a mútua cooperação, fará a diferença no jogo político (MBL, 2015, p. 25).

Para tanto, o MBL foi além dos pressupostos liberais e passou a atuar em outra frente que ficou conhecida como “guerras culturais”. Utilizando-se de um discurso punitivista e contrário às bandeiras de movimentos LGBT, Feministas, Negro etc., o movimento encontrou um meio de atrair setores conservadores, do ponto de vista da moralidade e dos costumes, às causas liberais. Segundo o discurso repetido como um mantra por Kim Kataguirí, as pautas comportamentais se tornaram um monopólio da esquerda. (Para) Diz ele:

foi muito inteligente da parte deles [esquerda] tomar essas pautas comportamentais, porque são elas que empolgam. Eles tomaram as artes, eles tomaram a cultura, eles tomaram as partes que faz com que as pessoas se emocionem. *Porque política, querendo ou não, é muito mais emoção do que razão.* Se política fosse razão, se política fosse simplesmente um debate nobre, aristotélico, ali, de ideias: se você tem os mesmos pressupostos, você vai chegar as mesmas conclusões. A esquerda, desde a época de Rousseau, não teria

⁶¹ “Áudios que partidos financiaram MBL em atos pró-*impeachment*”: Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>>. Acesso em 16 jun. 2016.

nenhum voto. *Então, a emoção é a base do debate político, não é a razão.* É claro que a razão tem a sua função e a gente tem que fazer o uso dela, mesmo porque é o que é certo. Mas a gente também tem que aprender os meios corretos de espalhar nossas ideias. Eu acho que esse é um dos principais papéis do Movimento Brasil Livre agora: passar as ideias corretas, explicar para a população como é que funcionam as ideias liberais, mas não de uma maneira técnica, não de uma maneira chata. (KATAGUIRI, 2016, grifo nosso)⁶²

De acordo com Kataguirí⁶³, aqueles que detêm o conhecimento e o controle da cultura são os que têm poder. Portanto, o movimento passou a trabalhar em cima desses elementos. Dois casos são bastante emblemáticos e revelam o impacto político da forma como o MBL organiza sua atuação.

A exposição "*Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*", realizada no espaço Santander Cultural, na cidade de Porto Alegre, propunha abordar a diversidade sexual e a diferença a partir de obras que datam de meados do século XX até a contemporaneidade, exibindo trabalhos de Adriana Varejão, Lygia Clark, Portinari, entre outros. A mostra iniciou-se no dia 15 de agosto de 2017 e se estenderia até o dia 8 de outubro do mesmo ano. A exposição, no entanto, se tornou "alvo" de grupos conservadores que a acusaram de promover a perversão, pedofilia e zoofilia. O MBL, aproveitando-se da situação, passou a criticar a exibição a partir do fato de esta ter sido financiada pela Lei de Incentivo à Cultura (Lei Houanet), também alvo das críticas do movimento.

Sob fortes protestos nas redes sociais e no próprio local de exibição, a instituição decidiu cancelar a mostra e publicou uma nota se desculpando por ter ofendido pessoas e crenças. A tática utilizada pelo MBL consiste na publicação de vídeos na página do *facebook* e matérias sensacionalistas no *Jornalivre*⁶⁴, dando início aos "ataques coordenados" através do compartilhamento virtual massivo. Segundo levantamento realizado pelo "Monitor do debate político no meio digital", o vídeo publicado na página do movimento, conforme ilustra a **Figura 2**, intitulado:

⁶² "Crise política e renovação: os caminhos para a construção do Brasil que queremos". Palestra realizada em apoio à candidatura de Filipe Barros, candidato do MBL a vereador de Londrina/PR, no dia 26 de setembro de 2016. Além de Kataguirí e Barros, a palestra contou com a presença do deputado federal Paulo Eduardo Martins (PSDB-PR), identificado como um dos parlamentares do movimento em seu sítio eletrônico.

⁶³ No 2º Congresso Nacional do MBL, ocorrido em novembro de 2016, Kataguirí fez arguição semelhante à proferida no dia 26 de setembro de 2016, em Londrina.

⁶⁴ Segundo matéria publicada no site *Vice Brasil*, coordenadores do MBL, como Renan Santos, um dos principais nomes do movimento, estão entre os administradores do *Jornalivre*. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/bj7x4z/pelo-jeito-a-relacao-entre-o-mbl-e-o-site-jornalivre-e-um-pouco-mais-do-que-amigavel>. Acesso em 24 de out. 2017.

“Esquerda tenta promover pedofilia e zoofilia para crianças – e com dinheiro público”⁶⁵, teve 70 mil visualizações⁶⁶, enquanto que a matéria publicada pelo *Jornalivre*: “Santander Cultural promove pornografia e até pedofilia com base na Lei de Incentivo à Cultura”⁶⁷, teve mais 12 mil compartilhamentos⁶⁸.

Figura 2 – Vídeo publicado na página do *facebook* do MBL em referência à exposição *Queermuseu*



Fonte: Facebook. Acesso: 27/02/2018

Caso semelhante ocorreu no 35º Panorama da Arte Brasileira, realizado no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo, onde o coreógrafo Wagner Schwartz, na noite de abertura da exposição, 27 de setembro de 2017, apresentou a performance *La Betê*, releitura de uma obra da artista Lygia Clark, onde, também, o intérprete se exibia nu e era manipulado pelo público. A partir de um vídeo divulgado nas redes sociais, no qual uma criança, acompanhada da mãe,

⁶⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/videos/680258218764991/?fref=mentions>>. Acesso em 20 de jan. 2018

⁶⁶ Na data em que acessamos o post o número de visualizações era de 396 mil, como post ser visto na figura 2.

⁶⁷ Disponível em: <<https://jornalivre.com/2017/09/09/santander-cultural-promove-pornografia-e-ate-pedofilia-com-base-na-lei-de-incentivo-a-cultura/>>. Acesso em 20 jan. 2018

⁶⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/monitordodebatepolitico/posts/1535646699830121>>. Acesso em 20 de jan. 2018.

interagia com o artista, o MBL criou uma campanha contrária à exposição. A matéria do *Jornalivre*, cujo título “Museu de Arte Moderna de São Paulo faz evento com erotização infantil e gera revolta”⁶⁹, teve mais de 160 mil compartilhamentos. Com 5 mil compartilhamentos, o *post* na página do *facebook* do MBL, intitulado “Será que a extrema esquerda vai ter coragem de dizer que ninguém pode criticar o fato de uma menina de 5 anos ter ido tocar um homem nu em uma encenação?”⁷⁰, como ilustra a **Figura 3**, foi o mais difundido sobre o tema⁷¹.

Figura 3 – Vídeo na página do *facebook* do MBL em referência à exposição do MAM



Fonte: Facebook. Acesso 27/02/2018

O senador Magno Malta, Partido da República (PR-ES), é presidente da Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) dos Maus-Tratos, que tem por finalidade averiguar irregularidades e crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país. Proponente do projeto de Lei “Escola Sem Partido” no senado e simpático ao MBL, o político foi autor de pedidos de condução

⁶⁹ Disponível em: <<https://jornalivre.com/2017/09/28/exclusivo-museu-de-arte-moderna-de-sao-paulo-faz-evento-com-erotizacao-infantil-e-gera-revolta/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/695945400529606>. Acesso em: 20 jan. 2018.

⁷¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/monitordepolitico/posts/1552191778175613>> Acesso em: 20 jan. 2018.

coercitiva para que o curador do *Queermuseu*, Gaudêncio Fidélis, e o coreógrafo, Wagner Schwartz, fossem escoltados para prestar depoimento.

Ações como essas colocam o movimento em evidência, como o “defensor da moral” e dos “bons costumes”, e conjugam questões morais do conservadorismo às suas bandeiras liberais, ampliando seu público-alvo, e, conseqüentemente, sua “base” de apoio.

O MBL também demanda a formação de lideranças políticas municipais e a formulação de projetos de leis liberais. Com a conquista de suas primeiras cadeiras em legislativos municipais, o grupo buscou pôr em prática, no âmbito das municipalidades, propostas como o projeto de lei “Escola Sem Partido”, que tem a pretensão de combater o “assédio ideológico” nas instituições educacionais, por meio do monitoramento dos conteúdos abordados em aula e contidos nos materiais didáticos, sujeitando educadores e sua atuação profissional à criminalização e censura (BARBOSA, 2017).

Visando o protagonismo do ideário liberal e sua expansão como força política em detrimento daquilo que denomina de “extrema esquerda”, o MBL traça objetivos claros de atuação e tem conquistado resultados positivos em relação aos princípios que defende. Com expressiva visibilidade nas mídias e redes sociais, o grupo conseguiu emplacar seus primeiros representantes em cargos eletivos, além de possuir membros em cargos de confiança na administração de prefeitos que receberam apoio do movimento durante as eleições de 2016, como em São Paulo e Porto Alegre. O MBL conta também com a simpatia de personalidades que foram importantes no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e nomes de expressão no cenário político brasileiro.

Em seu 2º Congresso Nacional, realizado em novembro de 2016, estavam entre os palestrantes figuras como: Janaína Pascoal, uma das formuladoras, junto com Miguel Reale Jr., do processo que levou à queda de Dilma; o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes; o prefeito eleito da cidade de São Paulo, João Dória; o ministro da educação da gestão Michel Temer e ex-membro do Comitê do Impeachment, Mendonça Filho (DEM); o diretor do instituto liberal e colunista do jornal *Gazeta do Povo*, Gustavo Borges; além de figuras como o apresentador e comediante, Danilo Gentile, e o humorista Claudio Manoel (ex-Casseta & Planeta), entre outros. Em seu terceiro Congresso Nacional, realizado em

2017, entre os palestrantes estavam o filósofo e professor da USP, Luiz Felipe Pondé; a jornalista Joice Hasselmann; o empresário Flávio Rocha⁷², executivo da Riachuelo, além de outros, todos os quais compartilham do discurso liberal promovido pelo movimento.

O MBL estabeleceu um prazo de 20 anos para que suas filiais cumpram os objetivos traçados, propiciando, assim, o que consideram um espaço democrático e justo para que os ideais liberais exerçam seu papel transformador sobre a sociedade. Com isso, o movimento almeja também ampliar seu escopo de atuação política.

Cremos fortemente que a massa crítica gerada pelas incontáveis filiais do movimento ao longo do território nacional, bem como os efeitos da expansão vertical – rumo aos poderes estaduais e federal – permitirão a natural existência do campo liberal dentro do conjunto de forças políticas do país. Novas formas de organização do movimento liberal brasileiro surgirão, e o Movimento Brasil Livre cumprirá seu papel transformador ao agregar novas soluções políticas que permitirão a prosperidade dos defensores da liberdade. (MBL, 2015, p. 35)

O VPR e MBL compartilham de diversos elementos, mas também se diferenciam em alguns aspectos. Entretanto, ambos os grupos exerceram e exercem papéis importantes no que se refere à formação e consolidação da direita na atual conjuntura brasileira e também na defesa dos princípios liberais.

A compreensão da estrutura e as formas de atuação dessas organizações são elementos importantes para o propósito deste trabalho, que consiste em pensar esses grupos como movimentos de classe média. É necessário, contudo, analisar esses movimentos levando em consideração seu caráter de classe e a conjuntura na qual estão inseridos, buscando evidenciar que tipo de relação estabelecem com público que serviu de base social para a defesa de seus interesses.

⁷² Flávio Rocha é pré-candidato à Presidência da República pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB) e sua candidatura vem sendo construída em torno de ideais conservadores e liberais, com o apoio do MBL.

CAPÍTULO 3. OS “MOVIMENTOS-APOIO” E AS CONTRADIÇÕES DIANTE DAS CLASSES MÉDIAS

Este último capítulo pretende identificar o caráter de classe dos protestos. Dessa forma abordaremos de maneira sumária o debate sobre a relação entre as classes médias e seus “movimentos” com as políticas neoliberais, objetivando tratar as contradições existentes entre esse grupo social e o ciclo dos governos petistas, caracterizados neste trabalho a partir do debate realizado por Boito jr, que considera as políticas socioeconômicas inauguradas pelo primeiro governo Lula como neodesenvolvimentistas. Por fim, abordaremos os posicionamentos adotados pelo VPR e MBL diante de alguns fatores que marcaram o período posterior ao afastamento definitivo de Dilma Rousseff. Dessa maneira, pretendemos constatar algumas contradições que distanciam os movimentos em questão das pautas que levaram setores das classes médias a protestar contra um inimigo comum, representado pela corrupção e os governos petistas.

3.1 MANIFESTAÇÕES PRÓ-IMPEACHMENT

Entre as características compartilhadas pelo VPR e MBL as mais relevantes consistem na defesa de pautas econômicas liberais, o sentimento “anti-petista”, a “crítica” à corrupção e o apoio às contrarreformas colocadas na “ordem do dia” pelo governo do presidente Michel Temer, que, ao assumir o posto após o afastamento de Dilma⁷³, anunciou um pacote de medidas antipopulares com o objetivo de solucionar a situação de estagnação econômica vivenciada pelo país⁷⁴.

A trajetória desses movimentos está associada à forte oposição ao PT, característica que os permitiram direcionar suas críticas contra o aumento da inflação, o crescimento do desemprego, a queda na taxa de crescimento econômico e os escândalos de corrupção, mormente à forma com que os governos petistas conduziram as políticas econômicas e sociais durante os últimos anos. Dessa forma, fatores conjunturais mais amplos que inserem o Brasil na lógica econômica mundial,

⁷³ Michel Temer assumiu a presidência interinamente em maio de 2016, com a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, e se efetivou no cargo no dia 31 de agosto de 2016, com a conclusão do processo.

⁷⁴ Os principais exemplos dessas medidas são: a PEC 55 popularmente conhecida como a “PEC do Teto”, que congela os gastos públicos por até 20 anos, aprovada no Senado federal em 13 de dezembro de 2016. Somam-se a ela a reforma trabalhista, sancionada em 13 de junho de 2017, e a reforma da Previdência, tirada da pauta do governo federal no início do ano de 2018.

como o impacto econômico causado pela crise internacional e a queda do preço das *commodities*, ou mesmo fatores políticos internos que abrangem outras siglas partidárias, não são levados em consideração e/ou não recebem ênfase nos discursos proferidos por esses grupos.

A partir do quadro de crise política e econômica que permeou, desde o início, o segundo mandato da presidente Dilma e de seu sucessor, buscamos desenvolver elementos que corroborem a hipótese de que o surgimento dos movimentos de matriz liberal inaugura uma espécie de “reformulação” dos protestos de rua. Essa “reformulação” não se restringe ao conservadorismo expresso por essas organizações ou sua alocação no espectro político da direita, mas, sobretudo, pelo fato de ocorrer na contramão de lutas sociais historicamente empreendidas por movimentos cujas propostas estão relacionadas ao trabalho, à moradia, ao reconhecimento, às questões de gênero e raça, visando a ampliação do acesso a bens públicos e direitos sociais, que, por sua vez, pautam seus objetivos por demandas que tendem a impactar de forma positiva os grupos sociais, camadas ou frações de classe que compõem sua base social e/ou que representam.

Nesse sentido, nossa análise é orientada de acordo com as seguintes questões: Podemos considerar que o fato de a população, que saiu às ruas, manifestar suas insatisfações e defender a saída de uma mandatária serviu de “apoio” a um projeto político sem contornos claros e definidos que, se levado a cabo, tende a ir de encontro a seus próprios interesses? De que forma os ideais liberais e conservadores, em torno dos quais se estruturam os organizadores dos protestos que tomaram as ruas no decorrer dos anos 2015 e 2016, podem impactar as camadas ou frações de classe que, diante de uma conjuntura específica, compuseram sua base social?

3.2 O CARÁTER DE CLASSE DOS PROTESTOS

Para definirmos o caráter de classe dos protestos diversos fatores podem ser considerados, tais como: o perfil socioeconômico e ideológico dos grupos, que os convocaram, suas bandeiras, suas formas de organização, o perfil do público mobilizado, que foi às ruas e/ou atuou através das redes sociais etc.

No que se refere às lideranças dos movimentos que analisamos, é possível verificar certa diversidade em sua composição. Tanto o VPR quanto o MBL possuem, entre seus coordenadores, indivíduos oriundos das classes burguesas, com histórico no setor empresarial – Rogério Chequer e Colin Butterfield (VPR), Renan Santos (MBL) – quanto membros das classes médias e das classes trabalhadoras, como é o caso de Fernando Holiday (MBL) e Janaína Lima (VPR), provenientes da periferia da cidade de São Paulo.

Contudo, o discurso proclamado por esses movimentos é permeado de aspectos ideológicos que possuem aceitação maior numa camada social específica. Dessa maneira, apresentaremos o perfil socioeconômico e ideológico do público que participou das manifestações *pró-impeachment*, a fim de identificarmos o caráter de classe dos protestos. A partir disso, buscaremos esclarecer quais as proximidades e distanciamentos entre a população que foi às ruas defender a queda da presidente Dilma e os protagonistas das mobilizações.

Para tal fim, utilizaremos as pesquisas realizadas durante as manifestações ocorridas na cidade de São Paulo com o objetivo de explorar as características do público presente. Nossa escolha se dá graças à disponibilidade de pesquisas com alto grau de confiabilidade produzidas na cidade. Utilizaremos aqui as medições feitas pelo Instituto Datafolha, que nos permitiram uma análise quantitativa das mobilizações, possibilitando a elaboração de um perfil socioeconômico mais consistente do público que ocupou a Avenida Paulista no decorrer dos anos de 2015 e 2016.

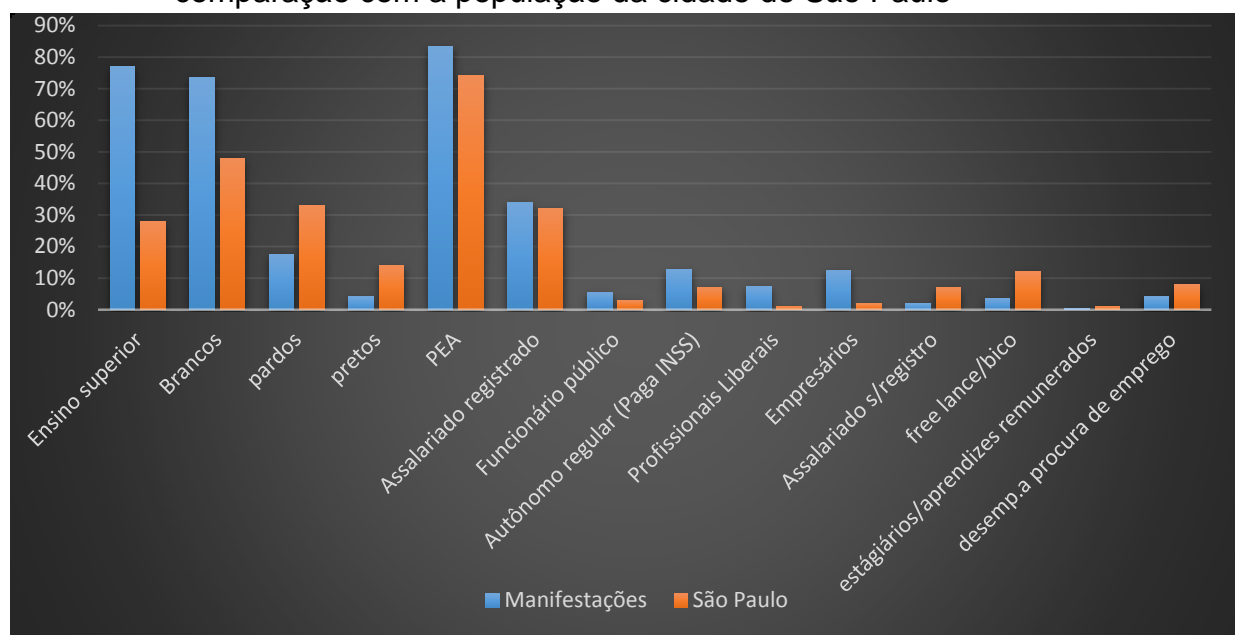
Ainda que a adesão aos protestos tenha sofrido uma variação significativa, o mesmo não ocorreu em relação ao perfil dos manifestantes. Isso justifica, portanto, nossa escolha metodológica em apresentar uma média dos números obtidos nos levantamentos realizados nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto de 2015 e 13 de março de 2016⁷⁵.

⁷⁵ Segundo o Instituto Datafolha, que fez o levantamento das manifestações *pró-impeachment* na cidade de São Paulo, nos dias 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015, foram reunidas, respectivamente, 210 mil, 100 mil e 135 mil pessoas. A manifestação do dia 13 de março de 2016 reuniu 500 mil pessoas na capital paulista. No levantamento feito pela política militar os números são outros. No ano de 2015, segundo a PM, foram às ruas 1 milhão de pessoas, no dia 15/03, 275 mil, no dia 12/04, e 350 mil, no dia 16/08. Na manifestação do dia 13/03/2016, 1 milhão e 400 mil pessoas se reuniram para protestar. No entanto, a PM não divulgou a metodologia utilizada para a contagem. Para mais informações consultar: www.datafolha.com.br e o “Mapa das manifestações Contra Dilma”, disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/todos/>. Acesso em: abr. 2017.

Levando-se em consideração fatores como escolaridade, raça e ocupação, em uma média dos dias de manifestação apontados acima, constatou-se que 77% do público que foi às ruas possuía ensino superior. 73,5% se declararam brancos, 17,5%, pardos, e 4%, pretos. 83,25% dos manifestantes faziam parte da PEA (população economicamente ativa). Estes eram compostos por trabalhadores assalariados com registro, 34%, funcionários públicos, 5,5%, trabalhadores autônomos regulares (que pagam INSS), 12,75%, profissionais liberais, 7,25%, e empresários, 12,25%. Além dos trabalhadores assalariados sem registro, 2%, freelance/bico, 3,5%, estagiários e aprendizes remunerados, 0,5%, e desempregados à procura de emprego, 4%.

Como pode ser visto no gráfico 1, esses números revelam um contraste significativo se comparados aos da cidade de São Paulo, onde apenas 28% da população chegaram ao ensino superior. Os autodeclarados brancos correspondem a 48%, pardos, 33%, e pretos, 14%. 74% da população paulistana faz parte da PEA. Apesar do número de assalariados com registro em carteira ser similar ao encontrado nas manifestações, 32%, constatamos uma discrepância em relação as suas ocupações, que consiste em 3% de funcionários públicos, 7% de trabalhadores autônomos regulares, 1% de profissionais liberais e 2% de empresários. O número de trabalhadores assalariados sem registro é de 7%, freelance/bico, 12%, estagiários ou aprendizes remunerados, 1%, e o número de desempregados em busca de emprego chegou a 8%, em relação aos dados de 2015.

Gráfico 1 – Perfil socioeconômico dos manifestantes nos atos pró-*impeachment* em comparação com a população da cidade de São Paulo



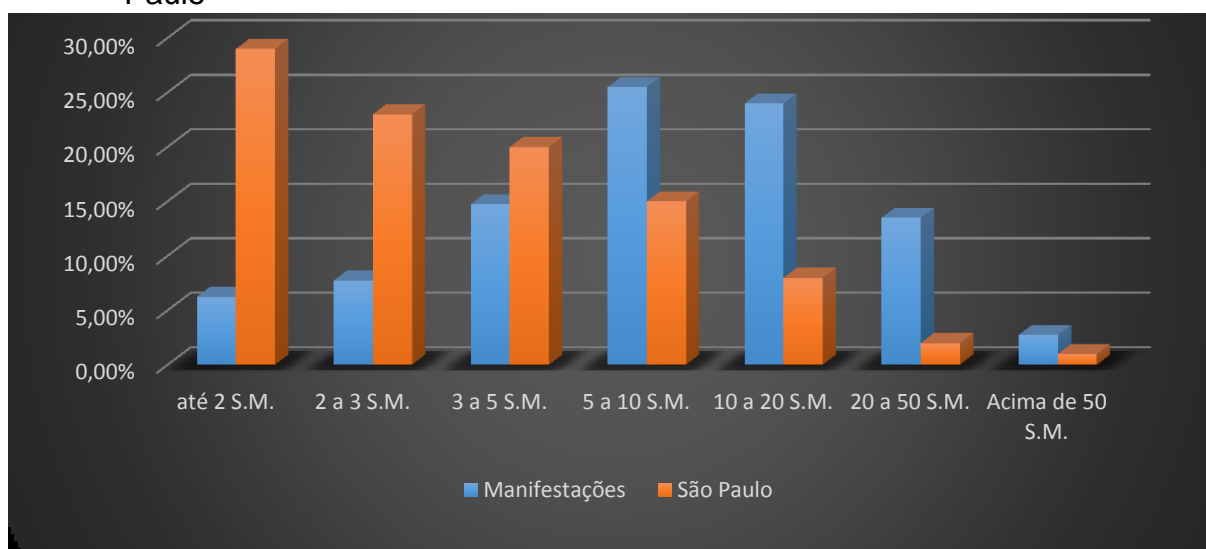
Fonte: Manifestação na Avenida Paulista (13/03/2016). Disponível em: <<http://www.datafolha.folha.uol.com.br>>

Essa divergência também é constatada em relação à renda. Seguindo o mesmo critério de comparação, verificamos que 40,25% dos manifestantes possuíam rendas superiores a 10 salários mínimos (S.M.). Destes, 24% recebiam entre 10 e 20 S.M., 13,5% recebiam entre 20 e 50 S.M., e 2,75% recebiam acima de 50 S.M. No tocante a população paulistana esse número corresponde, respectivamente, a 8%, 2% e 1%. Além disso, 6,25% do público presente nas manifestações possuíam ganhos mensais de até 2 S.M.⁷⁶, 7,75% de mais de 2 até 3 S.M., 14,75% de mais de 3 a 5 S.M. e 25,5% de mais de 5 a 10 SM., ao passo que entre os paulistanos esse número corresponde, nessa ordem, a 29%, 23%, 20% e 15% da população⁷⁷.

⁷⁶ Singer (2012) aponta que as intenções de voto em Lula (2006) e Dilma (2010) de acordo com a renda, tiveram apoio expressivo entre as famílias que auferiam rendimento de até 2 salários mínimos mensais: Lula, 55% e Dilma, 53%. Sobressaindo o conjunto das intenções de voto dos candidatos de oposição, Geraldo Alckmin, Heloísa Elena e Cristovam Buarque, em 2006, e José Serra e Marina Silva, em 2010. (p.170)

⁷⁷ Cálculos feitos a partir dos dados compilados e disponibilizados pelo DATAFOLHA. *Manifestação na Avenida Paulista (13/03/2016)*. Disponível em: <<http://www.datafolha.folha.uol.com.br>>. Acesso em: Jul. de 2016.

Gráfico 2 – Renda média mensal em salários mínimos dos manifestantes nos atos pró-impeachment em comparação com a população da cidade de São Paulo



Fonte: Manifestação na Avenida Paulista (13/03/2016). Disponível em: <<http://www.datafolha.folha.uol.com.br>>

Esses elementos nos permitem afirmar que o público que foi às ruas na cidade de São Paulo, convocado pelos movimentos pró-*impeachment*, possui um perfil médio que destoa de sua população em geral. Porém, não temos o interesse de restringir nossa análise utilizando exclusivamente o critério de renda e/ou estratificação social. Assim evitamos um viés economicista que nos impossibilita de realizar um exame mais apurado apto a nos fazer levar em consideração o caráter de classe dessas manifestações.

Como abordado anteriormente, partimos da perspectiva de que o comportamento político (posição de classe) dos agentes sociais não é resultado exclusivo de sua localização na estrutura produtiva, apesar de essa localização ser de importância fundamental, pois a definição de classe nos níveis político e ideológico não ocorre em contraste com a definição estrutural no nível econômico, devido aos efeitos pertinentes.

Para corroborar essa proposição analisamos o perfil político e ideológico do público participante dos protestos a partir de suas percepções sobre movimentos sociais, partidos políticos e meios de imprensa, sua relação com certas políticas públicas desenvolvidas no decorrer dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, e também seu posicionamento diante de questões ideológicas. Para realizar essa análise utilizamos as pesquisas coordenadas por Pablo Ortellado (USP), Esther Solano (UNIFESP) e Lucia Nader (*Open Society Foundations*) nas

manifestações dos dias 12/04/2015⁷⁸ e 16/08/2015⁷⁹, na cidade de São Paulo. Esses levantamentos apresentam resultados similares aos obtidos pelo Datafolha no que concerne ao perfil dos manifestantes. Predominância de pessoas brancas, 75,5%, com alto nível de instrução (11,85% dos manifestantes possuíam curso superior incompleto, enquanto 66,95% possuíam curso superior completo) e com renda proporcional, 23,4% com rendimentos entre 5 e 10 S.M. e 49% com rendimentos acima de 10 S.M.⁸⁰.

A partir dessas medições foi possível identificarmos um alto índice de rejeição por parte dos manifestantes em relação aos partidos políticos e movimentos sociais com tradição de lutas no campo da esquerda: 73% dos entrevistados disseram não confiar em partidos políticos, chegando a 96% quando a referência é o PT, e 81,8% em relação ao PMDB. O PSDB, principal partido da oposição, teve um índice de rejeição de 47%, com um alto nível de confiança de apenas 11%⁸¹. Em relação aos movimentos sociais, disseram não confiar no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), 84% e 79% respectivamente. Em contrapartida, 70% declararam confiar muito no VPR, enquanto 52% disseram o mesmo em relação ao MBL⁸².

No que diz respeito aos canais de imprensa, a revista *Veja*, que veicula um discurso mais organizado de direita, recebeu o maior índice de menções positivas, com 51% dos pesquisados os quais afirmam confiar muito, seguida pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que recebeu 40% de referências positivas. Dentre os comentaristas políticos mais confiáveis se destacaram os conservadores e polemistas Raquel Sheherazade e Reinaldo Azevedo, que receberam, respectivamente, 49% e 39% das referências positivas.

A pesquisa realizada no dia 16 de agosto mostra como o público se posicionou em relação às políticas públicas colocadas em vigor durante os governos petistas. Sobre o programa do governo federal *Mais Médicos*, que em uma de suas

⁷⁸ ORTELLADO, P.; SOLANO, E. Pesquisa manifestação política 12 de abril de 2015. Disponível em: <<http://gpopai.usp.br>>. Acesso em: jul. 2016.

⁷⁹ ORTELLADO, P.; SOLANO, E.; NADER, L. Pesquisa manifestação política 16 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://gpopai.usp.br/pesquisa/>> Acesso em: jul. 2016.

⁸⁰ Valores obtidos a partir de uma média dos dois dias pesquisados.

⁸¹ Utilizando os levantamentos feitos pelo Instituto Datafolha em relação ao voto declarado no 2º turno das eleições para presidente em 2014, nos quatro dias de manifestação *pró-impeachment* (15/03/2015, 12/04/2015, 16/08/2015 e 13/03/2016), temos que 80,25% dos manifestantes votaram em Aécio Neves, enquanto apenas 3,5% disseram ter votado em Dilma Rousseff.

⁸² É importante ressaltar que o MBL possuía um maior índice de desconhecimento, 15,9%, enquanto apenas 2,3% dos entrevistados disseram não conhecer o VPR. (ORTELLADO; SOLANO, 12/04/2015)

etapas trouxe um contingente de médicos cubanos para atuar no Brasil, sobretudo, nas regiões com escassez ou ausência desses profissionais, 74% dos entrevistados se posicionaram contra. Em clara referência à política de cotas raciais, que consiste na reserva de vagas em instituições públicas para aqueles que se autodeclararam pretos ou pardos, 79% dos entrevistados disseram concordar total ou parcialmente com a afirmação de que negros não devem usar a cor da pele para conseguir privilégios. Quanto aos aspectos ideológicos, constatou-se que 70% dos manifestantes concordam total ou parcialmente com o fato de que aqueles que se esforçaram e estudaram mais na vida possuam alguns privilégios⁸³ e 86% concordam que o aumento da punição seria eficaz para se conseguir a paz.

Os dados apresentados acima parecem corroborar a ideia de que as posições liberais e conservadoras defendidas pelos movimentos em questão correspondem àquilo que a maioria do público presente nas manifestações defende. No entanto, como aponta Cavalcante (2015, p. 194), a análise desses dados merece um cuidado especial, pois esse “conservadorismo liberal” dos “formadores de opinião” não é facilmente discernível na “população a que esse discurso é dirigido e é recebido”. Nessa perspectiva, essa mesma população pode se posicionar de maneira contrária aos organizadores dos protestos em relação a certos temas, como mostrado pela mesma pesquisa, a qual indicou que 74% concordam totalmente com a gratuidade dos serviços de saúde, e 92% com a gratuidade da educação. Vale ressaltar também que a gratuidade do transporte coletivo é apoiada total ou parcialmente por 49% dos manifestantes⁸⁴. Todavia, esse posicionamento está relacionado à própria ideologia meritocrática, própria das classes médias, que defende, no âmbito formal, a igualdade de oportunidades.

A partir do que expusemos até aqui, acreditamos possuir elementos que nos permitem afirmar que o protagonismo dos protestos pode ser atribuído a determinados setores das classes médias brasileiras, apoiados em uma ideologia

⁸³ Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, no dia 13/03/2016, 81% dos entrevistados concordam com a afirmação de que “pessoas que recebem programas sociais, como o bolsa família, ficam preguiçosas. “*Manifestações de março – comparativo – 13 e 18 e 2015/2016*”. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/pesquisasfpa/>>. Acesso em: nov. 2016.

⁸⁴ Outro elemento importante a esse respeito, apresentado pela pesquisa do dia 12/05/2015, consiste no fato de que 53,4% dos manifestantes pró-*impeachment* disseram confiar (entre muito e pouco) no Movimento Passe Livre (MPL), que tem uma atuação no espectro político da esquerda. Esse índice destoa quando comparado com os números recebidos pelo MST, 13%, e o MTST, 15,6%. Ortellado e Solano, 2015. Acesso em: jul. 2016.

meritocrática que justifica e naturaliza seus privilégios de classe e, no caso brasileiro propriamente dito, adquire um caráter específico.

A contradição entre capital e trabalho é *parcialmente apagada e substituída* por um sentimento de superioridade do trabalho não manual conquistado por mérito individual, especialmente nas funções técnico-científicas. No Brasil, essa ideologia é potencializada pela herança escravocrata e é reproduzida por meio de uma complexa imbricação entre valores meritocráticos e privilégios de classe “naturalizados”. (CAVALCANTE, 2015, p.180)

O posicionamento de setores das classes médias que saíram às ruas para defender o *impeachment* da ex-presidente petista é bastante ambíguo, fator que nos remete a outro questionamento. Como compreender sua movimentação e, sobretudo, o que os levou a se tornarem um fio condutor para essa “nova” direita?

3.3 CLASSES MÉDIAS E NEOLIBERALISMO

Antes de abordarmos o atual contexto brasileiro, fazemos uma breve análise da relação das classes médias com o neoliberalismo, a partir das diferentes formas com que o seu conjunto se insere nas relações produtivas. Dessa maneira, orientados pelo debate desenvolvido por Saes (2001) e Boito (2002), sustentamos a perspectiva de que o apoio às políticas neoliberais não é homogêneo no interior das classes médias, contudo, o neoliberalismo dispõe de uma base aliada em alguns setores das classes trabalhadores e, sobretudo, entre a alta classe média.

Como apontado por Saes (2001), no caso brasileiro, em 1994 uma frente política conservadora se uniu para derrotar eleitoralmente a esquerda. Nessa frente encontrava-se, além das classes dominantes, alguns setores das classes médias e das classes trabalhadoras, que foram atraídos pelo projeto neoliberal de modernização da sociedade brasileira. O apoio desses grupos é justificado como:

Uma postura crítica com relação a *estas práticas vigentes* no Estado capitalista que impele tais segmentos para a esfera ideológica neoliberal. Mais claramente: estes setores sociais veem na política neoliberal o caminho para a liquidação do Estado parasitário, cartorial e empreguista, que absorve através do sistema tributário os precários recursos financeiros do povo e os coloca à disposição de

uma casta de privilegiados destituídos de qualquer utilidade social: os burocratas e os políticos profissionais. Portanto, tais setores sociais, desconsiderando que o neoliberalismo se acomoda regularmente – no mínimo, pra se viabilizar eleitoralmente – à “fisiologia”, supõem que a liquidação do parasitismo estatal passa pela redução do raio de intervenção do Estado na vida econômica e social (o que implicaria: privatizações, fim do protecionismo econômico e das reservas de mercado etc.) (SAES, 2001, p.89, grifo do autor)

Segundo Saes, a adesão das classes trabalhadoras e médias ao “neoliberalismo de oposição” não significa um apoio incondicional a todo o programa neoliberal, uma vez que, quando estão em risco suas condições de trabalho e de sobrevivência, esses segmentos exigem a intervenção estatal.

Boito (2002, p. 26), ao analisar como a implementação do modelo neoliberal alterou significativamente as relações de classe e de poder existentes na sociedade brasileira durante a década de 1990, observa as diferentes formas de apoio da alta classe média, entendida como os setores abastados de trabalhadores e profissionais liberais, às políticas neoliberais. Segundo o autor, essas políticas atendem aos interesses desse segmento social, que é fundamentalmente elitista, ao promover uma espécie de “cidadania dual”, que “confina a massa trabalhadora nos serviços sociais públicos decadentes e reserva os serviços sociais privados para os setores de renda elevada”.

Dessa forma, a camada superior da classe média brasileira sustentava o neoliberalismo ao se posicionar de maneira contrária às políticas inclusivas de promoção de um Estado bem-estar. Sua aliança com o bloco no poder neoliberal era refletida no campo político e social, a partir do apoio eleitoral aos candidatos de partidos governistas do período FHC e, também, através da organização e manutenção de organizações filantrópicas, que buscavam compensar, no plano ideológico, os impactos das políticas neoliberais nos empregos, salários, educação, saúde etc. Além disso, esse apoio podia ser percebido através da militância a favor da repressão policial, restrita à população empobrecida, a partir da justificativa do crescimento da criminalidade, e na apatia diante dos elevados custos de serviços de saúde, educação e previdência privada, que os setores médios são “obrigados” a pagar (Boito, 2002).

A característica em comum dessas análises consiste no fato de que o apoio dos grupos médios e/ou setores das classes trabalhadores ao

neoliberalismo ocorre, sobretudo, através do sistema eleitoral. Não há organizações sociais mobilizadas em torno dos princípios neoliberais, como políticas de privatização, diminuição da intervenção do Estado na economia, redução dos investimentos em políticas sociais etc.

A partir de um exame mais contemporâneo do quadro norte-americano, Neil Davidson (2013, p. 285) analisa a composição social dos “movimentos de direita”, em cuja constituição as classes médias exercem um papel fundamental. Segundo o autor, diante da expansão do neoliberalismo, as frustrações das classes médias são direcionadas contra o Estado, por um lado, e contra os pobres “*undeserving*”, por outro, posto que é a “situação de classe” que determina para onde serão conduzidos esses sentimentos antagônicos. Nesse caso, as posições contrárias ao Estado e a rejeição aos partidos “*mainstream*”, baseadas no “libertarianismo econômico”, seriam mais atraentes à classe média alta e aos pequenos empresários. Já, as posições baseadas na xenofobia e no nacionalismo etnocêntrico se aproximariam mais da baixa classe média e dos trabalhadores assalariados.

Segundo Davidson (2013), da mesma forma que existe uma divisão ocupacional objetiva da “nova classe média”, compreendida por dois subgrupos de trabalhadores com funções gerenciais e de supervisão e empregados semiautônomos, há também uma divisão política subjetiva. A tendência é que trabalhadores do setor público e privado tendam a ter orientações políticas distintas, nas quais o primeiro é mais simpático à política democrata-liberal ou socialdemocrata e o segundo se aproxima mais do conservadorismo.

Esses fatores, apesar de se referirem às especificidades dos Estados Unidos, lançam luz para pensarmos a conjuntura brasileira e buscarmos elementos que nos permitam compreender o papel dos “movimentos-apoio”, a partir da análise do Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre, nos acontecimentos recentes.

3.4 CLASSES MÉDIAS E AS CONTRADIÇÕES DO CICLO DOS GOVERNOS PETISTAS

A literatura recente sobre essa problemática, referente ao suporte dado por setores das classes médias às manifestações convocadas pelos

movimentos de direita, parte da perspectiva de que os principais elementos agregadores aos protestos foram a crítica ao PT e a luta contra a corrupção. Os fatos que respaldam essa perspectiva se baseiam na proposição, parcialmente corroborada pelos dados apresentados acima, de que grande parte dos indivíduos que foram às ruas manifestar suas insatisfações, não o fizeram necessariamente por se enquadrarem ou apoiarem as principais pautas sustentadas pelos movimentos organizadores dos atos, as quais estão relacionadas, sobretudo, à defesa de um Estado mínimo capaz de promover o empreendedorismo e a livre iniciativa, e o progressivo aumento da participação do setor privado em áreas passíveis de serem privatizadas, como saúde, educação, serviços de infraestrutura etc.

A partir dos levantamentos realizados nas manifestações ocorridas na cidade de São Paulo, percebe-se que a crítica à corrupção foi a principal motivação autodeclarada pelos próprios manifestantes.

Esponaneamente, ou seja, sem alternativas previamente informadas aos respondentes, 47% declaram estar na manifestação para protestar contra a corrupção. Um em cada quatro (27%) teve como motivação o impeachment/saída da presidente Dilma Rousseff, e 20% declaram estar protestando contra o PT, de forma geral. A fatia dos que disseram estar na Paulista para protestar contra todos os políticos soma 15%, e 6% foram pedir mais segurança. (DATAFOLHA, 2015a)

Os motivos mais citados espontaneamente pelos manifestantes para ir à Paulista foi protestar contra a corrupção (33%), pelo impeachment da presidente Dilma (13%), contra o governo (11%), contra o PT (10%), por indignação e insatisfação, sem especificar (8%), por mudanças no Brasil, por um país melhor (8%), para dar apoio à maioria (4%), por mudança, sem especificar (4%), pela reforma política (3%), contra Dilma (2%), por insatisfação com a situação econômica (2%), pela saúde (2%) e por direitos, de forma geral (2%), além de outras respostas com base menor de menções. (DATAFOLHA, 2015b)

A corrupção, como elemento aglutinador das reações contrárias aos governos do PT, também é confirmada pela perda de apoio que o partido sofreu por parte das classes médias, sobretudo, após a crise do “mensalão” em 2005. Este foi, segundo Singer (2012, p.16), um dos elementos catalizadores do “realinhamento antilulista” que concentrou no PSDB o apoio de determinados setores das classes médias, cujo impacto pode se perceber a partir das eleições de 2006, quando se cristaliza o processo de realinhamento eleitoral que dá origem ao “lulismo”,

caracterizado por um duplo movimento que consiste na adesão do subproletariado – camada superempobrecida da população – e o afastamento de setores das classes médias da plataforma política dos governos do PT⁸⁵.

Cavalcante (2015) discorre sobre outro elemento que teria influenciado na oposição ao governo assumida pela camada mais alta da classe média⁸⁶, que são os impactos socioeconômicos negativos sentidos nos últimos anos. No entanto, como alerta o autor, é necessário evitar um viés economicista para não reduzir um problema sociológico a um cálculo utilitarista de perdas e ganhos, pois o econômico deve ser concebido concomitantemente como estrutura determinada e determinante na relação que estabelece com as estruturas políticas e ideológicas. Por esse motivo, as reações contrárias das classes médias precisam ser compreendidas no interior de um ciclo político específico, que, no caso em questão, se refere ao ciclo inaugurado pelo governo Lula da Silva (2003-2010) e que, apesar das diferenças que marcaram suas administrações, obteve continuidade nos governos de sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2016).

Não há consenso sobre o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil após o fracasso do modelo neoliberal, cujo ápice foram os governos FHC (1995-2002)⁸⁷. Todavia, a perspectiva da qual nos aproximamos é desenvolvida por Boito Jr. (2012), que define o modelo de desenvolvimento capitalista iniciado pelo governo

⁸⁵ Boito Jr. (2017), caracteriza a corrupção como uma ideologia do Estado capitalista, uma vez que no capitalismo a divisão entre recursos públicos e privados ocorre apenas no âmbito formal. Nesse sentido, os elementos que dão origem a corrupção são eles mesmos ideológicos. A saber: a igualdade jurídica entre o proprietário dos meios de produção e o produtor direto e a abertura dos postos do Estado aos cidadãos (igualdade jurídica formal e abertura das instituições). A classe média, por sua vez, possui uma relação homogênea com a bandeira da luta contra a corrupção, percebida como o grande mal da sociedade, resultado da sua condição econômica e da ideologia meritocrática que a caracteriza. Uma vez que a corrupção atenta contra a burocracia do Estado Capitalista, organizado, formalmente, com base na competência exigida para cada cargo e função (hierarquia de dons e méritos), atacando ao mesmo tempo um local de reprodução das classes médias.

⁸⁶ O autor fornece uma orientação prática, sem pretensões de estabelecer regras estáticas, para a identificação do perfil sociológico dos indivíduos ou famílias de alta classe média, baseado numa combinação da teoria marxista com formulações de Bourdieu (1975) e Passeron (2007). Estes devem corresponder a três atributos: a) no que diz respeito à renda, devem possuir ganhos superiores a 10 salários mínimos e não compor o 1% mais rico da sociedade brasileira; b) sobre as relações de trabalho, diz respeito aos trabalhadores autônomos (médicos, advogados), assalariados com alto grau de autonomia (professores universitários) ou assalariados diplomados mais diretamente vinculados às funções de gestão e controle técnico-administrativo nas burocracias privadas ou estatais (economistas, engenheiros); c) referente ao âmbito social mais geral, são aqueles que se apropriam do acesso ao capital cultural e transformam o pertencimento a esse espaço social em um atributo de talentos e méritos. (CAVALCANTE, 2015, p. 179)

⁸⁷ Para um debate mais amplo sobre ambas as perspectivas ver: Bastos (2012) “A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo”; e Morais e Saad Filho (2011) “Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula”.

Lula, como “neodesenvolvimentismo”, uma espécie de “desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico” (p.69). Apesar das políticas econômicas desenvolvidas durante os governos Lula e Dilma serem marcadas pelo continuísmo das políticas macroeconômicas dos governos FHC⁸⁸, elas promoveram a ascensão política da grande burguesia interna brasileira, o que permitiu uma melhora de sua posição no interior do bloco no poder, à medida que o Estado brasileiro passou a representar, de maneira mais significativa, os interesses dessa fração burguesa.

Segundo o autor, três diferenças merecem destaque na distinção entre o modelo desenvolvimentista clássico do século XX e o neodesenvolvimentismo do início do século XXI.

A primeira característica é que o novo desenvolvimentismo produz índices mais modestos de crescimento econômico porque está limitado pela acumulação financeira ainda em vigor, aspecto fundamental do modelo capitalista neoliberal. O peso da rolagem da dívida pública e do juro elevado sobre a receita do Estado e sobre o lucro das empresas do setor produtivo inibe o investimento e o crescimento econômico.

Uma segunda característica diferencial do novo desenvolvimentismo é que ele aceita a especialização regressiva, recuo que o modelo capitalista neoliberal impôs aos países dependentes que tinham logrado desenvolver um parque industrial mais complexo, como foi o caso do Brasil. Assim o novo desenvolvimentismo concentra-se nos setores de processamento de produtos agrícolas, pecuários ou de recursos naturais e, no caso da indústria de transformação, está focado nos segmentos de baixa densidade tecnológica. [...]. No modelo neodesenvolvimentista as grandes empresas nacionais, classificadas entre as empresas mais fortes dos seus respectivos segmentos em escala mundial, são – feita a exceção de praxe representada pela Embraer – a Friboi, a *Brazil Foods*, a Vale, a Gerdau, a Votorantim Celulose e outras que processam produtos de baixo valor agregado.

Finalmente, [o neodesenvolvimentismo promoveu] um desenvolvimentismo voltado, muito mais que seu antecessor, para o mercado externo, isto é, para a exportação. Também essa característica resulta da manutenção do modelo capitalista neoliberal. O processo de reconcentração de renda ocorrida nas décadas neoliberais e a abertura da economia brasileira estimula o

⁸⁸ As políticas macroeconômicas mantidas por Lula eram fundadas no famoso tripé composto por uma política monetária determinada pelas metas de inflação, câmbio flutuante e uma política fiscal que visava manter um *superávit* primário capaz de compensar o *deficit* nominal das contas públicas. Essas políticas são também associadas às reformas institucionais da década de 1990, que resultaram em forte liberalização comercial, desregulamentação financeira, uma crescente abertura da conta de capitais e outras reformas microeconômicas coerentes com o suposto da eficiência intrínseca dos mercados (denominadas aqui de “reformas neoliberais”). (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 508)

foco nas exportações. Ademais, tendo os demais países dependentes também passado por processos de abertura, uma economia capitalista dependente, porém mais forte, como é a do Brasil, pode se valer dessa superioridade para ocupar mercados até então inacessíveis devido ao protecionismo mais ou menos generalizado. (BOITO JR., 2012, p.69-70).

No último caso, a grande burguesia interna adota uma nova postura ao abandonar a posição defensiva da indústria nacional, que se voltava para o mercado interno devido ao receio da abertura econômica, conduta esta que predominou durante a década de 1990. E ao abandonar também o velho protecionismo característico do antigo desenvolvimentismo, ela se ajusta ao modelo neoliberal e passa a conquistar os mercados da América Latina que também haviam passado por uma abertura. A isso se soma a política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no período Lula, que permitiu uma forte política externa no Hemisfério Sul, promovendo as empresas e os investimentos brasileiros no exterior (BOITO, 2012).

Ademais, esse ciclo político conta com uma base social formada por forças antagônicas, denominada por Boito Jr. de “frente neodesenvolvimentista”. Esta frente tem como força hegemônica a grande burguesia interna – formada por diversos setores da indústria, mineração, construção pesada e empresas exportadoras de produtos agropecuários – unificada em torno da reivindicação de proteção e favorecimento do Estado diante da concorrência empreendida contra a burguesia compradora nacional e o capital estrangeiro internacional (BOITO; BERRINGER, 2013). A grande burguesia interna, apesar de ser a maior beneficiária das políticas neodesenvolvimentistas, não é a principal força que compõe sua frente. Essa posição é ocupada pelo movimento operário e popular, além das camadas mais empobrecidas da população, aquilo que Boito Jr. e Berringer (2013) vão chamar de “massa marginal desorganizada”, que foi incluída à “frente” devido às políticas de transferência de renda. Com isso se manteve uma tradição populista que promove ganhos reais a esses trabalhadores e ao mesmo tempo os mantém política e ideologicamente dependentes do governo, formando, assim, uma base eleitoral desorganizada e passiva que intervém no processo político por meio do voto.

O maior conflito presente na frente política em questão se dá devido à insatisfação dos trabalhadores organizados, seja em sindicatos seja em movimentos sociais, com os caminhos tomados pelas políticas

neodesenvolvimentistas, que garantem os principais interesses da grande burguesia e atendem parcialmente às reivindicações populares.

O governo, no entanto, preserva os interesses estratégicos da burguesia interna: não desencadeou nenhum processo amplo de regulamentação do mercado de trabalho ou de recuperação dos serviços públicos e dos direitos sociais. O que ele faz é impor sacrifícios menores à grande burguesia interna de modo a lhe propiciar, através da formação de uma frente política, uma posição no interior do bloco no poder que, por si só, essa fração burguesa não teria força para obter. Ainda, o fato de parte significativa da equipe governamental ser oriunda do movimento sindical desinibe a necessária ação disciplinadora do governo frente à classe que ele próprio representa. (BOITO, 2012, p.73)

Segundo Singer (2012), a contradição que acompanha o “lulismo” se refere à promoção de um “reformismo fraco”, no sentido de não alterar os aspectos estruturais da sociedade, mas suficiente para desestimular conflitos. Os governos petistas promoveram mudanças importantes que impactaram de maneira significativa, sobretudo, a diminuição da desigualdade e a redução da pobreza. Em contrapartida, ao promover um crescimento econômico moderado que permitiu a queda na taxa de desemprego, o aumento da formalização do emprego e a elevação da renda média *per capita*, sem uma mudança estrutural efetiva, as políticas econômicas desse ciclo “atentaram” contra uma reserva de mercado e um modo de vida característico da classe média brasileira.

Apesar do impacto econômico, Cavalcante (2015) chama a atenção para o fato de que

... mesmo que existam possíveis perdas em termos de renda, o impacto econômico só pode ser avaliado por perturbações ideológicas e simbólicas que atingem um modo de vida de classe média. Indo além, diríamos que é o componente ideológico que parece *potencializar* de forma mais aguda a revolta da classe média. Essa revolta será marcada, nesse sentido, por uma reação político-ideológica particular: para sustentar o privilégio de classe média – produto da formação brasileira que resistiu à incorporação completa da ordem competitiva de classes –, recorre-se a um apego peculiar à meritocracia que se combina com uma aversão conservadora à massa “ignorante e preguiçosa”, “complacente” com a corrupção ou “comprada” pelo governo. (CAVALCANTE, 2015, p.184)

As políticas sociais desenvolvidas durante esse período tiveram um papel importante na redução dos níveis de pobreza, na diminuição expressiva das taxas de desemprego e avançou em relação à formalização do emprego e ao aumento da renda média do trabalhador. Também houve mudanças importantes no segmento educacional, com a expansão do ensino superior e políticas de acesso às universidades públicas e privadas, a saber, as cotas sociais/raciais, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que consiste na oferta de bolsas integrais ou parciais para estudantes de baixa renda em universidades privadas, além do Programa de Financiamento Estudantil (FIES), que poderia financiar até 100% do valor do curso de graduação a taxas de juros baixas.

No entanto, o número de empregos com alto grau de especialização e rendimentos correspondentes tiveram uma trajetória oposta. Como aponta Oliveira (2015),

... a expressiva formalização observada no período aqui estudado [2004-2014] esteve sustentada pela criação de empregos de baixa remuneração. [...] constata-se o aumento significativo da importância relativa dos empregos de até dois salários mínimos na estrutura salarial da economia brasileira: em 1995, eles representavam 26,3% do total do emprego formal; em 2003, 40,3%; e, em 2013, 49,9%. Na outra ponta, os empregos de mais de 10 salários mínimos viram sua participação se reduzir de 13,9% para 4,9% entre 2003 e 2013. Neste ano [2015], vale o destaque, 82,0% dos postos de trabalho formais situavam-se na faixa de até 5,0 salários mínimos. (p.174)

Esse ciclo possui um outro aspecto contraditório na forma como impacta setores das classes médias. O fato de promover uma recomposição do quadro de servidores públicos, com a elevação dos concursos públicos, movimento contrário ao percebido na década de 1990, ocasião em que os governos brasileiros aderem ao “Consenso de Washington” e passam a tratar a questão do funcionalismo como um problema fiscal. Apesar dessas políticas serem marcadas por uma ambiguidade, representada pela política previdenciária, que teve como parâmetro a redução de gastos nessa área, dando continuidade às políticas adotadas no período dos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), passando a dificultar o acesso à aposentaria e diminuindo os valores de diversos benefícios, ela também se volta à necessidade de recompôr os quadros do funcionalismo público, investindo em áreas como educação, áreas de ciência e tecnologia, polícia federal etc. (GOMES e

SÓRIA, 2014), espaços também ocupados pelos setores das classes médias. Porém, Cavalcante anota:

Nosso argumento procura enfatizar, de modo semelhante, que, hoje, a “imagem” que vem de cima é justamente o inverso da lógica que sustenta a justificação de mundo de classe média. Não se trata, portanto, apenas de reações advindas de perdas financeiras, mas de um medo mais geral de um processo que atinge o mecanismo que justifica, até entre os dominados, seu lugar superior na sociedade. Parafrazeando a sociologia francesa que discute o *déclassement*, diríamos que a classe média não reage por propriamente passar por um processo de desclassificação social, mas pelo medo que tem dele quando certos pilares são tocados. (Cavalcante, 2015, 191).

Os elementos aqui apresentados, de maneira sumária, representam os impactos dos governos petistas nos setores das classes médias brasileiras, o que justifica o porquê de determinados grupos se levantarem contra o governo, auxiliados pelo momento de crise político-econômica que “ocupou” o Brasil e conduzidos, entre outros elementos, pela eclosão de movimentos de cunho liberal e conservador, que acabaram direcionando as demandas das ruas contra um período no qual, de maneira contraditória, se visou proporcionar um baixo desenvolvimentismo atrelado a uma política macroeconômica neoliberal.

Após os desdobramentos do processo de *impeachment*, a crise econômica e política não se exauriu, mas adquiriu novas proporções e contradições.

3.5 PÓS-*IMPEACHMENT*: MOVIMENTOS LIBERAIS E CLASSES MÉDIAS

É importante ressaltarmos que findo o processo de *impeachment*, o VPR e o MBL passaram a se dedicar à sustentação de sua relevância no campo da direita. Esses grupos procuram manter vivas suas bandeiras através da atuação nas redes sociais, de convocação de novas manifestações, da intervenção para deslegitimar mobilizações de caráter progressista e/ou lançando candidaturas próprias para cargos políticos elegíveis. A forte crítica ao PT e aos partidos de esquerda continuou sendo um elemento norteador, mesmo após os desdobramentos da Operação Lava Jato, que revelou o envolvimento de diversos políticos e partidos, situados no espectro político da direita, nos escândalos de corrupção.

A conjuntura pós-Dilma tem mostrado diversas contradições entre as propostas defendidas por esses movimentos e o público que esteve presente nas mobilizações de rua. A nosso ver, isso é um fator que revela que esses grupos não possuíam um projeto político claro. Contudo, também denota que souberam utilizar de todos os meios disponíveis para mobilizar um público tão significativo, como o fizeram em 2015 e 2016. É certo que não podemos atribuir todo o “sucesso” dos protestos de direita a esses movimentos, pois contaram com o apoio fundamental dos grandes meios de comunicação⁸⁹. Mas não podemos descartar o papel fundamental que exerceram na “reformulação” dos protestos de rua no Brasil e que ainda exercem no campo da direita, sobretudo, pela sua capacidade de utilizar as redes sociais como instrumento de mobilização política.

Queremos com isso apontar alguns elementos que nos auxiliem na análise da atual conjuntura, pois, a partir daí, acreditamos dispor de subsídios que possam corroborar nossa hipótese, segundo a qual consideramos a atuação desses movimentos com bandeiras liberais e conservadoras, como uma forma de apoio às classes e frações de classes dominantes no interior do bloco no poder.

3.5.1 A CONTRAOFENSIVA ÀS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS SECUNDARISTAS PARANAENSES

Um ano após o movimento dos estudantes que ocupou cerca de 200 escolas no estado de São Paulo e procurou barrar a reestruturação escolar da rede pública de ensino proposta pelo governo de Geraldo Alckmin (PSDB), os estudantes voltaram a se organizar contra a Reforma do Ensino Médio e o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 241 que limita o aumento dos gastos públicos de acordo com a variação da inflação pelo período de 20 anos, propostas pelo governo Temer.

Em 2016, mais de mil escolas secundaristas foram ocupadas em todo o país, das quais 850 estavam situadas no estado do Paraná, além de 14 universidades e três núcleos regionais de educação⁹⁰. Segundo a Secretaria de

⁸⁹ Durante os protestos contrários ao governo Dilma, a Rede Globo, principal emissora da TV aberta no país, interrompia a todo momento sua programação normal para mostrar os desdobramentos dos protestos. Sua filial na TV fechada, a *GloboNews*, alterou toda a sua programação para cobrir as manifestações em tempo integral.

⁹⁰ Número divulgado pelo movimento Ocupa Paraná. Disponível em: < <http://ocupaparana.org/>>. Acesso em: nov. 2016.

Educação do Estado do Paraná (SEED - PR), 831 das 2.147 escolas do estado chegaram a ser ocupadas⁹¹.

A lei que reforma o ensino médio teve origem na medida provisória (MP) 746/2016 e foi aprovada pelo Senado no dia 08/02/2017 sob a forma de Projeto de Lei de Conversão (PLV) 34/2016. Os principais pontos da lei dizem respeito: a) a implementação gradual do ensino integral, elevando a carga horária das atuais 800 horas anuais para 1,4 mil horas anuais, tendo um prazo máximo de 5 anos para atingir a meta de mil horas anuais, sem prazo estipulado para o restante; e b) o currículo passará a ser composto por conteúdos da Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que estarão organizados em diferentes arranjos curriculares de acordo com a sua relevância para o contexto de cada local e a depender da capacidade dos sistemas de ensino. Com isso, a proposta prevê que os estudantes poderão escolher, de acordo com suas preferências/afinidades, entre as áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ciências sociais aplicadas, e formação técnica e profissional. É importante enfatizar que, com a ratificação da lei, apenas as disciplinas de português e matemática se tornam obrigatórias nos três anos do ensino médio⁹².

Essa medida gerou diversas polêmicas pela falta de debate com a sociedade e pela pressão do governo em aprová-la⁹³. Isso somado ao fato de que com a aprovação da “PEC do teto”, os gastos com saúde e educação estariam comprometidos, criando um empecilho ainda maior para uma reconfiguração desse porte no ensino, o que demandaria planejamento e um alto investimento do governo para que tal medida pudesse promover um ganho real na qualidade da educação pública.

Em resposta a essas medidas, estudantes paranaenses deram início ao movimento de ocupação das escolas, que gerou ramificações em outros estados e em instituições de ensino superior. O governador do Paraná, Carlos Alberto Richa (PSDB), em pronunciamento feito em um evento da Cooperativa Agrária Agroindustrial, na cidade de Guarapuava-PR, após o início das

⁹¹ Jornal Gazeta do Povo – “Governo diz que ocupações encolheram 30%, estudantes contestam”. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/governo-diz-que-ocupacoes-encolheram-30-estudantes-contestam-3i34zaiezx2j9437gcojta1zm>>. Acesso: nov. 2016.

⁹² Dados do Diário Oficial da União disponível em: <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>. Acesso: mai. 2017.

⁹³ Por se tratar de uma Medida Provisória, a proposta que foi anunciada no dia 22/09/2016, teria que ser votada na Câmara e no Senado dentro do prazo de 120 dias, caso contrário perderia o efeito.

ocupações, tentou atacar o movimento dos estudantes, alegando falta de conhecimento sobre os motivos das mobilizações e influência de sindicatos ligados ao PT e à Central Única dos Trabalhadores (CUT) na “doutrinação ideológica” deles – fazendo referência à APP Sindicato, representante dos professores e funcionários da educação pública estadual, que faz forte oposição ao governo.

Não vão intimidar. Sindicatos ligados à CUT e ao PT que querem a baderna no país usando, de forma criminosa, as nossas crianças nas escolas que estão nas ruas protestando não sabem nem o que. Numa perfeita doutrinação ideológica das escolas do Paraná e do Brasil. Aqui, talvez, com mais intensidade, pela agressividade dos sindicatos daqui⁹⁴.

Além de pais e estudantes contrários ao movimento dos secundaristas, lideranças e militantes do MBL se dispuseram a “combater” as ocupações. Diversos grupos se organizaram sob a alcunha “Desocupa” – “Desocupa Paraná”, “Desocupa Guarapuava”, “Desocupa Londrina” etc. – para forçar a desocupação e tentar descaracterizar o movimento dos estudantes.

A tática utilizada pelo MBL consistia, sobretudo, em provocar os estudantes que participavam das ocupações. Uma de suas lideranças nacionais, Renan Santos e Arthur Moledo do Val, do canal do *youtube* “*Mamãe Fale!*”, acompanhados de outros integrantes do movimento, chegaram a visitar as ocupações com o intuito de fazer vídeos para o canal, nos quais questionavam os estudantes sobre os motivos das ocupações. Claramente a proposta não estava centrada no diálogo, pois os questionamentos aconteciam sempre em tom sarcástico e provocativo, o que por muitas vezes provocou conflitos entre as partes. Um desses episódios teve como desfecho a Delegacia da Mulher⁹⁵.

O caso de maior repercussão, no entanto, ocorreu após determinação judicial que concedeu ao governo do Estado o direito à reintegração de posse de 88 escolas. Um grupo de manifestantes e integrantes do MBL tentou desocupar, por conta própria, duas escolas da capital paranaense. A polícia teve que ser acionada, para evitar que houvesse agressões contra os estudantes, em sua

⁹⁴ Matéria do portal G1: “Beto Richa diz que estudantes não sabem por que estão protestando no Paraná”. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/estao-protestando-nao-sabem-nem-o-que-diz-richa-ocupacao-de-escolas.html>. Acesso em: nov. 2016

⁹⁵ “MBL e estudantes de ocupação entram em confronto, caso vai parar na Delegacia da Mulher”. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/mbL-e-estudantes-de-ocupacao-entram-em-confronto-caso-vai-parar-na-delegacia-da-mulher/>. Acesso em: nov. 2016.

maioria menores de idade, e retirar do local os manifestantes contrários à ocupação⁹⁶.

A tática, quase miliciana, de embate e constrangimento não ficou restrita aos estudantes do ensino médio. Nas ocupações que ocorreram em universidades, Arthur Moledo utilizou a mesma estratégia. Alegando defender a liberdade individual em detrimento da coletiva, o *youtuber* passou a questionar a legitimidade das ocupações e tentou adentrar os espaços ocupados, como se os estivesse fiscalizando. Outro fato que chama atenção é que o discurso do MBL, em relação às ocupações, se demonstrou bem alinhado ao do governo do estado⁹⁷.

3.5.2 ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016

Esses grupos e suas lideranças obtiveram uma expressiva visibilidade devido à forma como atuaram antes e durante a abertura do processo que levou à cassação de Dilma Rousseff. Nesse interim, as eleições municipais de 2016 se apresentaram como uma nova oportunidade de atuação política, porém (só que), agora não mais nos bastidores ou nas ruas, e sim como protagonistas do jogo político institucional.

Apesar de lideranças e membros do VPR e MBL concorrem ao pleito municipal em diversas regiões do país, a postura de ambos, como movimentos, foi distinta.

Um dos líderes e porta voz do VPR, Rogério Chequer, anunciou que o movimento não lançaria candidatos. Os integrantes que se dispusessem a concorrer no processo eleitoral deveriam se deligar do movimento, o que não significaria um rompimento definitivo. No caso de não se elegerem, os ex-membros poderiam retomar suas atividades junto ao grupo.

Segundo Chequer, o motivo dessa conduta serviria ao propósito de manter o perfil suprapartidário do movimento e não comprometer o exercício de

⁹⁶ “Manifestantes e MBL tentam desocupar escolas no Paraná”, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1827131-manifestantes-e-mbl-tentam-desocupar-escola-parana.shtml>. Acesso: nov. 2016.

⁹⁷ Essas práticas do MBL vão ao encontro do projeto “Escola Sem Partido” que, na realidade, cria uma espécie de controle sobre o conteúdo abordado pelos professores em sala de aula, controle este que vai desde os temas relacionados à sexualidade aos temas políticos.

pressão política nos partidos políticos⁹⁸. Apesar de não divulgar os nomes dos ex-integrantes que concorreriam às eleições nem fazer propaganda política ou divulgar sua intenção de voto, Chequer percebia tais candidaturas como algo positivo, por se tratar de pessoas alinhadas aos ideais do VPR. Uma das ex-líderes do VPR, Janaina Lima, foi eleita vereadora na cidade de São Paulo pelo Partido Novo, que surgiu em 2015 como o primeiro partido brasileiro declaradamente liberal.

O Novo segue a mesma linha ideológica dos movimentos liberais. Tem como valores a defesa do livre mercado e a limitação do “carreirismo político”. Para seus filiados eleitos em cargos legislativos é vetada a candidatura para mais de uma reeleição consecutiva para o mesmo posto. O partido também defende temas como a preservação das liberdades individuais e a propriedade privada em oposição a conceitos coletivistas e ao estado paternalista; uma educação básica de qualidade que proporcione um ambiente baseado no mérito; a redução do papel do Estado, contendo o escopo de sua atuação e a diminuição da carga tributária; a promoção da livre iniciativa como estímulo a um ambiente empreendedor etc.⁹⁹

A postura do partido em relação a seus filiados e possíveis candidatos se aproxima de um processo de seleção de *trainees* de grandes empresas. Segundo matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, 43 candidatos do Novo receberam cursos com estrategistas do presidente argentino Mauricio Macri e *media training* com Rogério Chequer, do VPR¹⁰⁰.

O MBL, por sua vez, não teve a mesma preocupação em vincular seu nome a candidatos ou partidos políticos. O movimento lançou 45 candidatos por 17 legendas, sendo elas: DEM, PP, PROS, PSDB, PSC, SOLIDARIEDADE (SD), NOVO, PP, PMDB, PTB, PSB, PRB, PV, PP, PPS, PEN, PTN e PHS. Além disso, apoiou diversas candidaturas pelo país, sendo mais representativas as do atual prefeito da cidade de São Paulo, João Dória, e do atual prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Jr., ambos pelo PSDB. O MBL também fez forte pressão sobre a esquerda no segundo turno das eleições na cidade de Sorocaba/SP, onde o candidato Crespo (DEM) venceu Raul Marcelo (PSOL).

⁹⁸ Consultar matéria publicada pela BBC Brasil, “Das ruas para as urnas: os líderes dos protestos que migraram para a política neste ano”. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37392055>> Acesso em: set. 2016

⁹⁹ Valores & Diferenciais e Desafios do Novo. Disponível em: <<https://novo.org.br/>>. Acesso em: mai. 2017

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1819583-em-sao-paulo-partido-novo-elege-lider-do-movimento-vem-pra-rua.shtml>>. Acesso em: out. 2016

O movimento já vinha recebendo diversas críticas por ligação com partidos envolvidos em escândalos de corrupção, sobretudo, depois do *site UOL Notícias* ter divulgado um áudio em que um de seus coordenadores nacionais, Renan Santos, negociava apoio com o PMDB, PSDB, DEM e SD na promoção da manifestação do dia 13 de março de 2016, a favor do *impeachment* de Dilma. Em nota, publicada na mesma matéria, o MBL se defendeu dizendo que não havia recebido nenhuma ajuda direcionada ao movimento e que as manifestações pertenciam a todos os brasileiros, portanto seria natural que os partidos de oposição fossem convidados a utilizar suas redes de divulgação e militância¹⁰¹.

Em novembro de 2016, no 2º Congresso Nacional do MBL, outro coordenador do movimento, Fernando Holiday, concorrendo pelo DEM, foi o vereador mais jovem eleito na cidade de São Paulo, aos 20 anos, e o primeiro homossexual assumido. Ao proferir a fala de abertura do evento, Holiday conta que um dos motivos para o lançamento de candidatos próprios do MBL era a falta de representatividade encontrada nos partidos existentes¹⁰².

Naquele congresso [referência ao 1º Congresso nacional do MBL, realizado na cidade de São Paulo no ano de 2015] ..., discutimos sobre o futuro. Teríamos candidatos, precisávamos ter candidatos, porque, afinal de contas, nós não encontrávamos representatividade em nenhum lugar, nem mesmo nos partidos que deveriam ser aqueles de oposição. Até porque, muitas vezes e por muito tempo, eles se recusaram a atender a pauta, não só do Movimento Brasil Livre, mas a pauta de milhões de pessoas que iam às ruas. E muito disso, porque eram políticos, e ainda, em sua maioria, são covardes. (HOLIDAY, 2016)

Na sequência, chega a tangenciar a questão das críticas sofridas em relação ao apoio recebido de partidos na organização da manifestação do dia 13 de março.

Mas no ano de 2016, nós começamos a mudar isso. Tivemos a coragem de lançar candidatos, por mais que viessem críticas de toda sorte, dizendo: “Ah, não, eles se venderam aos partidos, são financiados pelo PSDB, pelo Democratas, pelo PMDB”. Eu não sei

¹⁰¹ Consultar matéria do UOL, “Áudios que partidos financiaram MBL em atos *pró-impeachment*”: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>>. Acesso em 16 jun. 2016.

¹⁰² Este relato e os dos demais vereadores eleitos, membros do MBL, que serão citados neste texto, foram gravados no 2º Congresso Nacional do MBL.

como essas pessoas explicam hoje o fato de, apesar do Cunha já estar preso¹⁰³, o MBL ainda existir. Mas para eles nós éramos financiados pela grande cúpula golpista do congresso nacional. Bom, nós sobrevivemos a todas essas críticas e nós sobrevivemos também ao descrédito. Vencemos, conseguimos o impeachment, voltamos às ruas e conseguimos também eleger candidatos. Fomos a iniciativa liberal que mais elegeu candidatos em todo o país. E introduzimos agora, oficialmente na política institucional, pessoas que, mais do que acreditar nas nossas ideias, participaram de todo esse processo. Estiveram nas ruas, acompanharam as manifestações, apanharam do MST e da CUT também, enfrentaram todo o tipo de ofensa e de xingamentos vindos da esquerda, do PT e toda sua companhia. Pessoas que sentiram tudo isso, agora são políticos de fato. Estão representando o povo de forma oficial. E o Movimento Brasil Livre, que ia acabar quando a Dilma saísse porque não ia mais restar objetivo, não ia mais restar pauta nenhuma, sobrevive. (HOLIDAY, 2016)

Enquanto o MBL conseguiu eleger 7 vereadores e 1 prefeito nas eleições municipais de 2016, o Partido Novo elegeu 4 vereadores. O grupo não considera contraditório lançar candidatos por legendas envolvidas em escândalos de corrupção, mesmo após a luta contra a corrupção ser a principal bandeira defendida pelos movimentos de direita. Segundo seus integrantes eleitos, o interesse do MBL está acima dos interesses das legendas pelas quais concorreram.

A relação que os vereadores eleitos do MBL possuem com os partidos políticos são distintas, como podemos perceber pelas exposições no 2º Congresso Nacional do movimento. Ramiro Rosário, por exemplo, foi eleito vereador da cidade de Porto Alegre/RS, pelo PSDB, e já possuía, com o seu partido, uma relação anterior ao MBL.

Na verdade, eu já sou militante do PSDB [...] antes do surgimento, inclusive, do MBL, eu já tenho histórico de participação político partidária. Sou filiado desde 2009 [...]. Então a minha relação com o PSDB é muito tranquila, sou da executiva do partido em Porto Alegre, pretendo continuar sendo da executiva, quero fortalecer o PSDB, sim, na minha cidade [...]. Quero fortalecer o PSDB no Rio

¹⁰³Referência ao ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), responsável pela abertura do processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff (PT). Cunha teve o mandato cassado em setembro de 2016, pela Câmara, e foi preso pela Operação Lava Jato em outubro do mesmo ano, condenado por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão fraudulenta de divisas. O MBL realizou uma marcha de São Paulo a Brasília para protocolar o pedido de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff. Nessa ocasião, os integrantes do movimento foram recebidos pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e outros políticos de oposição, como Jair Bolsonaro e seu filho Eduardo Bolsonaro, entre outros. A foto que registrou o evento foi muito utilizada para criticar o movimento e apontar sua ligação com políticos envolvidos em casos de corrupção.

Grande do Sul, porque eu sei que fazendo isso estarei colaborando para que o PSDB também se oxigene, se reformule, possa ter novas lideranças e possa de fato fazer o melhor trabalho possível para nossa cidade, para nosso estado e para o país. (ROSÁRIO, 2016)

O vereador eleito na cidade de Londrina/PR, Filipe Barros, pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB), diferentemente de Rosário, não se filiou à legenda por proximidade ideológica, mas movido por pragmatismo político.

É, eu sou do PRB, e muitas pessoas me questionaram desde sempre os motivos pelos quais eu estou dentro do PRB. *E o motivo é um único. Foi o único partido da minha cidade, de Londrina, que garantiu isso por um documento escrito, que eu fiz questão de registrar no cartório, que não iria interferir na minha opinião e nas nossas propostas enquanto Movimento, inclusive, Brasil Livre. [...].* Mas uma das coisas que eu sempre fiz questão de salientar, inclusive dentro do partido, é justamente essa prioridade em relação ao MBL. Eu acho que o MBL faz muito certo. Quando, na verdade, *a gente vê um contexto nacional onde a gente tem mais de trinta partidos, não é necessário, na minha opinião, criar mais um partido. E sim, fazer o que o MBL tem feito no Brasil inteiro, que é ocupar os partidos já existentes com pessoas que pensam como a gente. [...].* Criar mais um partido de nada adianta, mas sim ocupar esses partidos. *Obviamente que a gente não vai conseguir ocupar o PT e o PCdoB, acho que nem é essa a nossa intenção.* Mas ocupar os partidos que ainda tem alguma preocupação com a decência do nosso país, né, ocupar esses partidos com pessoas que pensam como a gente. (BARROS, 2016, grifos nossos)

Segundo o próprio movimento, apesar de lançar candidatos por partidos envolvidos em escândalos de corrupção, os objetivos do MBL sobressairiam sobre as bandeiras dos partidos, e os parlamentares votariam de acordo com as atribuições e/ou posicionamentos do movimento, podendo, se for o caso, contrariar a decisão de sua legenda. Como se pode perceber na justificativa de Holiday, ao se filiar ao DEM.

Na verdade, hoje uma das figuras mais importantes do partido é o presidente da câmara dos deputados, Rodrigo Maia, e é uma grande vergonha para todos nós. Eu sinto vergonha de fazer parte do mesmo partido que essa figura. Mas eu não sou, acima de tudo, o vereador do Democratas. Não! Absolutamente! Na primeira tentativa que eles tiverem de tentar me censurar, de tentarem impedir que eu diga o que eu acredito ou defender os meus ideais, eu não vou pensar duas vezes em sair do partido. Na primeira vez em que eu ver, na minha frente, qualquer integrante do Democratas envolvido em algum escândalo de corrupção e ver o partido o protegendo,

como fez o PT com seus bandidos de estimação, também não vou ter nenhum problema em criticar e sair do partido. Porque o meu compromisso, acima de tudo, é com o Movimento Brasil Livre. (HOLIDAY, 2016)

A crítica à corrupção, portanto, serviu a um propósito maior, ao arregimentar um público expressivo em torno da bandeira do *impeachment*. No entanto, a prática política desses grupos, após a queda de Dilma, tem mostrado um caminho distinto. A aliança com partidos envolvidos em escândalos na Operação Lava Jato e a crítica fortemente direcionada ao PT e seus governos, “poupando” a oposição, tem demonstrado o caráter seletivo desses movimentos. Esses fatores podem ter contribuído para o afastamento do público das manifestações posteriormente organizadas por esses grupos.

3.5.3 MANIFESTAÇÕES EM FAVOR DA OPERAÇÃO LAVA JATO E DEMAIS PAUTAS PÓS-IMPEACHMENT

As manifestações *pró-impeachment* foram as maiores mobilizações sociais desde o início do curto período de redemocratização em que vive o Brasil. No entanto, findo o processo de impedimento de Dilma Rousseff, os novos protestos convocados pelos movimentos de direita não obtiveram o mesmo sucesso em relação à adesão do público nem em relação à cobertura midiática.

Defendemos a hipótese de que a conjuntura político-econômica atual somada ao posicionamento assumido pelos movimentos, diante da atual realidade brasileira, foram fatores importantes que contribuíram para o esvaziamento das ruas.

Não temos a intenção de desenvolver ponto a ponto os fatores que sustentam a atual crise política no Brasil, pois isso implicaria numa pesquisa de maior envergadura e nos distanciáramos do nosso objetivo em questão, que se baseia na análise das relações e contradições existentes entre os movimentos liberais e suas bandeiras com a população que serviu de base social para que um projeto político liberal tivesse condições de ser implementado no país. Portanto, apresentaremos, de forma sintética, alguns elementos que consideramos fundamentais para compreender o atual quadro político brasileiro.

Ao assumir a presidência, Michel Temer enfrentou vários reveses. Como resultado dos desdobramentos da Operação Lava Jato, viu diversos ministros seus serem afastados já nas primeiras semanas de governo e nos meses subsequentes. Romero Jucá (Planejamento), Fabiano Silveira (Transparência) e Henrique Alves (Turismo), todos do PMDB, foram citados em acordo de delação premiada do também emedebista Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, empresa subsidiária da Petrobras. Posteriormente, uma polêmica que envolvia o ministro da Cultura, Marcelo Calero (PSDB), e o ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima (MDB), culminou na saída de ambos¹⁰⁴. Além dos demais casos no primeiro escalão do governo sobre suspeição que passaram a ser investigados pela Lava Jato¹⁰⁵.

A crise política que levou à queda de Dilma se mantém vívida no governo de seu sucessor. As contrarreformas que visam controlar os gastos do governo, a forma como as votações ocorrem no plenário do Congresso Nacional e os sucessivos escândalos de corrupção, mostram as fragilidades da atual administração.

A impopularidade do governo alcançou patamares históricos, foi crescendo progressivamente até atingir o pior índice dos últimos 28 anos¹⁰⁶, após o presidente ter uma conversa gravada por um dos empresários da JBS, na sua residência, sem constar na agenda oficial¹⁰⁷. No início, a impopularidade do governo serviu de argumento para que fossem coladas em pauta e aprovadas medidas impopulares de corte de gastos, já que dificilmente um projeto político dessa monta

¹⁰⁴ Consultar matéria do Nexo Jornal. Disponível em: “Como o caso Geddel se encaixa no atual momento político”. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/11/21/Como-o-caso-Geddel-se-encaixa-no-atual-momento-pol%C3%ADtico>>. Acesso em: nov. 2016.

¹⁰⁵ Eliseu Padilha (PMDB), da Casa Civil; Moreira Franco (PMDB), da Secretaria-Geral da Presidência da República; Gilberto Kassab (PSD), da Ciência e Tecnologia; Helder Barbalho (PMDB), da Integração Nacional; Aloysio Nunes (PSDB), das Relações Exteriores; Blairo Maggi (PP), da Agricultura; Bruno Araújo (PSDB), das Cidades; Marcos Pereira (PRB), da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Consultar Nexo Jornal. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/04/11/Por-que-pelos-crit%C3%A9rios-de-Temer-os-ministros-sob-suspeita-est%C3%A3o-garantidos-no-cargo>>. Acesso em: jun. 2017

¹⁰⁶ Segundo o *Instituto Datafolha (2017)*, os índices do atual governo superam apenas o governo de José Sarney (PMDB) em 1989. O governo Temer foi considerado bom e ótimo por 7% da população, enquanto que o governo de Sarney obteve um índice de 5%, num período de hiperinflação. Disponível em *Folha de S.Paulo*: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1895645-aprovacao-da-gestao-temer-cai-a-7-menor-em-28-anos.shtml>. Acesso: jun. 2017

¹⁰⁷ Referência à divulgação de gravação realizada secretamente no porão do Palácio do Jaburu, residência do presidente, entre Temer e o empresário Joesley Batista, executivo da JBS, maior processadora de carne do mundo e também a maior doadora de campanhas eleitorais no Brasil.

seria aprovado pelo crivo das urnas. Posteriormente, passou a ser um empecilho, ameaçando a própria sobrevivência de Temer no cargo.

Diante de um quadro de crise política e uma economia ainda retraída, as ruas não vivenciaram manifestações como as observadas no decorrer de 2015 e 2016. Com os desdobramentos da Operação Lava Jato, que revelaram diversos escândalos de corrupção, principal bandeira encampada pelos movimentos de direita, uma questão vem à tona: diante da atual conjuntura, como os grupos que defendiam a saída de Dilma passaram a se posicionar em relação ao governo atual?

Antes da manifestação que ocorreria no dia 04/12/2016, o VPR publicou um artigo no qual demonstrava apoio a determinadas iniciativas do governo, relacionadas às “reformas estruturais” (da previdência e trabalhista) e aos temas referentes ao “equilíbrio fiscal” (teto de gastos). Para o Movimento, naquele momento não havia nada que justificasse um posicionamento contrário à continuidade do governo Temer, pois considerava positivo o balanço do que havia sido feito até então (Vem Pra Rua, 2016a). O grupo também lançou o “Manifesto 4/DEZ”, convocando a população para ir às ruas “Pela Lava Jato e contra o jeito corrupto de fazer política”. As pautas do movimento focaram quatro pontos:

1. Aprovação das 10 Medidas Contra a Corrupção (PL4850) sem adição de qualquer anistia ou retrocesso no relatório aprovado na comissão;
2. “Pelo fim dos privilégios em geral (Foro Privilegiado, agentes públicos com supersalários, aposentadorias privilegiadas, regalias indevidas etc.);
3. Exigência de celeridade nos casos envolvendo políticos que estão no STF (Supremo Tribunal Federal);
4. Pela rejeição do PLS 280 sobre Abuso de Autoridade ou retirada do pedido de urgência. (Vem Pra Rua, 2016b)

O MBL foi o último a aderir à pauta dessa manifestação, devido a um desalinhamento com o posicionamento do VPR, pois não defendia todos os pontos das “10 Medidas”. Ao convocar os atos, que iriam ocorrer em dezenas de cidades pelo país, Chequer defendeu que até manifestantes de esquerda seriam bem-vindos nos protestos, o que também gerou insatisfação dos membros do MBL. Com a preocupação da mobilização desembocar num “Fora Temer”¹⁰⁸, o líder do VPR foi às redes sociais deixar claro que não defendiam a saída de Temer, e que o protesto

¹⁰⁸O “Fora Temer” estava ganhando corpo nos protestos realizados por grupos de esquerda.

não era contra o presidente. Portanto, aqueles que estivessem alinhados a essa pauta não seriam bem-vindos.

O protesto poupou Temer, mas focou suas críticas no então presidente do Senado, Renan Calheiros (MDB), e no presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM). Um dos pontos principais das pautas do ato foi a emenda que previa anistia ao caixa 2 – prática de financiamento oculto ou ilegal – o que poderia beneficiar políticos investigados na *Lava Jato*. Na semana que antecedeu à manifestação, a Câmara aprovou no plenário, em votação realizada de madrugada, o Projeto de Lei (PL) 4850/16, proposta surgida a partir de uma campanha realizada pelo Ministério Público Federal (MPF) que ficou conhecida como “10 medidas contra a corrupção”. Apesar de retirada a emenda que anistiava o caixa 2, a proposta original da PL acabou desconfigurada ao serem suprimidas medidas e incluída uma emenda que responsabilizava juízes e promotores do MPF por “abuso de autoridade”¹⁰⁹. Por sua vez, o presidente do Senado tentou apressar a votação do pacote na casa, o que gerou questionamentos por parte dos manifestantes que foram às ruas defender as “10 Medidas”.

O número de pessoas que foram às ruas já não se igualava ao dos participantes nos protestos anteriores. Segundo a Polícia Militar, 15 mil pessoas estiveram presentes na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo. Segundo o MBL e o VPR esse número era de 200 mil¹¹⁰.

No protesto realizado no dia 26/03/2017, o número de manifestantes foi ainda menor. A Polícia Militar não chegou a fazer levantamento do público. Segundo organizadores dos atos, em São Paulo se reuniram cerca de 10 mil pessoas¹¹¹. Ademais, as bandeiras defendidas nessa manifestação eram mais diversas em comparação com a anterior.

O MBL passou a defender os seguintes pontos: o fim do estatuto do desarmamento; o fim do Foro Privilegiado; o bom andamento da Lava Jato; a

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-11/saiba-o-que-mudou-no-pacote-anticorrupcao-aprovado-ontem-29-pela-camara>>. Acesso em: dez. 2016.

¹¹⁰ Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/12/05/2/>>. Acesso: mai.2017.

¹¹¹ Consultar matéria publicada pela *Agência Brasil*: “Saiba o que mudou no pacote anticorrupção aprovado na câmara”. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-proteto-esvaziado-grupos-poupam-temer-e-rechacam-lista-fechada,70001714879>>. Acesso: mar.2017

posição contra o fim da Política Militar¹¹²; a defesa da reforma trabalhista; a defesa da reforma previdenciária; e o fim das “mamatas” dos políticos e do judiciário. As bandeiras do VPR se concentraram em dois tópicos: a. Fim da impunidade: com apoio total à Lava Jato e defesa do fim do Foro Privilegiado; b. Renovação política: contra o aumento do Fundo Partidário e contra o antidemocrático voto em lista fechada.

O presidente Michel Temer continuou sendo poupado de críticas dos movimentos, mesmo após membros do primeiro escalão do governo e o próprio presidente serem citados em delações na operação que investiga os escândalos de corrupção na Petrobras. Mas há uma justificativa para que o presidente continuasse incólume, como mostra Kim Kataguirí, um dos coordenadores nacionais do MBL, em artigo publicado em abril de 2017.

Desde a queda do PT, a inflação caiu drasticamente, a taxa de juros é significativamente cortada a cada reunião do Copom, há, com a cada vez mais próxima aprovação da reforma trabalhista, a perspectiva de uma drástica queda no desemprego, e o País voltou a crescer.

Hoje, o presidente da República faz de tudo para não transgredir a lei. Não porque seja honesto, mas porque sabe que a população está atenta e que, apesar de, devido ao parágrafo 4º do artigo 86 da Constituição, não poder ser investigado por atos estranhos aos exercícios de suas funções – como crimes que pode ter cometido durante os governos petistas –, pode ser derrubado caso cometa algum crime enquanto ainda for presidente.

Além disso, vários ministros do governo Temer envolvidos na Lava Jato caíram – não devido à virtude do presidente, mas em razão da pressão popular –, enquanto que no governo Dilma, Lula quase foi nomeado ministro-chefe da Casa Civil para garantir foro privilegiado para si e articular contra a Lava Jato. (KATAGUIRI, 2017)

Sobre a reforma trabalhista, nada garante que o projeto promova uma queda drástica no desemprego, pelo contrário, ela tende a precarizar a forma de contratação do trabalhador, flexibilizar a jornada de trabalho, tornar mais baixas as remunerações, fragilizar a organização sindical e limitar o acesso à representação judicial, entre outros aspectos.¹¹³

¹¹²Em resposta as mobilizações que pedem o fim da militarização do polícia. Além do fato de que em manifestações de grupos ou movimentos de esquerda uma das palavras de ordem proferidas pede o “fim da polícia militar”.

¹¹³Para um maior entendimento sobre os impactos da Reforma Trabalhista, consultar o dossiê lançado pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) em parceria com a

Outro elemento dessa citação a que podemos contrapor-nos diz respeito ao fato de Temer ter recriado a Secretaria-Geral da Presidência, com *status* de ministério, e nomeado Moreira Franco para a pasta, um dos articuladores do governo que corria risco de se tornar alvo de inquérito da *Lava Jato* e que, após essa movimentação, passou a receber foro privilegiado. Sob críticas em relação a essa manobra e devido aos sucessivos casos em que ministros do governo estavam sendo acusados de envolvimento em crimes de corrupção, a postura de Temer foi determinar que apenas os ministros formalmente denunciados seriam afastados. Discordante desse tratamento foi o dado a Lula. Sua indicação para o Ministério da Casa-Civil gerou polêmica e protestos devido à divulgação ilegal – pelo juiz federal da Vara de Curitiba - do áudio da conversa entre o ex-presidente e a, ainda presidente, Dilma Rousseff. Todavia, a decisão do juiz o impediu de assumir a pasta.

Mesmo diante de acontecimentos como esses, MBL e VPR não adotaram um posicionamento crítico a Temer. Apenas quando foi divulgado o áudio do executivo Joesley Batista, os movimentos se mobilizaram e chegaram a marcar um protesto exigindo a renúncia do presidente. Porém, o ato foi desmarcado por ambos os grupos. O MBL justificou o cancelamento alegando que, apesar de apresentar motivos de sobra para que Temer fosse investigado, os áudios eram inconclusivos. Já, o VPR suspendeu a convocação alegando falta de segurança. Esses elementos também dão sustentação à perspectiva que se refere à seletividade com que a crítica à corrupção é orientada por esses grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos apoiarmos na proposição de que as classes se expressam em movimentos sociais e que estes se ligam a classes, buscamos sustentar a hipótese de que é pertinente considerar os movimentos liberais e conservadores como “movimentos-apoio” das frações burguesas componentes do bloco no poder, uma vez que, embora não se organizem em movimentos, estas se valem, todavia, desse apoio político-ideológico.

Alguns elementos, que acreditamos dar fôlego à nossa hipótese e que procuramos desenvolver neste trabalho, consistem no fato de que uma das principais bandeiras defendidas por esses movimentos - a luta contra a corrupção - na prática é empreendida de forma seletiva, pois não abrange todas as classes ou grupos políticos, mas, principalmente, os identificados com os trabalhadores, como tem sido o caso do Partido dos Trabalhadores (PT); outro fator importante diz respeito às bandeiras defendidas pelo VPR e MBL favoráveis, em parte, aos interesses dos setores das classes médias, que serviram de base social ao processo de *impeachment* e contribuíram para o fim precoce do segundo mandato de Dilma Rousseff, mas vão ao encontro, sobretudo, dos interesses das frações burguesas que foram as mais beneficiadas com o conjunto de reformas “pró-mercado” colocadas em pauta pelo atual governo federal.

Diante do exposto aqui, é possível apontarmos algumas contradições que a defesa das contrarreformas promovidas pelo governo Michel Temer (2016-2018) promove no conjunto heterogêneo que são as classes médias. A “PEC do teto”, p. ex., atenta contra uma reserva de mercado ao promover um retrocesso na criação de concursos públicos ou o sucateamento ainda maior do ensino superior público, que, apesar da constante falta de investimento dos últimos anos, ainda mantém um patamar de qualidade consideravelmente superior ao das instituições privadas em geral. Em contrapartida, a PEC também reforça a ideologia meritocrática, uma vez que justifica a necessidade das reformas impopulares para os setores da alta classe média composta por profissionais liberais, assalariados do setor privado que possuem elevada autonomia, o que lhes permite acordos individuais que garantem manter seu padrão de vida.

A conjuntura de crise também permite a promoção do discurso empreendedor, no qual se apoiam esses movimentos, reforçado pela popularização das *startups* (empresas de tecnologia) e pelo crescente número de trabalhadores terceirizados como “pessoas jurídicas”.

No que se refere à educação básica e saúde, as classes médias, principalmente os estratos mais altos, estão habituadas a recorrer ao setor privado, mesmo que a educação e saúde pública tenham sido amplamente defendidas pelos manifestantes nos protestos *pró-impeachment*. Contudo, esses fatores por si sós não mobilizam esse conjunto da população, mas servem aos seus interesses ideológicos de igualdade de oportunidades que alimenta a meritocracia.

A reforma previdenciária, que até o momento da conclusão deste trabalho saiu da pauta de votação do governo federal, tem impactos em diversos setores das classes médias, já que, em sua maior parte, é composta por trabalhadores assalariados com registro ou trabalhadores autônomos que contribuem com a previdência social. Os beneficiários dessas mudanças seriam, sobretudo, aqueles profissionais liberais que recorrem à previdência privada ou empreendedores de maior porte, que poderiam vislumbrar ganhos.

Diante do que foi exposto, sustentamos a proposição de que os setores de classe média que foram às ruas defender o *impeachment* auxiliaram, de forma indireta, o processo de construção de medidas liberalizantes e conservadoras para a sociedade, ao servirem de base social para a sustentação política de grupos com bandeiras liberais, processo que se intensificou com o afastamento definitivo de Dilma Rousseff, em agosto de 2016, por romper com o ciclo reformista do PT.

Todavia, é importante ressaltarmos nosso propósito de realizar uma análise de dois movimentos sociais a partir da atual conjuntura brasileira. Não temos, portanto, a pretensão de esgotar os debates aqui postos, pois temos ciência de que há lacunas que ainda precisam ser preenchidas tanto do ponto de vista teórico quanto do conjuntural. Os fatores sinalizados nessas considerações, necessitariam de um trabalho de maior fôlego para serem desenvolvidos diante de sua complexidade, tarefa a ser empreendida por outros estudos e pesquisas. Nossas conclusões são parciais e estão sujeitas a mudanças; acreditamos que a importância da temática por nós abordada implica em contribuir para a formulação

de novos questionamentos a respeito dos movimentos de direita não apenas no contexto brasileiro, como também no latino-americano.

REFERÊNCIAS

ALEGRETTI, L; URIBE, G. Líder pró-Impeachment foi promovido na gestão Temer. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 06/10/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/10/1820286-lider-pro-impeachment-foi-promovido-na-gestao-temer.shtml>. Acesso em: 25 de nov. 2017.

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, São Paulo, n°76, 2009.

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a Reprodução*. Petrópolis, Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 1999.

ALVES, Martha; CARAZZI, Estelita H. Manifestantes e MBL tentam desocupar escola no Paraná. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 out. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1827131-manifestantes-e-mbl-tentam-desocupar-escola-parana.shtml> . Acesso em: nov. 2016.

AMARAL, Marina. *A nova roupa da direita*. *Pública*. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: dez, 2016.

ATLAS NETWORK. Students for liberty plays Strong role in Free Brazil Movement. April, 1, 2015. Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/news/article/students-for-liberty-plays-strong-role-in-free-brazil-movement>. Acesso: 4 de out. 2016.

_____. Our History. Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/>. Acesso: 15 de Jan. 2018.

BARBOSA, Jefferson R. *A “Escola Sem Partido”: grupos políticos e empresariais e o ativismo político liberal-conservador no Brasil atual*. MOURO. Revista Marxista. Núcleos de Estudos d’O Capital. Ano 8. N°11. janeiro de 2017.

_____. *Protestos da direita no Brasil contemporâneo: think tanks, grupos empresariais, intelectuais e aparelhos orgânicos da burguesia*. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.20 n.36, p.151-165, jan./jun. 2016.

BERRINGER, T.; BOITO Jr. A. *Brasil: Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma*. Revista de Sociologia e Política., Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013

BILENKY, Thais. Aprovação da gestão Temer cai a 7%, menos em 28 anos, segundo Datafolha. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 24/06/2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1895645-aprovacao-da-gestao-temer-cai-a-7-menor-em-28-anos.shtml>. Acesso em: jun. 2017.

BOITO Jr. Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. *Ideias*. Campinas. 9(1): 13-48, 2002.

_____. *Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder*. In: BOITO, A.; GALVAO, A. *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. *A corrupção como ideologia*. *Crítica Marxista*, n.44, p.9-19, 2017.

CAVALCANTE, Sávio. “Classe média e conservadorismo liberal”. In: CODAS, Gustavo; KAYSEL, André; VELASCO E CRUZ, Sebastião (orgs.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

_____. *Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista*. 2012. 382 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

_____. Valor, Renda e “Imaterialidade” no Capitalismo Contemporâneo. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 7, p. 13-30. Jan./Abr. 2014.

CESIT / IE / UNICAMP. *Dossiê Reforma Trabalhista (em construção)*. Campinas, junho de 2017. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/dossie-reforma-trabalhista/>. Acesso em: jun. 2017.

CHARLEAUX, João P. Por que, pelos critérios de Temer, os ministros sob suspeita estão garantidos no cargo. *NEXO Jornal*. São Paulo, 21/04/2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/11/Por-que-pelos-crit%C3%A9rios-de-Temer-os-ministros-sob-suspeita-est%C3%A3o-garantidos-no-cargo>. Acesso em: jun. 2017

CHEQUER, R.; BUTTERFIELD, C. *Vem Pra Rua: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil*. São Paulo: Matrix, 2016.

DATAFOLHA. Protestos sobre aumento na tarifa dos transportes II. (18/06/2013). Disponível em: <http://www.datafolha.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 de mai. 2017.

_____. *Manifestação na Avenida Paulista (12/04/2015)*. Disponível em: <http://www.datafolha.folha.uol.com.br>. Acesso em: jul. 2016.

_____. Contagem da manifestação no Largo da Batata (17/06/2013). Disponível em: <http://www.datafolha.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 de mar. 2016.

_____. *Manifestação na Avenida Paulista (15/03/2015)*. Disponível em: <http://www.datafolha.folha.uol.com.br>. Acesso em: jul. 2016.

DATENA, José L. Datena surpreendido em pesquisa! Passe Livre 13/06/13. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>. acesso: 15 de mar. 2016.

DAVIDSON, Neil. "Right-wing social movements: the political indeterminacy of mass mobilization". In: BARKER, Colin; COX, Laurence; KRINSKY, John; NILSEN, Gunvald (orgs.). *Marxism and social movements*. Leiden/Boston: Brill, 2013.n. 97, p. 23-40, Nov. 2013.

DENK, Eriksson. "Governo diz que ocupações encolheram 30%, estudantes contestam". *Jornal Gazeta do Povo*. Paraná, 27/10/2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/governo-diz-que-ocupacoes-encolheram-30-estudantes-contestam-3i34zaiexz2j9437gcojta1zm>. Acesso: nov. 2016.

FIRMINO, Gustavo Casassanta. *Conservadorismo liberal e classes médias: uma análise do "Vem Pra Rua" e do "Movimento Brasil Livre"*. In: *X Seminário do Trabalho: Trabalho, Crise e Políticas Sociais na América Latina*. 2016, Marília, SP. Anais. UNESP – Marília/SP.

FOLHA DE S. PAULO. 20/06/2013. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/06/20/15>. Acesso: 15 de mar. 2016.

G1.GLOBO.COM. *Beto Richa diz que estudantes não sabem por que estão protestando no Paraná*. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/estao-rotestando-nao-sabem-nem-o-que-diz-richa-ocupacao-de-escolas.html>. Acesso em: nov. 2016

_____. *Mapa das manifestações no Brasil*. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/todos/>. Acesso em: abr. 2017

GALINDO, Rogério W. MBL e estudantes de ocupação entram em confronto. Caso vai parar na delegacia da mulher. *Gazeta do Povo*, Paraná, 19 out. 2016.

GALVÃO, Andréia. *Marxismo e movimentos sociais. Crítica marxista*, Campinas, n. 32, p. 107-126, 2011.

_____. O marxismo importa na análise dos movimentos sociais. In: Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2017.

GOMES, Darcilene C.; SÓRIA, Sidartha. Política de Recursos Humanos do governo federal: A experiência dos governos Lula e Dilma Rousseff. *Revista da ABET*, v. 13, n. 2, julho a dezembro de 2014.

JABOR, ARNALDO. Arnaldo Jabor fala sobre novos protestos e ressalta força da juventude. Globo.Play, 17/06/2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2631566/>, acesso em: 15/03/2016.

_____. Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento na tarifa de ônibus. Globo.Play, 12/06/2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2631566/>, acesso em: 15/03/2016.

KATAGUIRI, Kim. Adiantou ter derrubado Dilma Rousseff?. *HUFFPOST Brasil, opinião*. 17/04/2017. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/kim-kataguiri/adiantou-ter-derrubado-dilma-rousseff-a-22042575/>. Acesso em: abr. 2017.

LOPES, Pedro; SEGALLA, Vinícius. Áudios que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment. *UOL notícias*. São Paulo. 27/05/2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>. Acesso: mai. 2016.

MACHADO, Eliel R. Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: Lutas sociais na contramão do neoliberalismo. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. Contribuições para uma teoria marxista dos “movimentos sociais”. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.19 n.35, p.54-64, jul./dez. 2015.

_____. Notas para uma tipologia classista dos “movimentos sociais”. 2017, no prelo.

MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan(Orgs.) *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.

MILIOS, John; ECONOMAKIS, George. *Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe (uma abordagem crítica da teoria de classes em Nicos Poulantzas)*. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 32, p. 57-84, 2011.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Propostas do MBL. Nov. 2015. Disponível em: <http://mbl.org.br/propostas/>. Acesso:19 de out. 2016.

NEY, Thiago. Roqueiro e ativista na web, líder anti-Dilma defende privatizar saúde e educação. *iG São Paulo, Política*, 12/03/2015. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-03-12/roqueiro-e-ativista-na-web-lider-anti-dilma-defende-privatizar-saude-e-educacao.html>, acesso: 15 de jan. 2018.

OLIVEIRA, Natália. Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009). 2010. 323 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

OLIVEIRA, Tiago. *Trabalho e padrão de desenvolvimento: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro*. Tese de Doutorado, Campinas, Unicamp, 2015.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E. Pesquisa manifestação política 12 de abril de 2015. Disponível em: <http://gpopai.usp.br>. Acesso em: mai. 2015.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E.; NADER, L. Pesquisa manifestação política 16 de agosto de 2015. Disponível em: <http://gpopai.usp.br/pesquisa/>. Acesso: em ago. 2015.

PARTIDO NOVO. Valores & Diferenciais; Desafios do Novo. Disponível em: <https://novo.org.br/>. Acesso em: mai. 2017

PESQUISAS FPA. Manifestações de março – comparativo – 13 e 18 e 2015/2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/pesquisasfpa/>. Acesso em: nov. 2016.

PESSOA, Gabriela S. Em São Paulo, Partido Novo elege líder do movimento Vem Pra Rua. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04/10/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1819583-em-sao-paulo-partido-novo-elege-lider-do-movimento-vem-pra-rua.shtml>. Acesso: out. 2016.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *Fascismo e Ditadura*. Portucalense Editora, Porto, 1972.

PRADO, E.; PINTO, J. Subsunção do Trabalho Imaterial ao Capital. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 70, p. 61-74, jan./abr. 2014.

ROCHA, CAMILA. Direitas em rede: *think tanks* de direita na América Latina. In: CODAS, Gustavo; KAYSEL, André; VELASCO E CRUZ, Sebastião (orgs.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

SAES, D. Classe média e políticas de classe (uma nota teórica). *Contraponto*, n.2, 1977.

_____. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTANA, Elisa A. Saiba o que mudou no pacote anticorrupção aprovado pela Câmara. *Agência Brasil*. Brasília/DF, 30/11/2016. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-11/saiba-o-que-mudou-no-pacote-anticorrupcao-aprovado-ontem-29-pela-camara>. Acesso em: mar. 2017.

SANTOS, Ariovaldo de Oliveira. *Adeus ao trabalho e aos sindicatos ou a perda da centralidade do trabalho em Alain Touraine*. *Mediações*, Londrina - PR, v. 13, n.1-2, jan/jun e jul/dez, 2008, p. 121-142

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo,

SOARES, S. O ritmo na queda da desigualdade no Brasil e aceitável? *Revista de Economia Política*, v.30, n.3 (119), p.364-380, 2010.

SOUZA, Felipe. Das ruas para as urnas: os líderes dos protestos que migraram para a política neste ano. *BBC Brasil*, São Paulo, 27/09/2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37392055>. Acesso: set. 2016

SOUZA, Taynara F. B. “MTST é pra valer”: posicionamento político-ideológico nos governos Luga e Dilma (2003-2015). 2016. 108p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

STUDENTS FOR LIBERT. Who we are. Disponível em: <https://www.studentsforliberty.org/>. Acesso:15 de jan. de 2018.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. C. “CorruPTos” Um ensaio sobre protestos à direita no Brasil (2007-2015). no prelo: [s.n.].

VEM PRA RUA. *Afinal o Vem Pra Rua é a favor ou contra o Temer*. Disponível em: <http://www.vempraru.net>. (sem data). Acesso em: 12 de dez. 2016. (a)

_____. *Manifesto 4/DEZ*. Disponível em: <http://vempraru.net>. Acesso em: 12 de dez. 2016. (b)

_____. *Realise*, Manifestação 15/03/2015. Disponível em: <https://vempraru.net/releases/manifestacao-15032015/>. Acesso em: 12 de dez. 2016.

VENTURINI, Lilian. Como o caso Geddel se encaixa no atual momento político. *NEXO Jornal*. São Paulo, 21/11/2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/21/Como-o-caso-Geddel-se-encaixa-no-atual-momento-pol%C3%ADtico>. Acesso: nov. 2016.